



# **ACADEMIA MILITAR**

## **COOPERAÇÃO POLICIAL GNR - *GUARDIA CIVIL*: Operações de Controlo Móvel**

**Autor:** Aspirante de Infantaria da GNR Miguel Morais Teixeira

**Orientadora:** Professora Doutora Ana Fernanda Neves

**Coorientador:** Major de Infantaria da GNR João Manuel Sena Janeiro

**Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança**

**Relatório Científico do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, setembro de 2017**



# **ACADEMIA MILITAR**

## **COOPERAÇÃO POLICIAL GNR - *GUARDIA CIVIL*: Operações de Controlo Móvel**

**Autor:** Aspirante de Infantaria da GNR Miguel Morais Teixeira

**Orientadora:** Professora Doutora Ana Fernanda Neves

**Coorientador:** Major de Infantaria da GNR João Manuel Sena Janeiro

**Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança**

**Relatório Científico do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, setembro de 2017**

## **DEDICATÓRIA**

A toda a minha família, especialmente aos meus pais e ao meu irmão,  
À minha namorada,  
Pelo apoio incondicional que contribuiu para o meu sucesso.

## AGRADECIMENTOS

A conceção deste Relatório Científico do Trabalho de Investigação Aplicada é o culminar da extensa e árdua caminhada que venho a percorrer ao longo dos últimos anos, e para a concretização do mesmo, muitos foram os que contribuíram direta e indiretamente para a sua realização. Pretendo assim expressar o meu reconhecimento e agradecer publicamente o auxílio que me foi proporcionado por todos.

À minha Orientadora, Professora Doutora Ana Neves, pela constante disponibilidade em me auxiliar na elaboração da investigação, bem como por todo o apoio e tempo dedicado desde a fase inicial do trabalho até à conclusão.

Ao meu Coorientador, Major de Infantaria da GNR Sena Janeiro, por partilhar todo o seu conhecimento e experiência profissional que em muito contribuiu para a presente investigação, assim como a contínua disponibilidade para me apoiar.

Ao Sr. Coronel António Santiago, Sr. Tenente-Coronel Mário Guedelha, Sr. Tenente-Coronel Paulo Silvério, Sr. Major Marco Henriques, Sr. Capitão Hernâni Martins, Sr. Capitão Cláudio Godinho, Sr. Capitão Carlos Delgado, Sr. Capitão Marco Pina, Sr. Capitão Santiago Fernández, Sr. Capitão Manuel Iglesias, Sr. Tenente Bruno Rodrigues, Sr. Sargento-Ajudante Amaro Fernandes, Sr. 1º Sargento José Fanico, Sr. 1º Sargento Vasco Nunes e 2º Sargento Igor Soares, pela disponibilidade e contributo que prestaram a esta investigação decorrente da realização das entrevistas e do acompanhamento nas respetivas Unidades.

Aos meus pais e ao meu irmão, António e Infância, e André, por todo o apoio e educação que me proporcionaram os quais foram essenciais para o meu sucesso tanto pessoal como profissional, fazendo de mim a pessoa que sou hoje.

À minha namorada, Marina, pela excelente pessoa que é, por todo o apoio que me deu, pela sua compreensão em eu não estar sempre presente e sobretudo por me acompanhar e ser o meu amparo nestes últimos anos.

Agradeço ainda aos meus Camaradas do Curso General Tamagnini de Abreu e Silva, por termos vivido e partilhado diariamente excelentes momentos de camaradagem e amizade ao longo destes cinco anos.

A todos, o meu sincero Obrigado.

## RESUMO

O Acordo Schengen de 1985 e a sua Convenção de Aplicação criaram um espaço sem fronteiras internas entre os Estados e com uma única fronteira externa, abolindo assim os controlos nas fronteiras internas a fim de permitir a livre circulação de pessoas e bens na União Europeia, o que consequentemente trouxe novas implicações no domínio da segurança.

As operações de controlo móvel são um dos instrumentos de cooperação policial transfronteiriça que os Estados se comprometeram a pôr em prática, nas regiões fronteiriças, e que visam a prevenção e combate da criminalidade, criminalidade que a livre circulação tornou mais complexa e cuja vertente transnacional acentuou.

Esta investigação subordinada ao tema “*Cooperação Policial GNR-Guardia Civil: Operações de Controlo Móvel*” tem como objetivo geral analisar a relevância que as operações de controlo móvel têm na vigilância da fronteira comum entre Portugal e Espanha.

A metodologia empregue assenta no modelo hipotético-dedutivo. Portanto, este estudo consiste em verificar as hipóteses inicialmente formuladas, obter respostas às perguntas derivadas e por fim responder à questão central.

Inicialmente, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica e documental materializada na Parte I - Enquadramento teórico. Posteriormente, na Parte II – Parte prática, recorreu-se à realização de entrevistas e à recolha de dados secundários de modo a obter informação para efetuar a análise e discussão dos resultados e, por último, nas conclusões e recomendações são verificadas as hipóteses e respondidas as questões da investigação.

A realização de Controlos Móveis em conjunto pela Guarda Nacional Republicana e pela *Guardia Civil* visam a prevenção e repressão da criminalidade transfronteiriça e a recolha/partilha de informação. Permitem ainda controlar e fiscalizar cidadãos que circulam dentro do espaço Schengen e da União Europeia, e restringir a atividade dos agentes criminosos através da dissuasão. Além de possibilitarem a vigilância da fronteira terrestre entre Portugal e Espanha, contribuem para a segurança dos dois países no geral e das zonas raianas em particular.

**Palavras-chave:** Guarda Nacional Republicana; *Guardia Civil*; Cooperação Policial; Controlos Móveis; Ameaças e Criminalidade Transnacionais.

## ABSTRACT

The Schengen Agreement of 1985 and its Implementing Convention have created an area without internal borders between States and with a single external border, thus abolishing internal border controls in order to allow the free movement of persons and goods within the European Union, which has consequently brought new security implications.

Mobile control operations are one of the instruments for cross-border police cooperation which the Member States have undertaken to implement in frontier regions, which aim to prevent and combat crime, crime which has been made more complex by free movement and whose transnational dimension has increased.

This research, under the theme “*Cooperação Policial GNR-Guardia Civil: Operações de Controlo Móvel*”, has as its general objective to analyze the relevance of mobile control operations in monitoring the common border between Portugal and Spain.

The methodology used is based on the hypothetical-deductive model. Therefore, this study consists of verifying the hypotheses initially formulated, obtaining answers to the derived questions and finally answering the central question.

Initially, a bibliographical and documentary research materialized in Part I - Theoretical Framework. Subsequently, in Part II - Practical part, we used interviews and the collection of secondary data in order to obtain information to analyze and discuss the results, and finally, in the conclusions and recommendations, the hypotheses were checked and the research questions answered.

The carrying out of Mobile Controls jointly by the *Guarda Nacional Republicana* and the *Guardia Civil* aim at the prevention and repression of cross-border crime and the collection /sharing of information. They also allow for the control and monitoring of citizens circulating within the Schengen area and the European Union, and to restrict the activity of criminal agents through deterrence. In addition to enabling the surveillance of the land border between Portugal and Spain, they contribute to the security of the two countries in general and the border areas in particular.

**Keywords:** Guarda Nacional Republicana; *Guardia Civil*; Police Cooperation; Mobile Controls; Threats and Transnational Crime.

## ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA .....	i
AGRADECIMENTOS .....	ii
RESUMO.....	iii
ABSTRACT .....	iv
ÍNDICE DE QUADROS .....	vii
ÍNDICE DE FIGURAS .....	viii
ÍNDICE DE TABELAS .....	ix
LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES .....	xi
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS .....	xii
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1 - A COOPERAÇÃO POLICIAL NA UNIÃO EUROPEIA .....	6
1.1. Conceito de Cooperação Policial .....	6
1.2. A Cooperação Policial no contexto do Processo de Integração Europeia .....	7
1.2.1. Dos primórdios ao Ato Único Europeu.....	7
1.2.2. De Maastricht ao Tratado de Nice .....	10
1.2.3. Outros mecanismos de cooperação .....	12
1.3. O Tratado de Lisboa e o Acervo Schengen no âmbito da Cooperação Policial	13
1.3.1. O Tratado de Lisboa e as principais implicações .....	14
1.3.2. Acordo Schengen e respetiva Convenção de Aplicação .....	15
CAPÍTULO 2 - COOPERAÇÃO POLICIAL TRANSFRONTEIRIÇA PORTUGAL - ESPANHA .....	18
2.1. Introdução .....	18
2.2. Evolução dos Mecanismos de Cooperação .....	19
2.3. Cooperação entre a GNR e a <i>Guardia Civil</i> .....	21
2.4. As Operações de Controlo Móvel.....	23
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS.....	26

<b>3.1. Generalidades .....</b>	<b>26</b>
<b>3.2. Tipo de abordagem da investigação e justificação .....</b>	<b>26</b>
<b>3.3. Modelo de análise .....</b>	<b>27</b>
<b>3.4. Métodos e Técnicas de recolha de dados .....</b>	<b>29</b>
<b>3.5. Métodos e Técnicas de análise de dados .....</b>	<b>31</b>
<b>3.6. Amostragem: composição e justificação.....</b>	<b>32</b>
<b>CAPÍTULO 4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>33</b>
<b>4.1. Entrevistas.....</b>	<b>33</b>
<b>4.2. Dados Secundários.....</b>	<b>45</b>
<b>CAPÍTULO 5 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>49</b>
<b>5.1. Verificação das hipóteses e respostas às questões derivadas .....</b>	<b>49</b>
<b>5.2. Reflexões finais.....</b>	<b>54</b>
<b>5.3. Limitações da investigação .....</b>	<b>55</b>
<b>5.4. Propostas de investigações futuras.....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>56</b>



## **ÍNDICE DE QUADROS**

Quadro 1 - Relação das Questões e Hipóteses da Investigação com o Guião de Entrevista .....	IX
Quadro 2 - Caracterização dos Entrevistados .....	XI
Quadro 3 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º1 .....	XII
Quadro 4 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º2 .....	XIII
Quadro 5 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º3 .....	XIV
Quadro 6 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º4 .....	XV
Quadro 7 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º5 .....	XVI
Quadro 8 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º6 .....	XVII
Quadro 9 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º7 .....	XVIII
Quadro 10 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º8 .....	XIX
Quadro 11 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º9 .....	XX
Quadro 12 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º10 .....	XXI
Quadro 13 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º11 .....	XXIII
Quadro 14 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º12 .....	XXIV
Quadro 15 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º13 .....	XXV
Quadro 16 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º14 .....	XXVI
Quadro 17 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º15 .....	XXVII
Quadro 18 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º16 .....	XXVIII
Quadro 19 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º17 .....	XXIX
Quadro 20 - Codificação das respostas das entrevistas .....	XXX

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1 - Controlos móveis realizados pela GNR e GC .....	45
Figura 2 - Militares empenhados nas operações.....	46
Figura 3 - Binómios empenhados nas operações .....	47
Figura 4 - Atividade desenvolvida nas operações .....	47
Figura 5 - Tipologia dos Autos Elaborados.....	48

## **ÍNDICE DE TABELAS**

Tabela 1 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 1	XXXIII
Tabela 2 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 2	XXXIII
Tabela 3 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 3	XXXIV
Tabela 4 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 4	XXXIV
Tabela 5 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 5	XXXIV
Tabela 6 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 6	XXXV
Tabela 7 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 7	XXXV
Tabela 8 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 8	XXXV
Tabela 9 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 9	XXXVI
Tabela 10 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 10	XXXVI
Tabela 11 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 11	XXXVI
Tabela 12 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 12	XXXVII
Tabela 13 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 13	XXXVII
Tabela 14 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 14	XXXVII

Tabela 15 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 15	XXXVIII
Tabela 16 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 16	XXXVIII
Tabela 17 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 17	XXXVIII
Tabela 18 - Dados estatísticos controlos móveis 2014.....	LVII
Tabela 19 - Dados estatísticos controlos móveis 2015.....	LVIII
Tabela 20 - Dados estatísticos controlos móveis 2016.....	LIX

## **LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES**

**Apêndice A** – Carta de Apresentação e Guião de Entrevista em Português.

**Apêndice B** – Carta de Apresentação e Guião de Entrevista em Espanhol.

**Apêndice C** – Relação das Questões e Hipóteses da Investigação com o Guião de Entrevista.

**Apêndice D** – Caracterização dos Entrevistados.

**Apêndice E** – Análise Qualitativa dos Resultados das Entrevistas.

**Apêndice F** – Codificação das Respostas das Entrevistas.

**Apêndice G** – Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Resposta às Questões da Entrevista.

**Anexo A** – Acordo Luso – Espanhol sobre Controlos Móveis.

**Anexo B** – Partes do Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira.

**Anexo C** – Memorando de Cooperação entre a Guarda Nacional Republicana e a Guardia Civil.

**Anexo D** – Dados Estatísticos Controlos Móveis 2014.

**Anexo E** – Dados Estatísticos Controlos Móveis 2015.

**Anexo F** – Dados Estatísticos Controlos Móveis 2016.

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

### A

AM	Academia Militar
Art.º	Artigo

### B

### C

CAAS	Convenção de Aplicação do Acordo Schengen
CARPOL	<i>Vehicle Crime EU-Expert Network</i>
CCPA	Centro de Cooperação Policial e Aduaneira
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEPOL	Academia Europeia de Polícia
Cmdt	Comandante
CO	Comando Operacional
COSI	Comité Permanente para a Cooperação Operacional em Matéria de Segurança Interna
Cód.	Código
CP	Código Penal
CPP	Código Processo Penal
CTer	Comando Territorial

### D

DPERI	Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais
DTer	Destacamento Territorial

### E

EG	Escola da Guarda
EGF	Força de Gendarmerie Europeia
ELSJ	Espaço de Liberdade Segurança e Justiça
EM	Estado Membro
Eurojust	Unidade Europeia de Cooperação Judiciária
Europol	Serviço Europeu de Polícia

Eurosur	Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras
<b>F</b>	
FIEP	Associação Europeia e Mediterrânea de Forças Gendarmerie e Polícias com Estatuto Militar
Freq.	Frequência
FRONTEX	Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira
<b>G</b>	
GC	<i>Guardia Civil</i>
GNR	Guarda Nacional Republicana
<b>H</b>	
H	Hipótese
<b>I</b>	
IBERPOL	<i>Escuela Iberoamericana de Policía</i>
IC	Investigação Criminal
<b>K</b>	
Km	Quilómetros
<b>M</b>	
MAI	Ministério da Administração Interna
<b>N</b>	
n.º	Número
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NEP	Normas de Execução Permanente
NIC	Núcleo de Investigação Criminal
NPA	Núcleo de Proteção Ambiental
<b>O</b>	
Of.	Oficial
<b>P</b>	
Percent.	Percentagem
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
PTer	Posto Territorial
<b>Q</b>	
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada

**R**

RAILPOL	<i>European Network of Railway Police Forces</i>
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

**S**

SCoT	Sistema de Contraordenações de Trânsito
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
Seg.	Segmento
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente
SIIOP	Sistema Integrados de Informações Operacionais Policiais
SIS	Sistema de Informação Schengen
SIVE	<i>Sistema Integrado de Vigilancia Exterior</i>
SIVICC	Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo
SIRENE	<i>Supplementary Information Required at the National Entries</i>
SGMAI	Secretaria-geral do Ministério da Administração Interna
Sr.	Senhor

**T**

TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
TISPOL	<i>European Traffic Police Network</i>
TPA	Terminal de Pagamento Automático

**U**

U/E/O	Unidades, Estabelecimentos e Órgãos
UE	União Europeia



## **INTRODUÇÃO**

A crescente globalização<sup>1</sup>, que se caracteriza pela existência de múltiplos atores e relações internacionais, faz com que o conceito de segurança<sup>2</sup> esteja em permanente mutação e seja essencial garantir “uma capacidade de antecipação, acompanhamento e adaptação aos fenómenos criminais, às ameaças<sup>3</sup> e riscos<sup>4</sup>” (Guarda Nacional Republicana, 2015, p. 30). Isto leva a que surjam diversos problemas e desafios que os Estados têm que enfrentar de modo a garantirem não só a sua segurança, mas também a da própria sociedade (F. Sousa, Ferreira, & Agostinho, 2014).

Segundo Borges (2012, p. 2), apesar de todas as medidas adotadas pelos Estados, existe uma barreira que resulta das novas formas de criminalidade, o “carácter transnacional”, ou seja, o facto de os agentes delinquentes atuarem em vários ordenamentos jurídicos em vez de se fixarem num só país, limitando assim a capacidade de um Estado combater os crimes com sucesso.

Deste modo, a solução não passa pelo “combate isolado dos Estados” face à criminalidade organizada<sup>5</sup> e ao terrorismo, devendo ser implementada a cooperação internacional em diversos níveis. Face a esta problemática os Estados têm vindo a criar uma “multiplicidade de instrumentos jurídicos” (Borges, 2012, p. 5) para regulamentar a cooperação internacional, designadamente ao nível da cooperação policial sobre a qual versa este estudo.

O Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada insere-se no Curso de Formação de Oficiais da Guarda Nacional Republicana e destina-se à obtenção do grau académico de Mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança.

---

<sup>1</sup> A globalização consiste na fase de expansão que o capitalismo atingiu nos dias de hoje, tem impacto ao nível da economia, política, cultura e espaço geográfico. (Vela, 2006)

<sup>2</sup> Segundo Rodrigues (2013, p. 7), é uma condição essencial para garantir o desenvolvimento sustentado, economia livre e direitos. Visa atingir a paz, liberdade, independência, soberania e integridade territorial, aplicando-se não só ao Estado, mas também à sociedade.

<sup>3</sup> Ameaça é qualquer acontecimento ou ação em curso ou previsível que contraria ou pode contrariar a consecução de um objetivo, que por norma é causador de danos morais e/ou materiais (Couto, 1988).

<sup>4</sup> “Risco refere-se à probabilidade de sermos alvos de um ação contrária aos nossos interesses e de esta ser bem-sucedida” (Rodrigues, 2013, p. 2).

<sup>5</sup> “É qualquer grupo de criminosos que, tendo estrutura corporativa, estabeleça como objetivo básico a obtenção de recursos financeiros e poder através de atividades ilegais, frequentemente recorrendo, para tanto ao medo e intimidação de terceiros” (Favaro, 2008, p. 8219).

Com a presente investigação pretende-se abordar a cooperação policial transfronteiriça entre Portugal e Espanha que existe entre a GNR e a *Guardia Civil*, mais especificamente no domínio das Operações de Controlo Móvel, que é o objeto de estudo desta investigação, realizadas por ambas as forças nas áreas de ação dos Destacamentos Territoriais e *Compañias* da zona de fronteira.

No que diz respeito às ameaças e criminalidade transnacionais, estas podem ser vistas como um dos maiores constrangimentos que os Estados têm que combater (Borges, 2012). Portugal neste domínio não é exceção, pois face ao contexto internacional em que está inserido, o espaço da União Europeia, onde ocorre a livre circulação de pessoas, bens<sup>6</sup> e informação, sem o controlo das fronteiras internas, leva a pôr em causa o ambiente de segurança devido à quantidade de perigos e ameaças existentes. Assim, surge um esbatimento cada vez maior das dimensões externa e interna, global e local, as quais deveriam “conferir à atuação policial um necessário alargamento da área de influência” (Guarda Nacional Republicana, 2015, p. 30).

Uma das ameaças que mais preocupa atualmente a Europa é o terrorismo<sup>7</sup> e segundo o relatório *Portugal na União Europeia 2015*, esta preocupação acrescida deve-se essencialmente aos atentados terroristas que ocorreram em Paris, Bruxelas e Copenhaga em 2015. Estes atentados vieram dar um ênfase acrescido à questão da prevenção, combate, recrutamento, radicalização e financiamento associados ao terrorismo visando o incremento da segurança fronteiriça através de controlos sistemáticos e coordenados (Direção Geral dos Assuntos Europeus, 2016).

Apesar de este fenómeno ainda não ser uma realidade no nosso país, é de salientar que “Portugal não está imune” (F. Sousa et al., 2014, p. 18) e a prova disso foi a descoberta pela GNR de material explosivo pertencente à ETA<sup>8</sup> numa residência em Óbidos (DN, 2010).

Relativamente à imigração ilegal e o tráfico de seres humanos que está associado é importante salientar que, após a II Guerra Mundial, o maior fluxo de deslocação de pessoas

---

<sup>6</sup> Vide artigo 3.º, n.º 2: “A União proporciona aos seus cidadãos um espaço de liberdade, segurança e justiça sem fronteiras internas, em que seja assegurada a livre circulação de pessoas, em conjugação com medidas adequadas em matéria de controlos na fronteira externa, de asilo e imigração, bem como de prevenção da criminalidade e combate a este fenómeno” e artigos 45.º e seguintes do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia.

<sup>7</sup> Segundo a definição da OTAN, consiste “na utilização ilegal da força ou da violência planeada contra pessoas ou património, na tentativa de coagir ou intimidar governos ou sociedades para atingir objetivos políticos, religiosos ou ideológicos”. (NATO, 2016, p. 5)

<sup>8</sup> Euskadi Ta Askatasuna é uma organização terrorista que surgiu em 1959 de uma divergência das juventudes do PNV, chefiada por intelectuais e estudantes que não se conformaram com a falta de capacidade do PNV. (Infopédia, 2003)

que teve como destino a Europa ocorreu em 2015, onde estimativas provisórias da Organização Internacional para as Migrações apontam para mais de um milhão de pessoas que se refugiaram dos conflitos que ocorrem no Médio Oriente e África (Direção Geral dos Assuntos Europeus, 2016).

As autoridades europeias focalizaram a sua atenção neste “aumento exponencial dos fluxos migratórios” e sentiu-se a necessidade de investir em medidas para o controlar, contudo, a quantidade de pessoas que terá entrado no espaço europeu irregularmente ascende os 1,5 milhões o que traduz a tensão a que as fronteiras externas da UE foram sujeitas (Direção Geral dos Assuntos Europeus, 2016).

Como refere Sousa et al.(2014, p. 21), Portugal não constitui um “destino privilegiado” para os refugiados sendo mais usado como “uma porta para o Espaço Schengen”, e é neste sentido que esta crise poderá ter impacto ao nível do terrorismo, pois existe a forte possibilidade de haver indivíduos de organizações terroristas dissimulados entre os migrantes, tornando-se essencial que a União Europeia aposte no reforço do controlo de fronteiras<sup>9</sup>.

No que diz respeito ao tráfico de estupefacientes, para Garcia (2006), este acarreta grandes implicações na segurança pois permite a obtenção de elevados lucros por parte das organizações criminosas que passam a ter um poder significativo passível de ameaçar e influenciar a sociedade. Os intervenientes são numerosos e os lucros que daí decorrem são distribuídos por eles (Borges, 2012), tornando assim dificultada a capacidade de intervenção por parte das autoridades.

O facto de Portugal possuir uma costa com 840Km de extensão que constitui uma fronteira externa da UE torna o país vulnerável a este fenómeno criminal (F. Sousa et al., 2014), como podemos ver pelas principais rotas provenientes da América do Sul e do Norte de África<sup>10</sup>. Uma outra vulnerabilidade é a falta de controlo nas fronteiras internas da UE, pois existem algumas rotas provenientes de países da Europa como Espanha, Holanda e Bélgica<sup>11</sup> (Polícia Judiciária - Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes, 2016).

---

<sup>9</sup> De acordo com o *Rapport fait au nom de la commission d'enquête sur les frontières européennes, le contrôle des flux des personnes et des marchandises en Europe et l'avenir de l'espace Schengen* (2017, p. 9), o espaço Schengen “confrontado recentemente com dois grandes desafios, a crise migratória e o terrorismo”, está “próximo de um ponto de ruptura”.

<sup>10</sup> Principais drogas destas rotas: Cocaína e Cannabis (Polícia Judiciária - Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes, 2016).

<sup>11</sup> Principais drogas destas rotas: Cannabis, Heroína e Ecstasy (Polícia Judiciária - Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes, 2016).

À semelhança do tráfico de droga existe também o tráfico de armas, o qual causa grande preocupação para os Estados, pois a possibilidade de “tráfico de armas nucleares, biológicas e químicas” (Garcia, 2006, p. 360) poderá permitir o fácil acesso por parte das organizações terroristas.

Na UE a maioria das armas traficadas são provenientes da região dos Balcãs, existindo uma grande quantidade de armamento oriundo dos conflitos dos anos 90 e que conseguem contornar os controlos das autoridades permanecendo nos mercados internacionais (European Police Office, 2011).

A criminalidade económica e financeira é outra das ameaças transnacionais que devido à liberdade de circulação de pessoas, bens e capitais se tem vindo acentuar. São diversos os fatores que contribuem para que esta problemática se desenvolva, dos quais podemos destacar “a celeridade dos fluxos de capital, a globalização do sistema financeiro, a desregulamentação de mercados financeiros” (F. Sousa et al., 2014, p. 22).

No caso de Portugal, a maioria de casos de branqueamento de capitais ocorre no sistema financeiro como consequência dos “elevados fluxos de capitais” e das “populações flutuantes” com origem indeterminada (F. Sousa et al., 2014, p. 22,23).

Por um lado, temos os Estados Membros que aproveitam o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça proporcionado pela União Europeia, por outro, temos os agentes criminosos que tiram partido desse benefício. Para solucionar o problema, “só uma cooperação estreita e eficaz entre forças policiais nacionais pode fornecer uma resposta às atividades das altamente sofisticadas redes criminosas que não respeitam fronteiras e que lucram com a nossa liberdade de circulação” (Carrión, 2015, p. 199).

Esta investigação reveste-se de pertinência no âmbito do mestrado em causa uma vez que a Cooperação Internacional é uma matéria de elevado interesse para a GNR e constitui um tema muito debatido na atual conjuntura da União Europeia. Na Estratégia da Guarda 2020<sup>12</sup>, uma das Linhas de Orientação Estratégica é “Qualidade: Cooperar para Melhorar”, que se traduz em “incrementar a cooperação e articulação com outros organismos procurando melhorar a qualidade do Serviço” (Guarda Nacional Republicana, 2015, p. 66).

---

<sup>12</sup> “Diretiva Estratégica do Comandante-Geral que constitui um documento enformador do planeamento e programação a realizar por todos os escalões de Comando, Direção ou Chefia. Tem por finalidade estabelecer as principais linhas de orientação estratégica, tendentes a assegurar, de forma coesa, sustentada e eficiente, o cumprimento da nobre missão da Guarda”(Guarda Nacional Republicana, 2015, p. 31)

A fim de materializar este estudo definimos como objetivo geral o da análise da relevância que as Operações de Controlo Móvel têm na vigilância da fronteira comum entre Portugal e Espanha.

Os objetivos específicos passam por (1) perceber a necessidade deste tipo de operações e a sua adequabilidade e eficácia face às ameaças atuais, (2) analisar os resultados obtidos nas operações, (3) perceber o processo de recolha, partilha e difusão de informações policiais, (4) estudar a coordenação e operacionalização entre as forças da GNR e da GC, e (5) identificar os principais constrangimentos/dificuldades nas operações.

Para atingir os objetivos definidos é necessário o levantamento de questões, que irão contribuir para o sucesso da investigação. Deste modo, deve-se elaborar uma pergunta de partida que “obriga o investigador a uma clarificação (...) das suas intenções e perspectivas espontâneas” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 34). A questão central no nosso trabalho é a seguinte:

**QC:** *Qual a importância das Operações de Controlo Móvel para a vigilância da fronteira comum entre Portugal e Espanha?*

De forma a estruturar este relatório científico baseamo-nos na NEP 522/1ª – Normas para Redação de Trabalhos de Investigação, aprovada pelo Exmo. Comandante da Academia Militar em 20 de janeiro de 2016, dividindo assim em três capítulos fundamentais.

Numa primeira parte, surge o enquadramento teórico, onde se aborda numa fase inicial o processo de integração europeia passando pela análise do Tratado de Lisboa, do acordo Schengen, a respetiva Convenção de Aplicação e toda normativa legal que lhe está subjacente, fazendo assim a interligação com a cooperação policial existente na União Europeia. Por fim, será analisada a cooperação policial entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha, onde iremos realçar os mecanismos de cooperação bilateral existentes e mais especificamente as Operações de Controlo Móvel.

A segunda parte irá incidir na metodologia da investigação onde se explicará a metodologia escolhida e serão fundamentadas as opções seguidas ao nível do tipo de abordagem, do modelo de análise para a pergunta de partida e perguntas derivadas, efetuando ainda o levantamento das hipóteses. Contém também a descrição dos métodos e materiais utilizados e as técnicas de recolha, tratamento e análise de dados.

Concluindo, na terceira parte, efetua-se a apresentação, análise e discussão dos resultados de modo a estabelecer uma ligação entre os resultados obtidos e os resultados previstos e fazer a sua comparação tendo em vista atingir os objetivos definidos inicialmente e responder às questões formuladas.

## PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### CAPÍTULO 1

## A COOPERAÇÃO POLICIAL NA UNIÃO EUROPEIA

### 1.1. Conceito de Cooperação Policial

Antes de abordarmos a cooperação policial na União Europeia, é fundamental perceber qual o significado deste conceito, de modo a compreender melhor o enquadramento em que esta investigação se desenvolve. Segundo Gomes (2006), o objetivo da cooperação é garantir que os cidadãos tenham segurança num espaço em que há liberdade de circulação de pessoas e bens.

Começando pelo termo “cooperação”, pode ser definido como o “ato de colaborar para a realização de um projeto comum ou para o desenvolvimento de um campo do conhecimento” ou ainda como o “ato de unir esforços para a resolução de um assunto ou problema, facilitando o acesso aos meios práticos para o conseguir” (Infopédia, 2017). A cooperação envolve uma atuação pelo menos parcialmente em comum, envolvendo técnicas como, por exemplo, o intercâmbio de informação, participação em ações comuns e assistência técnica (Anabitarte, Peinado, Fernández, & Mimbrero, 2001).

Falando agora do termo “policial”, este refere-se a algo “da polícia ou respeitante à polícia”, que é “próprio da polícia” (Infopédia, 2017).

No artigo 87º do TFUE, este refere que, “A União desenvolve uma cooperação policial que associa todas as autoridades competentes dos Estados-Membros ... nos domínios da prevenção ou deteção de infrações penais”.

Resumindo, podemos referir-nos à cooperação policial como a atuação combinada ou assistência em matérias como a prevenção<sup>13</sup> e combate à criminalidade em geral de modo a atingir a garantia da elevada proteção dos cidadãos (Gomes, 2006).

---

<sup>13</sup> Associa-se o conceito de prevenção ao desígnio de impedir que algo se produza, no âmbito da criminalidade, pode ser qualquer atividade que visa diminuí-la e incrementar o sentimento de segurança que está associado (Manuela Ferreira dos Santos, 2014).

Relativamente ao conceito de “cooperação transfronteiriça”, encontramos a definição deste conceito no Tratado de Valência<sup>14</sup>. No art.º 2, n.º1, é definido como algum tipo de concertação com a finalidade de reforçar e desenvolver as relações de proximidade entre as entidades territoriais sob jurisdição de duas ou mais Partes contratantes, e ainda a realização de acordos e de concertações com utilidade para atingir determinado fim.

## **1.2. A Cooperação Policial no contexto do Processo de Integração Europeia**

### **1.2.1. Dos primórdios ao Ato Único Europeu**

Após uma guerra que durou 6 anos (II Guerra Mundial, 1939 – 1945) a Europa encontrava-se completamente destruída, e era fundamental encontrar uma solução que reatasse as relações entre os Estados, os quais “estavam determinados a pôr fim aos antagonismos nacionais e a criar condições para uma paz duradoura” (Fontaine, 2014, p. 3).

Os primeiros sinais de ligações políticas de cooperação entre os Estados na Europa ocorreu a 17 de Março de 1948 com o Tratado de Bruxelas<sup>15</sup> que previa um sistema de defesa comum alargado ao campo económico e cultural, criando assim a União Ocidental (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, s/d).

Em 1943, Jean Monnet<sup>16</sup>, relevante empresário francês e apologista de uma Europa Unida apresenta a sua visão para a unir e restaurar e consolidar a paz. Foi durante uma reunião do comité que Monnet declarou:

“Não haverá paz na Europa se os Estados forem reconstruídos com base na soberania nacional. Os países europeus são demasiado pequenos para garantir aos seus povos a prosperidade e o desenvolvimento social necessários. Os Estados europeus devem constituir-se numa federação.” (Comissão Europeia, 2013, p. 18).

---

<sup>14</sup> Convenção entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça entre Instâncias e Entidades Territoriais em 2002.

<sup>15</sup> Tratado entre a Bélgica, França, Luxemburgo, Holanda, Reino Unido e Irlanda do Norte, assinado em Bruxelas a 17 de março de 1948.

<sup>16</sup> Membro do Comité Francês de Libertação Nacional.

Seguindo a ideia de Monnet, Robert Schuman<sup>17</sup>, no seu discurso<sup>18</sup> em 1950, apresenta um plano que tinha como objetivo agrupar a produção do aço e do carvão sob a égide de uma autoridade comum, no quadro de uma organização aberta à integração de outros países da Europa (Centro de Informação Europeia Jacques Delors, s/d). Posteriormente, as ideias do plano Schuman foram efetivadas no Tratado de Paris (18 de abril de 1951) que veio criar a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) gerando o mercado comum do Carvão e do Aço.<sup>19</sup>

Com esta comunidade, baseada na estabilização da defesa da paz e da liberdade, criou-se uma ligação mais próxima entre os europeus, que viria a melhorar substancialmente as condições de vida e de trabalho com base na solidariedade tendo em conta a história, cultura e tradições dos povos. Estávamos perante “o primeiro passo em direcção a uma Europa Unida”(Centro de Informação Europeia Jacques Delors, s/d, p. 1).

Posteriormente, em 25 de Março de 1957, foram celebrados os Tratados que estabelece a Comunidade da Energia Atómica Europeia<sup>20</sup> e também a Comunidade Económica Europeia (União Europeia, 2017). Segundo (Fontaine, 2014), com esta última comunidade o principal objetivo seria edificar um mercado comum que abarcava diversos bens e serviços e visava a abolição dos direitos aduaneiros<sup>21</sup>.

No entanto, apesar dos tratados visarem sobretudo o âmbito económico, ao nível político e social também houve mudanças, destacando-se o impacto da livre circulação de bens e também a livre circulação de pessoas, o que trouxe novas consequências<sup>22</sup> (Pedroso, 2000), nomeadamente ao nível da segurança.

Segundo Pedroso (2000), em 1976, após um fórum intergovernamental onde estavam presentes especialistas e ministros responsáveis pela segurança, foi criado um grupo de

---

<sup>17</sup> Ministro dos Negócios Estrangeiros Francês.

<sup>18</sup> Declaração original disponível em <http://www.robert-schuman.eu/en/doc/questions-d-europe/qe-204-en.pdf>, consultado em 1 de março de 2017.

<sup>19</sup> Tratado disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/PDF/?uri=CELEX:11951K/TXT&from=PT>, consultado em 1 de março de 2017.

<sup>20</sup> Tratado disponível em [https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/consolidated\\_version\\_of\\_the\\_treaty\\_establishing\\_the\\_european\\_atomic\\_energy\\_community\\_pt.pdf](https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/consolidated_version_of_the_treaty_establishing_the_european_atomic_energy_community_pt.pdf), consultado em 1 de março de 2017.

<sup>21</sup> Ver artigo 2.º do Tratado CEE na versão originária.

<sup>22</sup> “A livre circulação dos trabalhadores compreende, sem prejuízo das limitações justificadas por razões de ordem pública, segurança pública e saúde pública, o direito de: b) Deslocar-se livremente, para o efeito...; c) Residir num dos Estados-membros a fim de nele exercer uma actividade laboral...; d) Permanecer no território de um Estado-membro depois de nele ter exercido uma actividade laboral.”(Artigo 39º nº3 Versão Compilada Do Tratado Que Institui a Comunidade Europeia, 2002, p. 51).



trabalho denominado TREVI<sup>23</sup> cujo objetivo primordial era fazer face à ameaça terrorista do Médio Oriente.

Após a evolução das formas de cooperação iniciais, as competências alargaram-se à generalidade dos domínios da segurança da Europa, e surgiram diversos grupos de trabalho, nomeadamente, o TREVI I (questões de terrorismo), o TREVI II (formação e equipamentos policiais) e mais tarde o TREVI III com vista a coordenar a atividade contra a criminalidade mais grave (tráfico de droga e crime organizado) (Oliveira, 2001), constituindo assim um ponto decisivo no âmbito da cooperação policial.

Apesar da abolição dos controlos nas fronteiras internas relativamente a mercadorias bem como dos controlos aduaneiros e de pessoas, a verdade é que as autoridades policiais mantiveram controlos esporádicos para o combate da criminalidade e da droga. Para fazer face a esta situação, em 1985, cinco estados membros assinaram o Acordo Schengen que obrigou as forças policiais a cooperarem entre si (Fontaine, 2014).

Já em 1990, surgiu a Convenção de Aplicação do Acordo Schengen que veio permitir a constituição do espaço Schengen e garantir a liberdade de circulação de pessoas, sendo necessário criar as denominadas “medidas compensatórias” visto que os controlos nas fronteiras comuns foram abolidos (Davin, 2004). Relativamente ao Acordo Schengen e respetiva Convenção de Aplicação, estes serão abordados mais detalhadamente no capítulo seguinte.

Com a assinatura do Acto Único Europeu<sup>24</sup>, em 1986<sup>25</sup>, os Tratados celebrados até ao momento foram revistos e efetivou-se a criação do mercado interno<sup>26</sup>, relançando assim a integração europeia<sup>27</sup>. Segundo Oliveira (2001), foi criado o grupo TREVI responsável por analisar os efeitos que resultaram da abolição dos controlos fronteiriços, surgindo, em 1988, o grupo TREVI 92 com o objetivo de criar um plano para reforçar a cooperação no âmbito da luta contra o terrorismo e a criminalidade, contrariando assim os riscos que surgiram com a supressão das fronteiras.

---

<sup>23</sup> Abreviatura de Terrorismo, Radicalismo, Extremismo e Violência Internacional (TREVI, s/d).

<sup>24</sup> Apesar de assinado em fevereiro de 1986, apenas entrou em vigor em 1 de julho de 1987.

<sup>25</sup> Portugal e Espanha aderiram à CEE.

<sup>26</sup> “Espaço sem fronteiras internas no qual a livre circulação das mercadorias, das pessoas, dos serviços e dos capitais é asseguradas de acordo com as disposições do presente Tratado.”(Artigo 14º nº2 da Versão Compilada Do Tratado Que Institui a Comunidade Europeia, 2002, p. 44).

<sup>27</sup> “As Comunidades Europeias e a cooperação política europeia têm por objetivo contribuir em conjunto para fazer progredir concretamente a União Europeia.”(Artigo 1º do Título I do Acto Único Europeu, 1986, p. 4).

### 1.2.2. De Maastricht ao Tratado de Nice

O Tratado de Maastricht (Tratado da União Europeia), assinado em 1992<sup>28</sup>, veio acrescentar a cooperação intergovernamental ao sistema da Comunidade existente, em domínios como a política externa e a segurança interna<sup>29</sup>, garantindo uma cooperação mais estreita no âmbito da justiça e dos assuntos internos (Fontaine, 2014). Como referiu Davin (2004, p. 75), “o tratado da União Europeia representa um grande salto qualitativo ao consagrar uma nova dimensão na integração europeia”.

A integração europeia resultante de Maastricht veio introduzir dois novos pilares, nomeadamente, a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Justiça e Assuntos Internos (JAI) (Centro de Informação Europeia Jacques Delors, sem data). A cooperação no âmbito deste novo pilar da justiça e assuntos internos abrange três áreas fundamentais, nomeadamente: política de asilo, passagem de pessoas nas fronteiras externas dos Estados membros e política de imigração; cooperação judiciária em matéria civil e penal; e cooperação policial e aduaneira (Davin, 2004).

No que diz respeito às questões de interesse comum, Maastricht introduziu na alínea 9 do Artigo K1 do Título VI, “a cooperação policial tendo em vista a prevenção e a luta contra o terrorismo, o tráfico ilícito de droga e outras formas graves de criminalidade internacional” de modo a atingir os objetivos da União previstos no Artigo 2º, nomeadamente o quarto travessão<sup>30</sup>.

Segundo Oliveira (2001), com Maastricht, o grupo TREVI foi extinto e deu lugar à criação do Serviço Europeu de Polícia - EUROPOL<sup>31</sup> em 1995, cujos objetivos<sup>32</sup> passam por melhorar a eficácia dos serviços competentes dos Estados Membros e também a cooperação na prevenção e combate ao terrorismo, tráfico de estupefacientes e a outras formas de criminalidade internacional organizada. Só em 1999 é que a EUROPOL começou oficialmente a sua atividade com atribuições reforçadas pelo Tratado de Amesterdão, e a

---

<sup>28</sup> Foi assinado em 7 de fevereiro de 1992, mas entrou em vigor em 1 de novembro de 1993.

<sup>29</sup> O conceito de segurança interna pode ser definido “como um conceito amplo e completo que se estende a múltiplos sectores a fim de fazer face a essas graves ameaças e a outras que tenham um impacto directo na vida, na segurança e no bem-estar dos cidadãos” (Secretariado-Geral do Conselho, 2010, p. 8).

<sup>30</sup> “A manutenção e o desenvolvimento da União enquanto espaço de liberdade, de segurança e de justiça, em que seja assegurada a livre circulação de pessoas, em conjugação com medidas adequadas em matéria de controlos na fronteira externa, asilo e imigração, bem como de prevenção e combate à criminalidade;”(Tratado da União Europeia, 1992, p. 11).

<sup>31</sup> Artigo K.1, n.º 9 (Tratado da União Europeia, 1992).

<sup>32</sup> Artigo 2º nº1 (Convenção EUROPOL, 1995).

partir de janeiro de 2010 estabelece-se como agência da UE em que o objetivo principal visa a melhoria do intercâmbio de informações entre autoridades de polícia (Milt, 2017).

Em junho de 1997, surgiu o Tratado de Amesterdão<sup>33</sup> que visava atingir três objetivos essenciais: aproximar os cidadãos e a União Europeia, reforçar a atuação da União Europeia na comunidade internacional e reformar instituições na perspetiva do alargamento da União Europeia (Pedroso, 2000). Para Davin (2004, p. 82), “a construção europeia que ele<sup>34</sup> defende assenta em três vectores/elementos essenciais: Liberdade, Segurança e Justiça”.

Ainda segundo Davin (2004), a criação de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça é possível através da realização de ações comuns por parte dos Estados Membros no âmbito da cooperação policial e judiciária em matéria penal. Relativamente à cooperação policial, o Tratado de Amesterdão trouxe novas modificações ao Tratado da União Europeia, nomeadamente o Artigo K1 dá lugar ao Artigo 29º e amplia a cooperação no combate a crimes como o tráfico de seres humanos e os crimes contra as crianças, o tráfico de armas, a corrupção e a fraude.

Deste modo, o Tratado de Amesterdão fez com que o espaço da União se torna-se num espaço de fronteiras internas abertas, permitindo assim atingir o objetivo inserido por este novo tratado, no Artigo 2º, quarto travessão, do Tratado de Maastricht (Piçarra, 2010).

Com a assinatura do Tratado de Nice<sup>35</sup> em fevereiro de 2001 foram introduzidas novas alterações ao Tratado da União Europeia. No âmbito da cooperação judiciária em matéria penal surgiu a modificação do Artigo 29.<sup>o36</sup>, segundo travessão, o que permitiu criar a Unidade Europeia de Cooperação Judiciária (Eurojust).

Esta unidade Eurojust foi instituída em 2002 através da Decisão do Conselho 2002/187/JAI, com a finalidade de apoiar e reforçar a coordenação e a cooperação entre as autoridades dos Estados Membros obtendo uma maior eficácia na investigação e combate contra a criminalidade grave transnacional e criminalidade organizada, constituindo assim um centro de peritos a nível judiciário (Eurojust, 2017).

Uma outra alteração decorrente do Tratado de Nice prende-se com a substituição do artigo 40º pelos artigos 40º, 41º A e 40º B, no que diz respeito à cooperação policial e judicial em matéria penal, visando atingir o denominado espaço de liberdade, segurança e justiça.

---

<sup>33</sup> Foi assinado em 2 de outubro de 1997 e entrou em vigor em 1 de maio de 1999.

<sup>34</sup> Refere-se ao Tratado de Amesterdão.

<sup>35</sup> Foi assinado em 26 de fevereiro de 2001 e entrou em vigor em 1 de fevereiro de 2003.

<sup>36</sup> A redação é a seguinte: “uma cooperação mais estreita entre as autoridades judiciais e outras autoridades competentes dos Estados-Membros, inclusive por intermédio da Unidade Europeia de Cooperação Judiciária (Eurojust), nos termos do disposto nos artigos 31.º e 32.º.”

### 1.2.3. Outros mecanismos de cooperação

Referindo-nos agora à cooperação policial e à formação de agentes, Milt (2017) considera que “o contributo para a formação de agentes constitui um aspeto importante da cooperação policial” e, para atingir esta finalidade, surgiu em 2000 a Academia Europeia de Polícia<sup>37</sup> (CEPOL), inicialmente interligando institutos nacionais de formação existentes e posteriormente tornando-se uma agência da UE.

Os principais objetivos da CEPOL passam então por melhorar o conhecimento dos sistemas e estruturas nacionais de polícia dos vários Estados Membros, da Europol e da cooperação policial transfronteiriça, desenvolver o conhecimento dos instrumentos internacionais de cooperação contra a criminalidade e incrementar a cooperação entre a CEPOL e os vários institutos de formação policial (SGMAI, 2015).

Um outro organismo que possui um papel fulcral na cooperação policial entre os Estados Membros é a Agência Europeia das Fronteiras e Guarda Costeira<sup>38</sup> - FRONTEX, que foi criada em 2004 e tornou-se operacional em maio de 2005 e tem como objetivo a melhoria dos procedimentos e métodos de trabalho da Unidade Comum (FRONTEX, 2017).

Com a criação do Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR) em 2013 surgiu um quadro para a partilha de informações e para a cooperação entre os EM e a FRONTEX. Com o Regulamento (UE) n.º 1052/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho foi possível melhorar a capacidade de reação nas fronteiras externas da União de modo a detetar, prevenir e combater a imigração ilegal e a criminalidade transfronteiriça (SGMAI, 2015).

Em 1994 foi criada a FIEP, uma associação de *Gendarmerias* nacionais composta por forças policiais europeias e do mediterrâneo com estatuto militar. O objetivo da organização consiste em ampliar e fortalecer as relações e promover uma reflexão sobre as formas de cooperação policial (FIEP, 2012).

---

<sup>37</sup> Criada pela Decisão 2000/820/JAI do Conselho.

<sup>38</sup> Foi criada pelo Regulamento (CE) n.º 2007/2004 do Conselho de 26 de outubro de 2004, inicialmente com a designação Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados Membros da União Europeia alterada pelo Regulamento n.º 2016/1624 em setembro de 2016 (FRONTEX, 2017).

Importa ainda salientar a criação da Força de *Gendarmerie* Europeia, fundada em setembro de 2004<sup>39</sup>, que constitui uma organização multinacional composta por seis países<sup>40</sup> membros da UE e tem como objetivo ampliar a capacidade de gestão internacional de crises e contribuir para que a Política Comum de Segurança e Defesa se desenvolva (EUROGENDFOR, n.d.).

### 1.3. O Tratado de Lisboa e o Acervo Schengen no âmbito da Cooperação Policial

No âmbito da Cooperação Policial e Aduaneira na União Europeia, atualmente esta rege-se pelo disposto no TFUE, na Convenção de Aplicação do Acordo Schengen e nas conclusões do Conselho Europeu de Estocolmo de 2009 (SGMAI, 2015). Neste subcapítulo iremos abordar as principais alterações decorrentes destes normativos legais que têm uma implicação direta na cooperação policial entre os Estados Membros da União Europeia.

O Programa de Estocolmo – Uma Europa aberta e segura que sirva e proteja os cidadãos, elaborado no Conselho Europeu de 10 e 11 de dezembro de 2009, veio estabelecer as prioridades da UE no que diz respeito ao espaço de liberdade, segurança e justiça. Deste modo, a proteção dos cidadãos foi uma das prioridades do programa, tendo em vista o desenvolvimento de uma estratégia de segurança interna para a UE para combater o crime organizado e o terrorismo<sup>41</sup>. O principal objetivo desta estratégia prende-se com o recurso e a criação de instrumentos e políticas comuns que visam contrariar as ameaças e os riscos, optando por uma abordagem mais integrada, de forma a prevenir<sup>42</sup> a criminalidade e reforçar a capacidade de resposta (Secretariado-Geral do Conselho, 2010).

---

<sup>39</sup> A Declaração de intenções é de 2004, o Tratado da criação é de 2007. Para mais informação *vide* <http://www.eurogendfor.org/files/TRATADO-EGF-Portugues.pdf>, consultado em 5 de março de 2017.

<sup>40</sup> França, Itália, Holanda, Portugal, Roménia e Espanha.

<sup>41</sup> O Ponto 4.3.1. do Programa, sobre maior eficácia da cooperação policial europeia, dispõe que “lutar contra formas de crime tipicamente transnacionais é o primeiro objetivo da cooperação policial na União.” Para mais informações *vide* [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:52010XG0504\(01\)](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:52010XG0504(01)), consultado em 5 de março de 2017.

<sup>42</sup> Do ponto de vista da Estratégia de Segurança Interna, a prevenção da criminalidade implica abordar não só os atos criminosos e as consequências que daí resultam, mas também abordar as causas que levam a que esta se desenvolva (Secretariado-Geral do Conselho, 2010).

### 1.3.1. O Tratado de Lisboa e as principais implicações

O espaço de liberdade, segurança e justiça (ELSJ) referenciado pelo Tratado de Amesterdão sofreu alterações decorrentes do Tratado de Lisboa tornando-se assim um espaço imprescindível<sup>43</sup>. Este veio então contribuir para o estabelecimento do mercado interno, reforçando no ELSJ a característica de espaço público europeu (Piçarra, 2014).<sup>44</sup>

Com a alteração do Tratado de Lisboa, em quase todas as circunstâncias, as decisões são tomadas por maioria qualificada segundo as propostas da Comissão e com maior participação do Parlamento Europeu, o que facilita a ação a nível europeu, estamos perante o “método comunitário”. Há que ter em consideração o controlo democrático efetuado pelos parlamentos nacionais e a fiscalização do Tribunal de Justiça (SGMAI, 2015).

Para Milt (2017), com o Tratado de Lisboa e o desaparecimento da “estrutura de pilares”, garantiu um incremento da cooperação policial não só devido à disposição de mais meios pela União Europeia, mas também ao maior controlo que a cooperação está sujeita. A maioria das medidas adotadas neste âmbito resultam do processo legislativo ordinário e estão sujeitas ao controlo do Tribunal de Justiça.

No artigo 67.º n.º3 do Tratado prevê que “ a União envia esforços (...) através de medidas de coordenação e de cooperação entre autoridades policiais”, ou seja, de modo atingir este objetivo, é necessário que haja uma prevenção e combate da criminalidade através da cooperação entre as forças policiais, autoridades aduaneiras e demais autoridades competentes de forma mais próxima, podendo ser efetuada de forma direta ou recorrendo à EUROPOL (SGMAI, 2015).

Um outro artigo mais específico em matéria de cooperação policial é o artigo 87º do Tratado de Lisboa, onde no seu nº 1 refere que “ a União desenvolve uma cooperação policial que associa todas as autoridades competente dos Estados-Membros”, e que, para prosseguir esta intenção, poderão ser tomadas medidas nos termos do nº 2 tais como “a recolha, armazenamento, tratamento, análise e intercâmbio de informações”, “apoio à formação de pessoal, bem como em matéria de cooperação relativa ao intercâmbio de pessoal, ao

---

<sup>43</sup> O Título IV, sobre vistos, asilo, imigração e outras políticas relativas à livre circulação de pessoas, é substituído por um Título IV denominado “O Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça”.

<sup>44</sup> Segundo Piçarra (2009), através do Tratado de Amesterdão em 1997, que passou a integrar o acervo Schengen, foi modificado para Direito comunitário, passando o III Pilar da União<sup>44</sup> a dispor sobre disposições relativas à cooperação policial e judiciária em matéria penal, com o objetivo de “reforçar a integração europeia” e também, permitir atingir mais eficazmente o espaço de liberdade, segurança e justiça, passando então, a estar integrado no quadro institucional e normativo da UE.

equipamento e à investigação em criminalística” e ainda, “ técnicas comuns de investigação relativas à deteção de formas graves de criminalidade organizada”.

Nos termos do artigo 89º do TFUE está prevista a possibilidade das autoridades policiais poderem intervir no território de outro Estado-membro, em articulação e de acordo com as autoridades desse Estado.

Por fim, no artigo 71º do TFUE está prevista a base jurídica para o Comité Permanente para a Cooperação Operacional em matéria de Segurança Interna (COSI), que foi criado através da Decisão do Conselho 2010/131 e estabelece como objetivo estimular a coordenação das atividades das autoridades competentes, garantindo a promoção e aumento da cooperação operacional no âmbito da segurança interna (SGMAI, 2015).

### **1.3.2. Acordo Schengen e respetiva Convenção de Aplicação**

O Acordo Relativo à Supressão Gradual dos Controlos nas Fronteiras Comuns, mais conhecido por Acordo de Schengen<sup>45</sup>, assinado em 1985 pela Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, França e República Federal Alemã, visava essencialmente a criação de um espaço de livre circulação de pessoas acompanhado pela supressão gradual dos controlos nas fronteiras comuns. De modo a garantir e reforçar a segurança e ordem pública dos Estados foram implementadas também medidas de segurança compensatórias (Direção Geral da Administração Interna, 2010).

A fim de concretizar o denominado espaço Schengen, onde não ocorre o controlo das fronteiras internas<sup>46</sup>, foi assinada a Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen (CAAS)<sup>47</sup> em junho de 1990, que estabelecia as normas que os Estados deviam observar, quer ao nível prático quer ao nível jurídico (Direção Geral da Administração Interna, 2010).

Para garantir que este novo paradigma de liberdade de circulação de pessoas não traria consequências para segurança comum dos EM, juntamente com a supressão de controlos nas fronteiras internas foram implementadas medidas adequadas relativas ao asilo

---

<sup>45</sup>Resolução da Assembleia da República nº 35/93: aprova, para adesão, o protocolo de adesão ao acordo relativo à supressão gradual dos controlos nas fronteiras comuns, assinado em Schengen a 14 de junho de 1985, e o acordo de adesão à Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 14 de junho de 1985, assinada em Schengen em 19 de junho de 1990.

<sup>46</sup>Entende-se por “fronteiras internas”, não só “as fronteiras comuns terrestres, incluindo as fronteiras fluviais e lacustres, dos Estados-Membros”, mas também, “os aeroportos dos Estados-Membros, no que respeita aos voos internos”, e ainda, “os portos marítimos, fluviais e lacustres dos Estados-Membros no que diz respeito às ligações regulares internas por *ferry*” (Artigo 2º nº1 do *Código das Fronteiras Schengen*, 2016, p. 6).

<sup>47</sup>Vide nota 45.

e imigração e à prevenção e combate da criminalidade, através do reforço da cooperação policial e aduaneira entre as autoridades competentes. (Piçarra, 2009).

Referindo-nos à cooperação policial, a CAAS define várias obrigações neste âmbito relativas às fronteiras internas e externas<sup>48</sup> bem como no interior do Espaço Schengen, com a finalidade de compensar eventuais deficiências de segurança que resultaram da supressão de controlos (SGMAI, 2015), as modalidades de cooperação estão previstas no Capítulo I do Título III da CAAS, mais especificamente nos artigos 39º a 47º.

No artigo 39º, refere-se que os serviços policiais dos EM se comprometem a prestar assistência para efeitos da prevenção e investigação de factos puníveis, contudo a troca deve ocorrer através do órgão central nacional, que em Portugal é o Gabinete Nacional SIRENE<sup>49</sup>, a não ser em situações de urgência, em que os pedidos podem ser dirigidos diretamente ao serviço de polícia requerido. As informações recebidas apenas podem ser utilizadas para obtenção de prova com consentimento prévio das autoridades judiciais competentes do EM requerido. Ainda no artigo 39º, o nº4 admite a possibilidade de a cooperação policial nas regiões transfronteiriças ser regulamentada através de convénios entre os Ministros competentes (Direção Geral da Administração Interna, 2010).

A conjugação do artigo anterior com o artigo 46º, que prevê a comunicação de informações pertinentes visando a prevenção de crimes e ameaças para a ordem e segurança por iniciativa própria, decorre em variados acordos bilaterais que resultam em estruturas de intercâmbio de informações e cooperação permanente, um bom exemplo são os Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) (SGMAI, 2015).

Nos termos do artigo 44º está prevista a obrigação de melhoria das redes de comunicação, sobretudo nas zonas de fronteira, bem como a interoperabilidade dos sistemas de comunicação e a troca de números de telefone e bandas de frequência, de modo a garantir uma comunicação eficaz sobretudo nas operações transfronteiriças (SGMAI, 2015).

Além das obrigações já referidas, existem instrumentos de cooperação previstos que contribuem para os objetivos da CAAS, nomeadamente, o artigo 40º - vigilância transfronteiriça, que permite que as autoridades policiais de um país continuem a vigilância de um suspeito iniciada no seu próprio país, tendo em conta as condições e a autorização do

---

<sup>48</sup> Define-se “fronteiras externas”, como “as fronteiras terrestres, inclusive as fronteiras fluviais e as lacustres, as fronteiras marítimas, bem como os aeroportos, portos fluviais, portos marítimos e portos lacustres dos Estados-Membros, desde que não sejam fronteiras internas” (Artigo 2º nº2 do União Europeia, 2016, p. 6).

<sup>49</sup> O gabinete SIRENE é “um ponto de contato único para todas as autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da lei e desempenham ainda um importante papel na cooperação policial dentro do espaço Schengen”, constitui então “a plataforma através da qual gira toda a troca de informações entre os Estados Schengen” (Direção Geral da Administração Interna, 2010, p. 17,18).



Estado onde esta ocorre (Oliveira, 2001), e também o artigo 41º - perseguição transfronteiriça, que segundo Pedroso (2000, p. 44), “consiste na possibilidade dos agentes policiais que no seu país persigam uma pessoa de continuarem essa perseguição no território de um outro Estado-Membro que tenha fronteira terrestre comum”, tendo em conta as limitações previstas.

O destacamento de oficiais de ligação, referido no artigo 47º e ainda no 7º e 125º da CAAS, contribui para a troca de informações e para “emitir pareceres e prestar assistência” e visa garantir ainda a promoção e incremento da cooperação para que se torne eficaz (Pedroso, 2000).

Por último, importa realçar a criação do Sistema de Informação Schengen (SIS) segundo o Título IV (artigos 92º a 119º) da Convenção, que constitui uma das “medidas compensatórias” previstas. Trata-se de um sistema de informação que permite a troca e partilha de informações, bem como emitir alertas por parte das autoridades policiais, relativamente a pessoas que não estão autorizadas a permanecer no espaço Schengen ou pessoas procuradas no âmbito de crimes, e ainda pessoas desaparecidas. Permite também introduzir dados de objetos como veículos, armas de fogo e documentos. Atualmente o sistema denomina-se SIS II que é a segunda geração do sistema inicial (Comissão Europeia, 2013).

Concluindo com as palavras de Milt (2017, p. 1), “Uma cooperação policial eficaz é um elemento essencial para tornar a União um espaço de liberdade, segurança e justiça, com base no respeito dos direitos fundamentais”.

## **CAPÍTULO 2**

### **COOPERAÇÃO POLICIAL TRANSFRONTEIRIÇA PORTUGAL - ESPANHA**

#### **2.1. Introdução**

Segundo Fernández-Montesinos (2015), nos últimos 30 anos, as relações entre Portugal e Espanha melhoraram significativamente, pois o facto de ambos pertencerem às mesmas organizações políticas veio permitir um incremento da colaboração, que tem sido excelente, no que diz respeito à Segurança e Defesa. Os benefícios que a partilha de meios e recursos traz são mútuos e contribui para a cooperação e relação de confiança entre os dois Estados.

A extinção dos controlos de pessoas e bens aquando da passagem das fronteiras internas da UE veio trazer novas implicações, nomeadamente a “colocação em comum dos territórios dos Estados-Membros” o que consequentemente põe em causa a sua segurança interna, tendo em conta o efeito que causa na identidade tanto dos Estados como da UE (Piçarra, 2010, p. 3).

Esta supressão dos controlos internos na zona Schengen, associada ao combate internacional contra a criminalidade, fez com que os Estados tornassem as suas fronteiras mais flexíveis para a cooperação entre autoridades policiais (Schmidt-Abmann, 2006).

Como já vimos anteriormente, nos termos do artigo 39º nº4 da CAAS está prevista a cooperação policial nas regiões transfronteiriças, que é regulada por acordos entre os estados e celebrados pelos Ministros competentes de ambas as partes, tendo em vista intensificar a cooperação nestas regiões com base em convénios bilaterais (Direção Geral da Administração Interna, 2010). A conjugação deste artigo com o artigo 46º da CAAS constitui então o suporte para os diversos acordos bilaterais assinados entre Portugal e Espanha.

Na XXVIII Cimeira Luso-Espanhola<sup>50</sup> (2015) que teve lugar em Baiona, Portugal e Espanha mostraram o seu interesse pela “intensa e satisfatória cooperação bilateral”, sobretudo na colaboração e troca de informações, no combate contra o terrorismo e contra a delinquência, bem como a imigração ilegal e tráfico de seres humanos.<sup>51</sup>

Sendo assim, neste capítulo iremos abordar os diversos acordos bilaterais de âmbito policial assinados entre os dois países, bem como a cooperação existente entre a GNR e a *Guardia Civil*. Por fim iremos analisar detalhadamente as Operações de Controlo Móvel realizadas entre estas duas forças congéneres.

## 2.2. Evolução dos Mecanismos de Cooperação<sup>52</sup>

Os primeiros passos no âmbito da Cooperação Policial foram dados a 27 de janeiro de 1987 com o Acordo sobre Cooperação em matéria de Luta contra a Droga<sup>53</sup>, que no seu artigo 2.º E) prevê o intercâmbio de informação e documentação de carácter policial tendo em vista a luta contra o tráfico ilícito de drogas. Também já se previa a colaboração entre as autoridades competentes<sup>54</sup> através da realização de ações conjuntas, de natureza preventiva e repressiva como consta no n.º3 do artigo 4.º.

Contudo o primeiro acordo, cujo objetivo essencial era a cooperação policial, foi assinado posteriormente em 1992 e designado Protocolo de Acordo sobre Cooperação Policial entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha<sup>55</sup>. Neste protocolo, os ministros de ambos os países abordaram assuntos e estabeleceram medidas tendo em vista o combate ao tráfico de estupefacientes e de veículos e também a coordenação e intercâmbio de informação.

---

<sup>50</sup>Cfr. [https://www.madrid.embaixadaportugal.mne.pt/images/Declaração\\_XXVIII\\_Cimeira\\_Luso-Espanhola.pdf](https://www.madrid.embaixadaportugal.mne.pt/images/Declaração_XXVIII_Cimeira_Luso-Espanhola.pdf), consultado em 18 de março de 2017.

<sup>51</sup> Segundo António Costa “melhorar a cooperação transfronteiriça é um dos objetivos de Portugal”. Para mais informação *vide* <http://www.ps.pt/2016/11/30/cooperacao-transfronteirica-sera-um-dos-temas-fortes-na-proxima-cimeira-luso-espanhola-na-primavera/>, consultado em 21 de março de 2017.

<sup>52</sup>Cfr. <http://www.sg.mai.gov.pt/RelacoesInternacionais/AcordosInternacionais/Paginas/default.aspx>, consultado em 5 de março de 2017.

<sup>53</sup> Decreto do Governo n.º 22/87 de 25 de junho.

<sup>54</sup> “São serviços e autoridades competentes para os fins do número anterior:

a) Em Portugal, a Polícia Judiciária e o Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga;  
b) Em Espanha, a Brigada Central de Estupefacientes.” (Artigo 4.º n.º2 do Acordo sobre Cooperação em matéria de Luta contra a Droga, 1987, p. 2).

<sup>55</sup> Decreto n.º 48/92 de 12 de dezembro.

Na mesma ocasião foi ainda assinado o Protocolo de Cooperação no Domínio da Segurança Rodoviária<sup>56</sup> cujo objetivo é instituir a cooperação entre as autoridades em estudos de segurança rodoviária, troca de informações rodoviárias e gestão de tráfego, controlo e repressão de infrações rodoviárias e ainda formação e sensibilização dos utentes da via pública.

O Protocolo de Cooperação sobre Fiscalização das Áreas Fronteiriças<sup>57</sup>, assinado em 1992 juntamente com os dois protocolos referidos anteriormente, em que se referia a Guarda Fiscal<sup>58</sup> e congéneres de Espanha, visava a execução de controlos mistos (patrulhamentos) em zonas críticas em virtude da realização da Expo 92 e dos Jogos Olímpicos, o estabelecimento de reuniões periódicas de coordenação, ligações rádio entre patrulhas móveis e centros de comando regionais, e também a troca de oficiais de ligação das forças de segurança.

Posteriormente, em janeiro de 1994, foi assinado o Acordo Bilateral sobre Controlos Móveis que será abordado detalhadamente no subcapítulo “2.3. As Operações de Controlo Móvel”.

A 19 de novembro de 1997, surge o Acordo sobre a Criação de Postos Mistos de Fronteira<sup>59</sup> com o objetivo de consolidar e desenvolver os instrumentos de cooperação transfronteiriça luso-espanhola em matéria policial, a fim de lutar contra a imigração ilegal e a prevenção e repressão da criminalidade. A missão passa pela recolha e difusão de informação, assistência mútua e a coordenação de ações de vigilância e patrulhamento transfronteiriço bem como operações comuns de controlos pontuais. Os Postos Mistos de Fronteira mais tarde foram extintos e deram lugar aos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira.

A fim de complementar a perseguição transfronteiriça prevista no artigo 41.º da CAAS, foi assinado em 1998 o Acordo em Matéria de Perseguição Transfronteiriça<sup>60</sup> que se aplica às perseguições efetuadas pelas fronteiras terrestres comuns e visava complementar e esclarecer as condições e circunstâncias em que esta era admissível, bem como os formalismos a adotar.

---

<sup>56</sup> Decreto n.º 50/92 de 24 de dezembro.

<sup>57</sup> Decreto n.º 6/93 de 26 de fevereiro.

<sup>58</sup> Extinta pelo Decreto-lei n.º 230/93 de 26 de junho e integrada na GNR como Brigada Fiscal, posteriormente com a reestruturação da Lei n.º 63/2007 foi criada a Unidade de Acção Fiscal (GNR, 2016).

<sup>59</sup> Decreto n.º 5/98 de 17 de fevereiro.

<sup>60</sup> Decreto n.º 48/99 de 9 de novembro.

Ainda em 1998, os dois países assinaram o Tratado para a Repressão do Tráfico Ilícito de Droga no Mar<sup>61</sup> que, nos termos do artigo 2.º, o objetivo passa por ambas as Partes prestarem cooperação com a finalidade de eliminar o tráfico ilícito por mar de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Com o objetivo de tornar mais efetiva a liberdade de circulação de pessoas e bens prevista no Acordo Schengen e na CAAS e também reforçar a coordenação das autoridades com missões policiais e aduaneiras, foi assinado em 2007 o Acordo sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira<sup>62</sup>. Este acordo veio criar os denominados Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) e converter os postos mistos de fronteira em CCPA. As principais atividades do CCPA passam pela prevenção e repressão da criminalidade nas zonas fronteiriças, apoio a vigilâncias e perseguições e coordenação de medidas conjuntas de patrulhamento na fronteira.

Relativamente ao acordo anterior, prevê ainda a cooperação direta entre autoridades competentes, em que tem como modalidades: o intercâmbio de agentes, a constituição de patrulhas mistas, investigações conjuntas e ainda a constituição de operações de controlo móvel que serão abordadas adiante.

Por fim, foi aprovado em 2008 o regulamento<sup>63</sup> que define os procedimentos organizacionais, funcionais, técnicos e de articulação entre as entidades presentes nos CCPA.

### **2.3. Cooperação entre a GNR e a *Guardia Civil***

Primeiramente, interessa esclarecer o que é a Guarda Nacional Republicana e a *Guardia Civil*, quais são as suas missões e como estão organizadas.

A GNR<sup>64</sup> é “uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa”. A sua principal missão passa por garantir a legalidade democrática e a segurança interna, bem como os direitos dos cidadãos e ainda colaborar no âmbito da defesa nacional. Ao nível de Unidades Territoriais<sup>65</sup> articula-se em Comandos Territoriais os quais possuem as

---

<sup>61</sup> Resolução da Assembleia da República n.º 9/2000, ratificado pelo Decreto n.º 2/2000 de 28 de janeiro.

<sup>62</sup> Vide Anexo B.

<sup>63</sup> Anexo da Portaria n.º 1354/2008, de 27 de novembro.

<sup>64</sup> Vide art.º 1.º da Lei n.º 63/2007, com declaração de retificação. Versão atualizada disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=939&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=939&tabela=leis), consultado em 12 de março de 2017.

<sup>65</sup> Vide Secção II da Lei.º 63/2007.

subunidades operacionais que localmente se articulam em Destacamentos, Subdestacamentos e Postos (Assembleia da República, 2007).

No que diz respeito à *Guardia Civil*, é um corpo de segurança pública de natureza militar de âmbito nacional integrado nas Forças e Corpos de Segurança do Estado Espanhol. A sua missão é garantir a proteção dos cidadãos, assegurar o cumprimento das lei, defender o livre exercício de direitos e liberdades e conferir segurança aos cidadãos. Ao nível de organização periférica é constituída por *Zonas, Comandancias, Compañias e Puestos* (Guardia Civil, 2016)<sup>66</sup>.

A cooperação policial no contexto do processo de integração europeia<sup>67</sup>, associada ao conjunto de normativos legais no âmbito da cooperação policial bilateral desenvolvida ao longo dos anos entre Portugal e Espanha, veio fomentar a cooperação existente entre a GNR e a *Guardia Civil*, que nos últimos anos tem sido notável.

Os primeiros contactos entre as duas forças congéneres ocorreram através dos Protocolos Bilaterais referidos no subcapítulo anterior, nomeadamente no Protocolo de Cooperação no domínio da Segurança Rodoviária e no Acordo Bilateral sobre Controlos Móveis. Contudo, o marco fundamental em que realmente se efetivou a cooperação entre as duas forças foi com a criação dos Postos Mistos de Fronteira, que levou à colocação de militares da GNR e da *GC* a trabalhar em conjunto na mesma infraestrutura física.

Como já foi referido, o Acordo sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira, assinado em 2007, veio substituir os Postos Mistos de Fronteira por CCPA e, no seu Título III, está prevista a cooperação direta entre autoridades, ou seja, entre a GNR e a *GC*. A referida cooperação direta visava essencialmente o intercâmbio de militares, a coordenação de ações conjuntas (patrulhas mistas) por meio terrestre, marítimo e aéreo, a fim de prevenir e reprimir a criminalidade com incidência transfronteiriça, a recolha e troca de informações em matéria policial e aduaneira, a realização de controlos móveis e ainda investigações conjuntas.<sup>68</sup>

Mais tarde em 2009, a GNR e a *GC* sentiram a necessidade de criar o Memorando de Cooperação<sup>69</sup>, com base na necessidade de desenvolver e reforçar a cooperação estabelecida

---

<sup>66</sup> Ley Orgánica 2/1986, de 13 de marzo, de Fuerza y Cuerpos de Seguridad, disponível em <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1986-6859>, consultado em 13 de março de 2007.

<sup>67</sup> Acresce recordar que o art.º 73.º do TFUE dispõe: “Os Estados-Membros são livres de organizar entre si e sob a sua responsabilidade formas de cooperação e de coordenação, conforme considerem adequado, entre os serviços competentes das respetivas administrações responsáveis pela garantia da segurança nacional.”

<sup>68</sup> Vide Artigos 9.º e 10.º do referido Acordo.

<sup>69</sup> Assinado em Lisboa, a 31 de março de 2009 entre o Comandante-Geral da GNR e o Diretor-Geral da Polícia e da Guardia Civil.

no Acordo sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira e incentivar e estimular a coordenação e intercâmbio de experiências e conhecimentos nas várias atividades profissionais. Nos termos do artigo 2.º os principais domínios a incidir passam pelo intercâmbio de informações, atuações operacionais, formação e gestão de pessoal e serviços.

Neste Memorando<sup>70</sup> está prevista não só a cooperação direta referida no Acordo sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira, mas também a cooperação entre diversas áreas e valências das duas instituições tais como: investigação criminal (art.º 4.º), prevenção de atos terroristas (art.º 5.º), luta contra infrações tributárias, fiscais e aduaneiras (Portugal) e fraude e contrabando (Espanha) (art.º 6.º), proteção da natureza e do ambiente (art.º 7.º), gestão de pessoal e de recursos humanos (art.º 8.º), intercâmbio de experiências e formação (art.º 9.º) e outras formas de cooperação (art.º 10.º).

Segundo a Estratégia 2020, esta cooperação direta, “continuará a merecer uma atenção especial sobretudo pela sua importância no quadro da segurança das regiões fronteiriças e, num âmbito mais geral, do próprio espaço Ibérico” (Guarda Nacional Republicana, 2015, p. 73).

#### **2.4. As Operações de Controlo Móvel<sup>71</sup>**

A 17 de janeiro de 1994, o Ministro da Administração Interna de Portugal e o Ministro do Interior de Espanha reuniram-se e analisaram os diversos problemas que afetavam os dois países, nomeadamente a imigração ilegal, a criminalidade organizada e o tráfico de estupefacientes e, tendo em vista o incremento da capacidade de luta contra esta problemática resolveram estabelecer o Acordo Luso-Espanhol sobre Controlos Móveis<sup>72</sup>.

No ponto 1 do Acordo refere-se que as autoridades policiais de ambos os Estados criariam progressivamente um sistema de controlos móveis<sup>73</sup>, a realizar dentro de uma zona de 50km a partir da linha de fronteira, tanto do lado português como espanhol, de modo a garantir a vigilância conjunta e coordenada da fronteira comum. A realização destes controlos cabem por parte de Portugal à GNR e ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)<sup>74</sup>, e por parte de Espanha aos Corpos e Forças de Segurança do Estado.

---

<sup>70</sup> Vide Anexo C.

<sup>71</sup> Vide Anexo A.

<sup>72</sup> Entrada em vigor a 20 de janeiro de 1994.

<sup>73</sup> O conceito de “móvel” pode ser definido como algo “que se move, que não está fixo” (Infopédia, 2017).

<sup>74</sup> Para mais informações sobre o SEF vide <http://www.sef.pt/>, consultado em 22 de março de 2017.

Relativamente ao conceito de vigilância, este pode ser definido como o ato ou resultado de vigiar, permanecer atento e proteger, basicamente trata-se de uma situação em que um indivíduo ou grupo está em estado de alerta permanente (Caniato & Nascimento, 2007). Neste contexto, a vigilância da fronteira comum constitui então a atenção, proteção e estado de alerta que as autoridades policiais têm para com a fronteira entre Portugal e Espanha.

O ponto 2 do acordo vem definir as zonas e pontos de coordenação ao nível local e provincial em ambos os lados fronteiriços. Os órgãos de coordenação estão previstos no ponto 3, dividindo-se em três níveis: nacional, provincial e local. As reuniões de coordenação devem ocorrer, semestralmente, trimestralmente e quinzenalmente, respetivamente.

Além do referido, está também previsto estabelecer comunicações (ponto 4) entre unidades policiais fronteiriças, a partilha de informações (ponto 5) relativas à segurança, o intercâmbio (ponto 6) de funcionários e agentes a fim de realizar cursos de formação ou aperfeiçoamento e ainda o intercâmbio de oficiais de ligação (ponto 7).

No já referido Acordo sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira, nos termos da alínea c) n.º 4 do art.º 9.º do Título III cooperação direta, uma das modalidades de cooperação entre as autoridades de ambas as Partes é a constituição de operações de controlos móveis. À semelhança do acordo anteriormente citado, os controlos móveis serão efetuados numa área de 50km da linha fronteiriça, com o objetivo de prevenir e reprimir qualquer tipo de criminalidade de carácter transfronteiriço e recolher/partilhar informação policial. Contudo uma inovação, face ao acordo prévio, é o facto de poderem ser efetuados via terrestre, marítima ou aérea.<sup>75</sup>

De modo a reforçar a cooperação direta entre a GNR e a GC, que já estava prevista no acordo antecedente, as duas instituições acordaram no Memorando de Cooperação a constituição de operações de controlos móveis<sup>76</sup> realizadas por militares das duas forças tanto do lado de Portugal como do lado de Espanha, nos mesmo moldes que são realizadas as baseadas no Acordo sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira.

Visto que estamos inseridos num espaço de livre circulação de pessoas e bem, a reintrodução de controlos nas fronteiras internas apenas ocorrerá como medida excecional,

---

<sup>75</sup> Vide art.º 10.º e 12.º do Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira (2007).

<sup>76</sup> Cfr. art.º 3.º do Memorando de Cooperação entre a Guarda Nacional Republicana de Portugal e a Guardia Civil do Reino de Espanha (2009).



não devendo existir controlos fronteiriços nem adotadas formalidades apenas devido à passagem destas fronteiras. (União Europeia, 2016)

No Título III do Código de Fronteiras Schengen (2016)<sup>77</sup> relativo às Fronteiras Internas estão previstos os Controlos no interior do território, mais especificamente no art.º 23.º, em que refere que o facto de não se efetuarem controlos nas fronteiras internas não interfere com a realização de controlos no âmbito do exercício das competências de polícia por parte das autoridades nas zonas fronteiriças.

Basicamente, mediante certas circunstâncias<sup>78</sup>, estes controlos podem ser efetuados desde que não possuam um efeito/objetivo equivalente a um controlo de fronteira<sup>79</sup>. Apenas baseados em informações policiais ou caso haja a possibilidade de ameaça à ordem pública e ainda se destinem a combater o crime transfronteiriço e obter controlos por amostragem (União Europeia, 2016).

Com base no art.º 23.º do Código de Fronteiras Schengen podemos enquadrar as operações de controlo móvel como tratando-se de controlos no interior do território. Atendendo às condições previstas, podemos observar o facto de estas se realizarem numa área de 50km do limite de fronteira não constituindo pontos fixos para os locais de realização e o objetivo primordial prende-se em “prevenir e reprimir qualquer tipo de criminalidade com expressão transfronteiriça, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 5.º do presente Acordo<sup>80</sup>”, com especial incidência nos crimes previstos na alínea a) do n.º 4 do art.º 41.º da CAAS.

---

<sup>77</sup> Regulamento (UE) 2016/399 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2016, que estabelece o Código da União relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras.

<sup>78</sup> Vide art.º 23.º do Código das Fronteiras Schengen.

<sup>79</sup> Controlos de Fronteira são “Controlos efetuados nos pontos de passagem de fronteira, a fim de assegurar que as pessoas, incluindo os seus meios de transporte e objetos na sua posse, podem ser autorizados a entrar no território dos Estados-Membros ou autorizadas a abandoná-lo”, n.º11, art.º 2.º do Código de Fronteiras Schengen.

<sup>80</sup> Refere-se ao Acordo sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira.

## **PARTE II – PARTE PRÁTICA**

### **CAPÍTULO 3**

### **METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS**

#### **3.1. Generalidades**

Segundo Sarmiento (2013, p. 6), investigação consiste em realizar “o diagnóstico das necessidades de informação e seleção das variáveis relevantes sobre as quais se irão recolher, registar e analisar informações válidas e fiáveis”. Deste modo a investigação no âmbito das ciências sociais rege-se segundo duas premissas: primeiramente tem que ser científica, ou seja, ter em conta a sistematização e o rigor e de seguida tem que ser adequada ao objeto que estamos a estudar (Coutinho, 2014).

Uma vez que estamos perante um trabalho de investigação aplicada, a conceção deste estudo assenta numa investigação que se traduz num “processo sistemático que permite examinar fenómenos com vista a obter respostas para questões precisas que merecem uma investigação” (Fortin, 2003, p. 18).

Para a realização deste estudo a metodologia a seguir reveste-se de elevada importância, pois é através do processo ou método que escolhemos que iremos atingir o nosso objetivo (Sarmiento, 2013). Quando nos referimos ao método, estamos a falar das várias atividades sistemáticas e racionais que nos irão garantir atingir o nosso fim, através da escolha do fio condutor que vamos percorrer (Marconi & Lakatos, 2003).

O método a utilizar na investigação científica é o método científico, que se traduz pela panóplia de processos ou operações mentais, que devem ser aplicados na investigação, a fim de atingir o conhecimento, por outras palavras, “é a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa”(Prodanov & Freitas, 2013, p. 24).

#### **3.2. Tipo de abordagem da investigação e justificação**

Os métodos de abordagem permitem esclarecer quais os procedimentos que devemos adotar no processo de investigação e dão-nos a possibilidade de decidir até onde queremos investigar (Prodanov & Freitas, 2013).

O método hipotético dedutivo aplica-se “quando os conhecimentos disponíveis (...) são insuficientes para a explicação de um fenómeno”, a fim de explicar as dificuldades do problema, “são formuladas conjecturas ou hipóteses” (Gil, 2008, p. 12). No presente estudo utilizamos este método definido por Karl Popper, uma vez que recorremos à formulação de hipóteses para explicar o tema abordado, de modo a que essas hipóteses sejam posteriormente testadas com o objetivo de as considerar válidas ou refutadas (Sarmiento, 2013).

Por vezes é necessário utilizar mais do que um método numa investigação, pois um único método não é “suficiente para orientar todos os procedimentos a serem desenvolvidos ao longo da investigação (Prodanov & Freitas, 2013, p. 34). O recurso a mais do que um método torna-se essencial com o intuito de encontrar “as respostas para a pergunta de partida da investigação e perguntas derivadas da pergunta de partida” (Sarmiento, 2013, p. 7). Citando Karl Popper (2005, p. xx), *“I do not care what methods a philosopher (or anybody else) may use so long as he has an interesting problem, and so long as he is sincerely trying to solve it.”*

“A pesquisa de campo poderá ser classificada como de abordagem predominantemente quantitativa ou qualitativa” (Sarmiento, 2013, p. 10). Visto que optamos pela realização de entrevistas semiestruturadas foi então aplicada uma metodologia qualitativa onde, segundo Vilelas (2009, p. 105), “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjectividade do sujeito, que não pode ser traduzido em números”.

A metodologia quantitativa consiste num “processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis” (Fortin, 2003, p. 22). Através deste método efetuamos a recolha de dados secundários relativos aos controlos móveis realizados, permitindo assim a “observação de factos objectivos, de acontecimentos e fenómenos que existem independentemente do investigador” (Fortin, 2003, p. 22).

### **3.3. Modelo de análise**

Para iniciarmos uma investigação é fundamental formular um problema que se relacione com o tema inicialmente proposto, tendo em vista “esclarecer a dificuldade específica com a qual nos deparamos e que pretendemos resolver por intermédio da pesquisa” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 121). Para Quivy & Campenhoudt (2005, p. 44),

esta primeira etapa consiste em “enunciar o projeto sob a forma de uma pergunta de partida”, que “servirá de primeiro fio condutor da investigação”.

Assim, de modo a obtermos “um enunciado interrogativo claro e não equívoco que precisa os conceitos-chave, especifica a população alvo e sugere uma investigação empírica<sup>81</sup>” (Fortin, 2003, p. 51), formulámos a seguinte questão central:

**QC:** *Qual a importância das Operações de Controlo Móvel para a vigilância da fronteira comum entre Portugal e Espanha?*

Com a intenção de obter a resposta ao problema da investigação, que se traduz na questão central, desenvolvemos as questões derivadas, com base nos objetivos específicos que foram definidos, e de modo a que estes sejam alcançados:

**QD1:** *Qual a necessidade das Operações de Controlo Móvel para garantir a segurança das zonas fronteiriças?*

**QD2:** *De que forma as Operações de Controlo Móvel contribuem para o combate às ameaças transnacionais?*

**QD3:** *Quais os principais constrangimentos e dificuldades na realização das Operações?*

**QD4:** *Que resultados têm produzido as Operações de Controlo Móvel?*

**QD5:** *Como é feita a coordenação e operacionalização entre a GNR e a Guardia Civil?*

Como foi referido anteriormente, o método de abordagem escolhido para a investigação foi o hipotético dedutivo, o que pressupõe a formulação de hipóteses que “constituem respostas supostas e provisórias ao problema” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 122), “antecipando características prováveis do objeto a ser investigado” para posterior confirmação (Sarmiento, 2013, p. 13). As hipóteses que levantamos foram as seguintes:

**H1:** *A cooperação policial é essencial para a segurança das zonas de fronteira e contribui para o sentimento de segurança da população.*

**H2:** *Os Controlos Móveis têm um efeito dissuasor para a criminalidade transfronteiriça.*

**H3:** *As Operações de Controlo Móvel são suficientes e adequadas face às ameaças atuais.*

**H4:** *Os meios disponíveis para realizar as operações são inadequados e escassos.*

---

<sup>81</sup> “A investigação empírica é a recolha de dados a partir de experiências, observações diretas, entrevistas ou inquéritos, que o investigador ou outras pessoas experienciam ou tem conhecimentos relevantes e fidedignos sobre o tema em análise” (Sarmiento, 2013, p. 10).

**H5:** *O planeamento das operações não é adequado.*

**H6:** *Os Controlos Móveis são essenciais para a cooperação policial.*

**H7:** *A recolha e partilha de informações ocorre de forma eficaz.*

**H8:** *As operações visam essencialmente o âmbito contraordenacional em detrimento do âmbito criminal.*

**H9:** *É necessário criar doutrina conjunta para regulamentar os procedimentos e atuação de ambas as forças.*

### **3.4. Métodos e Técnicas de recolha de dados**

O recurso a métodos e técnicas na pesquisa científica deve estar ajustado ao problema que pretendemos estudar e às hipóteses que formulamos, portanto a escolha está sujeita a vários fatores relacionados com a pesquisa (Marconi & Lakatos, 2003); “cabe ao investigador determinar o tipo de instrumento de medida que melhor convém ao objectivo do estudo” (Fortin, 2003, p. 240).

Numa fase inicial foi utilizada a pesquisa bibliográfica recorrendo principalmente a livros, artigos científicos e revistas relacionadas com o tema. Esta informação “é crucial (...) pois a revisão da literatura sobre o tema em estudo é baseada em vários documentos, de diversos autores” (Sarmiento, 2013, p. 20). Há que ter em conta que este tipo de pesquisa “não é a mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto”, leva a uma nova análise do tema que resulta em “conclusões inovadoras” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 183).

A pesquisa documental também foi amplamente utilizada através das fontes secundárias de diversos documentos oficiais tanto nacionais como internacionais, foram analisados os diversos tratados ao nível da UE e os vários acordos bilaterais entre Portugal e Espanha, e ainda a vasta normativa legal associada ao tema. “A utilização da pesquisa documental é destacada no momento em que podemos organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 56).

Numa segunda fase surge a observação indireta, na qual “o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada” contribuindo assim para a produção de informação (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 164). Na técnica de entrevista o investigador coloca as perguntas ao investigado de modo a obter os dados relevantes para a investigação, sendo que é bastante empregue nas ciências sociais, e “muitos autores consideram a entrevista como a técnica por excelência na investigação social” (Gil, 2008, p. 109).

Com a aplicação das entrevistas pretende-se obter dados e informações relevantes para o trabalho e que permitam aprofundar o tema sob o ponto de vista e experiência dos vários entrevistados, complementando assim a prévia análise da informação recolhida na pesquisa bibliográfica e documental.

Optou-se assim por realizar entrevistas semiestruturadas ou semidiretivas, onde o “entrevistado responde às perguntas do guião pela ordem que entender, podendo falar sobre outros assuntos relacionados com as perguntas” (Sarmiento, 2013, p. 34). Contudo cabe ao investigador a preocupação de “reencaminhar a entrevista para os objetivos cada vez que o entrevistado” altera o rumo da mesma” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 193). As entrevistas foram realizadas individualmente e de forma presencial, mas devido à dispersão dos entrevistados, tornou-se necessário efetuar algumas entrevistas via correio eletrónico, nomeadamente aos entrevistados que se encontravam fora do território nacional.

O guião da entrevista<sup>82</sup> é essencial para orientar a realização da entrevista. Elaborou-se uma carta de apresentação e um guião de entrevista em língua portuguesa<sup>83</sup> e em língua espanhola<sup>84</sup>, com base nas questões e hipóteses formuladas<sup>85</sup> anteriormente, composto por questões abertas e mistas de modo a deixar “o sujeito livre para responder como entender, sem que tenha de escolher respostas predeterminadas (...) o respondente cria as suas respostas e exprime-as pelas suas próprias palavras” (Fortin, 2003, p. 247). As questões presentes no guião não se aplicam de igual forma a todos os entrevistados, foram selecionadas as perguntas que mais se adequam consoante a função que o entrevistado desempenha.

“O investigador em ciências sociais recolhe documentos” pois “espera encontrar neles informações úteis para estudar outro objecto, como por exemplo, na investigação de dados estatísticos” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 201). Por isso, na fase final, procedemos à recolha de dados preexistentes, mais especificamente dados secundários<sup>86</sup> junto do Comando Operacional da GNR, relativos aos Controlos Móveis<sup>87</sup>.

---

<sup>82</sup> Trata-se de “um instrumento para a recolha de informações na forma de texto, que serve de base à realização da entrevista propriamente dita” (Sarmiento, 2013, p. 31).

<sup>83</sup> Vide Apêndice A – Carta de Apresentação e Guião de Entrevista em Português.

<sup>84</sup> Vide Apêndice B – Carta de Apresentação e Guião de Entrevista em Espanhol.

<sup>85</sup> Vide Apêndice C – Relação das Questões da Investigação e Hipóteses com o Guião de Entrevista.

<sup>86</sup> “Os dados secundários já existem e foram recolhidos, registados e analisados por outras pessoas, para o mesmo fim ou para outros fins diferentes do propósito específico da presente necessidade de informação” (Sarmiento, 2013, p. 16).

<sup>87</sup> Vide Anexos D, E e F – Dados Estatísticos Controlos Móveis 2014, 2015 e 2016.

### **3.5. Métodos e Técnicas de análise de dados**

Após a recolha dos dados é necessário fazer a sua análise. Esta “análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de repostas ao problema proposto para investigação” (Gil, 2008, p. 156). Segundo Quivy & Campenhoudt (2005, p. 216), “a análise das informações compreende múltiplas operações (...) a descrição e a preparação dos dados necessários para testar as hipóteses (...) a análise das relações entre as variáveis (...) e a comparação dos resultados esperados a partir da hipótese.”

Para analisar os dados obtidos com a realização das entrevistas é necessário organizar toda a informação a fim de facilitar a sua apresentação. Deste modo, procedeu-se à sua classificação, codificação e respetiva tabulação (Freixo, 2011).

Inicialmente procedemos à análise das respostas de cada pergunta realçando os principais aspetos referidos pelos entrevistados, o que nos permitiu efetuar a sua classificação que é “uma forma de distribuir e selecionar os dados obtidos na fase de colheita”. Definidos os segmentos consoante as respostas recolhidas, efetuamos a sua codificação, que “é o processo utilizado para a colocação de cada informação em categorias, atribuindo a estas um determinado símbolo”, através de números. Por último, surge a tabulação onde “se apresenta os dados obtidos da categorização em tabelas” (Freixo, 2011, p. 245,246).

Dos diferentes métodos de análise de conteúdo das entrevistas, utilizou-se a análise categorial que “consiste em calcular e comparar as frequências de certas características previamente agrupadas em categorias significativas”, recorrendo sobretudo ao método quantitativo e também ao qualitativo (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 228).

Por fim, procedemos à análise estatística dos dados secundários obtidos junto do Comando Operacional (CO) relativos à atividade operacional realizada entre a GNR e a GC desenvolvida no último triénio (2014 a 2016), incidindo nas operações conjuntas realizadas e nos resultados que advieram dessas operações. “Quando os dados a analisar preexistem à investigação através da recolha de dados documentais, fala-se geralmente de análise secundária” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 223). À semelhança das entrevistas, “os métodos de análise estatística dos dados são igualmente utilizados para o exame de documentos (...) trata-se de um método de análise de conteúdo”, sendo usado o método qualitativo (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 223).

### 3.6. Amostragem: composição e justificação

Uma vez que a presente investigação se baseia nos controlos móveis decorrentes da cooperação existente entre a GNR e a GC, o universo de elementos a considerar para a nossa pesquisa é de tal modo abrangente “que se torna impossível considerá-lo em sua totalidade”. Para fazer face a este constrangimento, optou-se por “trabalhar (...) com uma pequena parte dos elementos que compõe o universo” a fim de seleccionar os indivíduos que sejam “representativos dessa população que pretende estudar” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 97).

Devido ao âmbito da investigação e aos objetivos que se pretendem atingir, optou-se por seleccionar um tipo de amostra não probabilística pois os elementos não foram seleccionados aleatoriamente. Dentro desta, a escolha recaiu numa amostra de seleção racional, em que, de acordo com as informações disponíveis, elegemos um subgrupo que “possa ser considerado representativo de toda a população” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 98,99).

A escolha dos entrevistados visou obter diversas perspetivas, desde o nível tático até ao estratégico. Optamos por entrevistar Oficiais e Sargentos dos Destacamentos Territoriais da GNR e Oficiais das *Compañias* da *Guardia Civil* das zonas de fronteira, pois possuem um vasto conhecimento e experiência sobre o objeto em estudo. A escolha dos locais teve em consideração a não incidência apenas numa região específica da fronteira, e também devido ao facto de não ser exequível para o investigador a recolha de dados ao longo de toda a fronteira terrestre.

Foram entrevistados também os Oficiais de Ligação de ambas as forças e outras entidades com conhecimento sobre o assunto, nomeadamente o Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais (DPERI) e o Coordenador Nacional dos CCPA, com estas entrevistas pretende-se assim obter uma visão mais estratégica acerca do tema a investigar.

No Apêndice D, encontra-se a listagem da amostra devidamente identificada e ordenada de forma cronológica da concretização da entrevista.



## CAPÍTULO 4

### ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

#### 4.1. Entrevistas

➤ Nas respostas obtidas à **Questão 1<sup>88</sup>** – “*Considera as Operações de Controlo Móvel essenciais para a cooperação policial entre a GNR e a Guardia Civil?*” – é de realçar que a totalidade dos quinze entrevistados (100%) referiu que estas operações são essenciais, importantes e fundamentais para a cooperação.

De entre as várias razões que levam a afirmar a importância destas operações, seis dos entrevistados (40%) afirmam que é através dos controlos móveis que existe uma interação entre os militares proporcionando assim a troca de conhecimentos e experiências sobre o modo de atuação, doutrina, técnicas e procedimentos das duas forças, e ainda como refere o E11 – “*permite una interrelación personal entre Agentes*”.

Associada a esta interação, existe também uma aproximação e fortalecimento da relação entre as duas forças, como foi referido por cinco entrevistados (33%). O E9 afirma mesmo tratar-se de “um elo muito forte da ligação”, o que nos leva a compreender a importância destas operações para a cooperação entre a GNR e a GC, tratando-se de um facilitador da comunicação e da cooperação entre as forças, como referido por quatro dos entrevistados (27%).

Três dos entrevistados (20%) referiram também que os controlos móveis são essenciais devido às informações que se obtém e se partilham entre as duas forças, indo ao encontro do referido anteriormente no que concerne à comunicação e cooperação.

➤ Na **Questão 2<sup>89</sup>** – “*De forma sumária, como são planeadas as Operações de Controlo Móvel?*” – verificamos que o planeamento dos controlos móveis varia entre as várias unidades onde foram efetuadas as entrevistas, todavia sete dos entrevistados (64%) disseram que estas são planeadas nas reuniões que ocorrem entre o Destacamento e a

---

<sup>88</sup> Vide Tabela 1 do Apêndice G.

<sup>89</sup> Vide Tabela 2 do Apêndice G.

*Compañia* e três (27%) declararam que são planeadas nas reuniões entre o CTer e a *Comandancia*, cumprindo assim o disposto no art.º 11.º do Memorando de Cooperação.

Dos entrevistados, cinco (45%), afirmaram desconhecer como é feito o planeamento ou não participam nestas reuniões referidas anteriormente. Destes cinco, quatro são os Sargentos entrevistados, que não são incluídos tanto nas reuniões como no planeamento das operações, cabendo apenas ao Cmdt do DTer e ao *Jefe de la Compañia*. Um caso particular refere-se ao E14, que tratando-se de um Cmdt de DTer, afirma que as operações são planeadas apenas nas reuniões entre o CTer e a *Comandancia* e apenas participam os oficiais do CTer, estando os Cmdt dos DTer dispensados.

De referir ainda que três entrevistados (27%) mencionaram que para o planeamento têm em conta interesses operacionais consoante o dia, a hora e o local de modo a obter sucesso na realização da operação, por exemplo, o E10 referiu que, – “*Se buscan fechas y tramos horarios de afluencia de personas y vehículos susceptibles de cometer ilícitos penales y/o administrativos*”. No planeamento são ainda definidos os objetivos, os meios e o efetivo a empenhar, segundo dois entrevistados (18%).

Importa ainda destacar o facto de segundo o E6 (DTer Elvas), as operações se realizarem alternadamente em Portugal e Espanha, enquanto segundo o E15 (PTer Melgaço), em cada operação estão cerca de uma hora em cada país.

➤ Dos dados obtidos nas respostas à **Questão 3<sup>90</sup>** – “*Que domínios/áreas são privilegiados nas Operações?*” – resulta que onze dos entrevistados (73%) declararam que os controlos móveis incidem essencialmente nas vertentes trânsito e segurança rodoviária, ambiental e fiscal e aduaneira, dez (67%) referiu o tráfico de estupefacientes e de armas e quatro (27%) os crimes contra o património, nomeadamente o furto de veículos e furto de metais não preciosos.

No Acordo Luso-Espanhol sobre Controlos Móveis está previsto que o objetivo destas operações seria combater a imigração ilegal, a criminalidade organizada e o tráfico de estupefacientes, já no Acordo sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira, prevê a prevenção e repressão de qualquer tipo de criminalidade transfronteiriça<sup>91</sup>. Assim podemos observar que 53% dos entrevistados afirmou que o principal objetivo prende-se então com a prevenção e repressão de infrações contraordenacionais e criminais, já no que respeita ao controlo de pessoas e bens e ao tráfico de seres humanos/imigração ilegal apenas foi referido por 20% e 27% respetivamente.

---

<sup>90</sup> Vide Tabela 3 do Apêndice G.

<sup>91</sup> Vide art.º 10.º.

Apesar destas áreas específicas, quatro entrevistados (27%) afirmaram que nas operações se fiscaliza todas as valências, pois como refere o E2 – “na prática acaba por ser fiscalizado tudo consoante cada situação que aparece”.

➤ Analisando a tabela 4<sup>92</sup> com os dados obtidos através da **Questão 4** – “*Considera que os meios utilizados para realizar estas operações são adequados e suficientes?*” – podemos afirmar que, no geral, os meios quer materiais quer humanos são adequados e suficientes. Segundo o E6 – “as operações são planeadas com alguma antecedência (...) são solicitados todos os meios necessários”, porém há sempre a possibilidade de estes serem melhorados como proferiram sete dos entrevistados (63%). Apenas 18% (dois entrevistados) afirmou que os meios não eram adequados nem suficientes.

Uma das principais lacunas observadas (45%) é o facto de a GNR não possuir meios de sinalização para efetuar operações nas autoestradas, e o mesmo se aplica à inexistência de meios informáticos para aceder no local às bases de dados bem como o elevado desgaste que as viaturas apresentam (ambas com 18%). Esta situação não ocorre na GC, pois os três *Jefes de las Compañias* mostraram-se satisfeitos com os meios que possuíam e não apontaram nenhuma deficiência a este nível.

No que refere a meios humanos, quatro (36%) entrevistados disseram que o efetivo é insuficiente, e isto deve-se sobretudo como referiu o E5 – “devido à redução do efetivo e o novo sistema de folgas e horário de referência”, que acaba por levar a um subcarga operacional e que por vezes o número de militares disponíveis para empenhar não é o desejável. No caso específico do E1, este referiu que ao nível do PTer o efetivo é suficiente, contudo ao nível do DTer o efetivo já não é suficiente, sobretudo militares do NIC e do NPA. Segundo o E14 e o E15, o efetivo existente é suficiente para a quantidade de operações que realizam, mas caso seja necessário realizar mais há necessidade de mais militares.

➤ Conforme a tabela 5<sup>93</sup>, alusiva às respostas à **Questão 5** – “*Quais são os maiores constrangimentos/dificuldades sentidas durante as operações?*” – obtivemos que 45% (cinco dos entrevistados) expôs a necessidade de solicitar apoio à concessionária da autoestrada para efetuar um corte de via, esta necessidade prende-se com o observado anteriormente no respeitante à falta de meios de sinalização.

Na sequência da questão anterior, cinco entrevistados (45%) voltou a referir os meios como uma dificuldade sentida. Por exemplo, ao nível de meios informáticos, a sua falta implica que quando necessitem de alguma informação tenham que recorrer ao rádio para a

---

<sup>92</sup> Vide Apêndice G.

<sup>93</sup> Vide Apêndice G.

solicitar, constituindo assim um constrangimento segundo 18% (2 entrevistados). Outro problema também referido na questão anterior é a falta de efetivos referida por 18% (2 entrevistados) conjugada com o horário de referência trazendo dificuldades para o planeamento.

Relativamente à língua, um militar da GC (9%) referiu a diferença entre o português e o espanhol como uma dificuldade sobretudo em termos técnicos policiais, contudo como afirmou o E8 – “a própria barreira da língua é uma coisa que não se verifica”, a maioria dos entrevistados da GNR garantiu não ter qualquer dificuldade com a língua espanhola devido à grande capacidade de adaptação que os portugueses possuem.

Apenas um dos entrevistados (9%) referiu a doutrina diferente como uma dificuldade, resultado dos diferentes ordenamentos jurídicos de cada país. Outros problemas apontados são a dificuldade de fluidez e agilidade em certas ocasiões (9%), bem como o estabelecimento de controlos por parte de *Unidades de Seguridad Ciudadana*<sup>94</sup>, uma vez que estas estão dependentes da *Ciudadanía* para poder intervir.

➤ Na sequência da questão anterior e examinando as respostas à **Questão 6**<sup>95</sup> – “*Quais as medidas que poderiam ajudar a suprimir essas dificuldades?*” – percebemos que a principal solução apresentada passa por adquirir e melhorar os meios materiais, exposto por 5 entrevistados (45%) ambos militares da GNR, sobretudo meios informáticos e a sinalização para operações na autoestrada, ou ainda, como referiu o E2 (9%), “alterar a configuração da via com algumas barreiras, Vilar Formoso é um bom exemplo”, deste modo a realização de operações na fronteira seria muito mais eficaz. O reforço do efetivo nos PTER que estão junto à fronteira também foi referido por 27% (três dos entrevistados).

Dos entrevistados, 36% referiu que deveriam estar incluídas nas operações, com mais frequência, as diversas valências como o trânsito, ambiental, fiscal e investigação criminal, de forma a que a atuação e a atividade desenvolvida seja mais abrangente e obtendo assim melhores resultados nas operações. Nesses 36%, de salientar que o E8 colocou a hipótese de se criar uma força ao nível do CCPA com mais efetivos e com esta responsabilidade exclusiva de executar os controlos móveis, sem prejuízo dos que já são realizados pelo CCPA, e ainda o E11 refere que deviam ser usadas unidades específicas de controlo com esta única responsabilidade.

<sup>94</sup> “*Son unidades de reserva de ámbito provincial capacitadas para el apoyo operativo a las Compañías y Puestos Territoriales en las areas de prevención, mantenimiento y restablecimiento de la seguridad ciudadana*”(Guardia Civil, 2016).

<sup>95</sup> Vide Tabela 6 do Apêndice G.

Outras soluções indicadas apenas por entrevistados da GC são a maior fluidez no intercâmbio de informação (9%), a formação básica em língua portuguesa e língua espanhola para facilitar a comunicação (9%) e efetuar uma formação conjunta (9%) bem como ao nível normativo para atuação das forças no âmbito fronteiriço ou no interior de outro país.

➤ Relativamente à **Questão 7<sup>96</sup>** – “*Admite que a criação de doutrina conjunta para regulamentar os procedimentos e atuação de ambas as forças iria permitir uma maior eficácia nas operações?*” – podemos observar que as respostas dos entrevistados são bastante divergentes.

É de salientar que nove dos entrevistados (60%) afirmou que deveria ser criada doutrina conjunta pois iria facilitar em muito a atuação de ambas as forças e traria maior eficácia nas operações e melhores resultados. Como referiram 20% dos entrevistados poderia contribuir de forma positiva e trazer vantagens para as operações.

Três dos entrevistados (20%) afirmou não ser necessário criar doutrina conjunta, pois como refere o E11 – “*cada cuerpo debe actuar conforme a sus procedimientos en virtud de la independencia de los Estados y la Normativa propia*”.

Para quatro entrevistados (27 %) a doutrina de ambas as forças é semelhante, visto tratarem-se de forças congêneres de natureza militar integradas em países que pertencem a organizações internacionais: como refere o E4 – “o planeamento militar e a doutrina de Portugal e Espanha pertence a organizações como a NATO, como a UE, a doutrina é comum”; o E10 refere ainda “a formação militar e policial com raízes similares, o intercâmbio de formação e o treino conjunto com base nos mesmos padrões”.

De referir que dois entrevistados (13%) afirmaram que, apesar de não ser necessário criar doutrina conjunta, definir alguns procedimentos sobretudo “ao nível da segurança seria importante” (nas palavras do E15).

No entanto, para 40% dos entrevistados, os procedimentos estão definidos e a coordenação existente é suficiente. Segundo o E4, existem as reuniões anuais de coordenação que servem para “uniformizar os procedimentos”, ambas as forças possuem Oficiais de Ligação; e o E8 afirma mesmo que - “as reuniões que fazemos são suficientes”. Para o E10 – “os procedimentos de atuação estão bem definidos e são interoperáveis, o enquadramento legal assenta no princípio da territorialidade”, ou seja, conforme o local onde se desenrola a operação “a força que vem de fora é meramente observadora e dá apoio em termos de informações” disse o E15. Nas palavras do E14 – “cada entidade é responsável

---

<sup>96</sup> Vide Tabela 7 do Apêndice G.

pela segurança, fiscalização e realização do respetivo expediente consoante a operação decorra em território português ou espanhol.”

➤ Sendo a recolha e troca de informações em matéria policial uma das missões da cooperação direta<sup>97</sup>, da análise das respostas à **Questão 8**<sup>98</sup> – “*Como se processa a troca/partilha de informações recolhidas nas operações?*” – podemos observar o papel fundamental que os CCPA desempenham nesta área das informações, pois 64% dos entrevistados afirmou que esta partilha entre as forças ocorre através do CCPA.

Podemos evidenciar também a troca de informações que ocorre nas reuniões efetuadas entre o DTer e a *Compañia*, como referido por seis entrevistados (55%), e nas reuniões entre o CTer e a *Comandancia*, referido por três (27%). Nestas reuniões além da coordenação estabelecida e da análise da cooperação entre as unidades também está previsto o intercâmbio de dados estatísticos respeitantes às diversas formas de criminalidade<sup>99</sup>. Com a mesma percentagem (55%), foi mencionada a troca de informação de forma direta, ou seja, que ocorre no próprio local de forma imediata e informal consoante as necessidades de ambas as forças e resultante da interação que existe entre os militares.

De referir ainda que a informação é carregada nas bases de dados (27%), nomeadamente no SIIOP ficando assim disponível para consulta por parte de qualquer militar. Dois militares (18%) afirmaram ainda receber e enviar informação via *email* para os militares da GC.

➤ Nos dados recolhidos nas respostas à **Questão 9**<sup>100</sup> – “*Como é feita a coordenação e operacionalização entre a GNR e a Guardia Civil?*” – à semelhança do planeamento das operações, temos a destacar a coordenação efetuada nas reuniões entre Cmdt de DTer e *Jefe de la Compañia*, referidas por dez entrevistados (67%), esta coordenação é, segundo o E10, feita ao nível tático. À semelhança do nível tático, também existe coordenação, como referiu o E10, ao “nível operacional (...) através de reuniões entre os CTer e as *Comandancias*” a qual foi também aludida por nove entrevistados (60%). As reuniões bilaterais anuais apenas foram apontadas por dois entrevistados (13%), mas é nestas reuniões, entre Comando-Geral da GNR e a *Dirección General de la Guardia Civil*, que é feita a coordenação ao nível estratégico, segundo o E10.

---

<sup>97</sup> Vide art.º 10.º alínea b) do Acordo sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira.

<sup>98</sup> Vide Tabela 8 do Apêndice G.

<sup>99</sup> Vide art.º 16.º do Acordo referido na nota anterior.

<sup>100</sup> Vide Tabela 9 do Apêndice G.

Três dos entrevistados (20%) referiu ainda a importância do contacto pessoal entre os homólogos e da comunicação informal que estes exercem possuindo um papel fundamental na coordenação entre a GNR e a GC ao nível tático. Assim como, o coordenador do CCPA, referido por 13% dos entrevistados. Apesar do Acordo Luso-Espanhol sobre Controlos Móveis referir a importância dos Oficiais de Ligação, estes não interferem na coordenação (13%), segundo o E3 – “os oficiais de ligação não intervêm a nível operacional”.

➤ Na tabela 10 estão expostos os resultados à **Questão 10**<sup>101</sup> – “*De que forma as Operações de Controlo Móvel permitem uma maior eficácia no combate às ameaças e criminalidade transfronteiriças?*” – podemos verificar que para oito entrevistados (60%) estas operações são eficazes devido à sua visibilidade e à prevenção que está associada. Muitos entrevistados referiram o efeito dissuasor que estas operações causam nos agentes do crime, por exemplo, o E5 referiu que – “Este tipo de operações é dissuasor (...) através da visibilidade e da prevenção, limita a atuação dos agentes criminosos”, e demonstram que existe uma cooperação efetiva entre as autoridades policiais, como referiu o E6 – “demonstra que as forças estão em colaboração e coordenação”.

Um outro aspeto importante é a troca de informações sobre a criminalidade, como referiram sete dos entrevistados (47%). Para o E14 – “A constante recolha de informação e a sua prévia análise é a base do planeamento”, ou seja, através da informação recolhida e partilhada, “conseguimos aperceber-nos dos movimentos criminais que muitas vezes são comuns”.

Deste modo, os controlos móveis são essenciais para substituir a supressão dos controlos nas fronteiras internas, como elencado por 20% dos entrevistados. Apesar disso, dois entrevistados (13%) afirmaram que estes controlos móveis não permitem combater as ameaças e criminalidade transfronteiriças pois como refere o E9 – “trata-se de um controlo aleatório e não é possível garantir que não entrem no país, por exemplo, um terrorista ou armas e estupefacientes”, segundo o E2 – “aquilo que às vezes vai aparecendo é sorte”.

➤ De acordo com as respostas dos entrevistados à **Questão 11**<sup>102</sup> – “*É possível que as Operações de Controlo Móvel não sejam suficientes e adequadas face às ameaças atuais?*” – e segundo os dados da tabela 11, seis dos entrevistados (40%) concordaram que as operações realizadas são suficientes face a atual situação da criminalidade.

---

<sup>101</sup> Vide Tabela 10 do Apêndice G.

<sup>102</sup> Vide Tabela 11 do Apêndice G.

Como relataram 27% dos entrevistados, sempre que necessário e em situações que o exijam, há a possibilidade de aumentar o número de operações. O E4 afirma que – “se houver algo que justifique aumentarmos o número de controlos móveis, uma e outra força estão disponíveis para os executar”. Contudo, 40% afirmou que as operações não são suficientes, para o E14 – “torna-se imperativo incrementar ainda mais o número de controlos móveis face à grande mobilidade que a criminalidade hoje apresenta”, e apesar de serem consideradas insuficientes, como disse o E10 – “não é esse o objetivo, o que torna esta ou outras medidas eficazes é o seu carácter de complementaridade”.

Fazendo alusão à adequabilidade dos controlos móveis, nove entrevistados (60%) concordaram que são adequados pois para o E7 – “*los resultados obtenidos hasta el momento avalúan dicha afirmación*”, e complementando com as palavras do E4 – “são adequadas porque potenciam a prevenção, se nós prevenirmos evitamos a reação”. Apesar do exposto, 20% (três entrevistados) considerou que as operações não são adequadas, devido à morfologia física da fronteira que dificulta a atuação dos militares em autoestrada, e ainda para o E11 as operações deveriam ser “*ejecutadas por personal de Seguridad Ciudadana*”, para focalizar a prevenção.

Segundo o E7 – “*no debemos considerar estas operaciones nunca como adecuadas y suficiente al 100%, sino que nos encontramos con la obligación de mejorarlas y aumentarlas*”, da mesma opinião partilham 53% dos entrevistados, afirmando que os controlos móveis necessitam de ser complementados na sua forma de execução.

➤ Quanto à análise das respostas à **Questão 12**<sup>103</sup> – “*Considera que as Operações de Controlo Móvel são essenciais para garantir a segurança das zonas fronteiriças?*” – obtivemos que 73% dos entrevistados vê os controlos móveis como essenciais para garantir a segurança das zonas de fronteira. Como refere o E8 – “a população se apercebe que efetivamente existe cooperação” e ainda segundo o E14 – “permitem prevenir e reprimir a criminalidade que ocorre junto à fronteira e por vezes por termo à criminalidade itinerante”.

Um outro aspeto, referido por três entrevistados (20%), prende-se com o impacto que os controlos móveis têm no sentimento de segurança das populações pois “através da visibilidade que estas operações dão às forças, cria por um lado o sentimento de segurança nas populações”, como referiu o E6.

Seis dos entrevistados (40%) referiram ainda que estas operações são importantes e contribuem para a segurança, sobretudo “enquanto elemento dos sistemas de segurança dos

<sup>103</sup> Vide Tabela 12 do Apêndice G.



dois países” disse o E10, ou seja, como afirmou o E11 – “*son un elemento más que contribuye a incrementar la seguridad*”.

➤ Nas respostas dos entrevistados à **Questão 13**<sup>104</sup> – “*Quais as ferramentas que a GNR e Guardia Civil possuem para facilitar a cooperação policial?*” – 73% salientou a importância do CCPA como a principal ferramenta que os militares recorrem quando necessitam sobretudo de alguma informação, recorrendo também à Sala de Situação no CTER (20%). Uma outra ferramenta com elevada relevância e que é muito utilizada ao nível tático e nas operações em particular é o recurso às plataformas informáticas e às bases de dados, referida por 53%, das quais podemos salientar o Sistema de Informação Schengen, o SIIOP, CARPOL, TISPOL, IBERPOL e RAILPOL.

Existem outras ferramentas referidas pelos entrevistados como por exemplo a existência de um rádio comum (20%) em algumas unidades territoriais, as reuniões entre as duas forças (20%), os Oficiais de Ligação (20%) quer do MAI quer da GNR e GC e a ligação SIVE-SIVICC (6%) relativa à vigilância da orla costeira de ambos os países. Foi referido por um entrevistado (6%) o estatuto militar bem como o processo de decisão militar como uma ferramenta facilitadora, aliada à formação dos Oficiais de ambas as forças em Academias Militares. De mencionar a realização de exercícios conjuntos bem como a formação (13%), que traduz o previsto no Acordo sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira<sup>105</sup>.

Há ainda ferramentas relativas a tratados internacionais, acordos bilaterais e projetos europeus (20%), nomeadamente a nível Europeu a Europol, Gabinete SIRENE, Associação FIEP, a EGF, a FRONTEX, CEPOL, EUROMED e EUPST, a nível internacional a Interpol, o IMPACT ou a rede ATLAS.

Podemos observar que os militares entrevistados que desempenham serviço operacional, nomeadamente os Cmdt de DTER e PTER e os *Jefes de las Compañías*, apenas referiram como ferramentas disponíveis o CCPA, a Sala de Situação, o canal rádio comum e as respetivas bases de dados e plataformas informáticas, além da boa relação e proximidade entre os mesmos, evidenciando que em certos casos há um desconhecimento das restantes ferramentas por parte dos militares, ou ainda, estas não se encontram disponíveis nem acessíveis no dispositivo territorial da GNR.

---

<sup>104</sup> Vide Tabela 13 do Apêndice G.

<sup>105</sup> Vide art.º 16.º e 17.º.

➤ Na análise feita aos dados recolhidos através da **Questão 14**<sup>106</sup> – “*Que medidas podem ser tomadas no sentido de melhorar a cooperação entre a GNR e a Guardia Civil?*” – observou-se que para 47%, a principal medida a incrementar passa pelo investimento na formação e na instrução, através, por exemplo, da realização de exercícios e treinos conjuntos, facultar formação em língua portuguesa aos militares da GC, ter instrução e formação juntos e ainda haver intercâmbio de militares no âmbito da formação.

Relativamente ao intercâmbio de militares, quer no âmbito da formação quer para atuarem conjuntamente com outra força, foi referido como uma medida a adotar por quatro entrevistados (27%), este intercâmbio traz várias vantagens e permite, como referiu o E9: - “trocar locais, conhecer outras pessoas e outras realidades”.

Melhorar a partilha de informação foi uma medida referida por 40% dos entrevistados, implementando, de acordo com o E6 – “interoperabilidade dos sistemas informáticos das duas forças”; para o E10 seria importante “promover a troca de informações policiais em tempo real” e ainda segundo o E13, “melhorar os sistemas e a gestão de dados, (...) integrar toda esta informação num canal único e depois haver uma ligação entre todos os CCPA”.

Elencado por 40% foi a melhoria da coordenação entre as forças, a “começar pela desburocratização administrativa que é o deslocamento a Espanha”, disse o E1. Segundo o E5 – “a coordenação ao nível posto muitas vezes não é realizada”, visto que não conseguem contactar diretamente com a GC. De acordo com o E10 dever-se-ia “planear conjuntamente as ações de controlos móveis com base na realidade criminal de cada região fronteiriça e de cada momento” e ainda segundo o E14, era importante “voltar a haver reuniões entre os Comandantes dos Destacamentos e das *Compañias*”.

Foi ainda referido a necessidade de reforçar os CCPA com mais meios humanos (6%), e a melhoria da valência da IC sobretudo da GNR (13%) a fim de melhorar a cooperação. Dois entrevistados (13%), militares da GC, afirmaram ser importante a criação de legislação para regular a atuação de forças policiais fora das fronteiras, acabando por ir de encontro à Questão 7, relativa à criação de doutrina conjunta.

Na proporção de 27%, mencionaram a necessidade de desenvolver o número de ações conjuntas, quer de controlos móveis, patrulhas conjuntas e patrulhas mistas, por exemplo como referiu o E10 – “incrementar o policiamento conjunto com base nas informações”, ou

---

<sup>106</sup> Vide Tabela 14 do Apêndice G.

ainda, segundo o E14 – “aumentar as patrulhas mistas e os controlos móveis em períodos de maior afluência/festividade”.

➤ Relativamente aos dados adquiridos na **Questão 15**<sup>107</sup> – “*Na sua opinião como é vista a cooperação policial, de forma geral, e as operações nas fronteiras, em particular, pela população?*” – observamos que para quase a totalidade dos entrevistados (83%), a cooperação é vista de forma positiva e é bem aceite pela população, de acordo com o E3 – “a população é consciente da importância da cooperação internacional”, assim como o E4 – “apreciam este tipo de procedimentos e entendem que nos dias de hoje nenhuma polícia pode trabalhar de modo isolado”.

De certa forma, um cidadão quando se desloca ao estrangeiro e vê uma força policial do seu país fica agradado, como refere o E8 – “ficam mais à vontade e mais contentes”, apesar de segundo o E11 – “*la población portuguesa es más colaboradora y acede mejor grado*”. Porém, para três entrevistados (20%), a população vê estas operações como uma situação normal, pois de acordo com E9 – “já estão habituados” a que estas ações se realizem, havendo mesmo como refere o E2 – “o pensamento da caça à multa”.

Para 27%, a população sente-se mais segura devido à cooperação existente, conforme referiu o E7 – “*aumentan la seguridad subjetiva, (...) la sensación de seguridad que tiene el ciudadano*”, pois através destas operações “*permite que la delincuencia a ambos lados de la frontera se siente vigilada y controlada y con ello la población mas segura*”. De mencionar ainda que para 20%, a população afirma que deviam haver mais ações e com maior frequência.

➤ Analisando os resultados obtidos nas respostas à **Questão 16**<sup>108</sup> – “*Que outras “medidas compensatórias” poderiam ser implementadas para complementar ou substituir os Controlos Móveis?*” – podemos verificar na tabela 16 que todos os entrevistados (100%) defendem a existência dos controlos móveis, como refere o E13 – “Os controlos móveis têm uma forma de ser realizados, que creio não ser substituível”, contudo também defendem que estes necessitam de ser complementados, quer adotando outras medidas quer alterando a sua forma de planeamento e execução.

Das várias medidas que serviriam para complementar os controlos móveis, um em quatro entrevistados (25%) referiu que seria importante melhorar as capacidades de investigação, bem como a partilha de informação entre ambas as forças.

<sup>107</sup> Vide Tabela 15 do Apêndice G.

<sup>108</sup> Vide Tabela 16 do Apêndice G.

Uma outra medida, mencionada por um entrevistado (E4) (25%), é a criação de um sistema de videovigilância ao longo de toda a fronteira terrestre à semelhança do que acontece na orla costeira com o SIVICC, afirmando mesmo tratar-se de “uma ânsia das polícias a nível nacional, mas ao nível do regime jurídico nacional ainda existem alguns problemas”. Com este sistema o objetivo não seria substituir os controlos móveis mas sim reforçar “a ideia de presença policial”.

Apesar da totalidade dos entrevistados concordar com a continuidade dos controlos móveis e com a sua complementação com medidas como as que foram referidas, há que ter em conta, como referiu o E10, que “não existem “medidas estrela”, o sucesso depende da forma como conseguimos integrar todas no sistema em prol do resultado”, ou seja, juntando as medidas existentes, aos controlos móveis e às medidas que possam vir a ser implementadas só assim se obterá êxito tendo em vista o objetivo final.

➤ Concluindo com a análise dos resultados obtidos na **Questão 17**<sup>109</sup> – “*Quais os benefícios que a GNR retira da realização destas Operações conjuntas?*” – é possível verificar que todos os entrevistados (100%) realçam a partilha de experiências, conhecimentos e informações entre a GNR e a GC, o que nos leva a concluir que os benefícios retirados dos controlos móveis não são só para a GNR mas sim para ambas as forças, como refere o E3 – “Acho que os benefícios são mútuos”, assim como o E10 – “A cooperação não é uma procura de benefícios, mas uma partilha”.

Dos entrevistados, dois em quatro (50%) referiu ainda que estas operações contribuem para o cumprimento da missão e das atribuições da GNR, pois como referiu o E4 – “aumentamos a presença policial, potenciamos a prevenção” e segundo o E10 – “pretende prosseguir a sua missão e atribuições, prevenir, evitar, identificar e reprimir ameaças, criminalidade e ilícitos”.

Ainda a referir que, 50% (dois em quatro) realça a melhoria das capacidades das Forças de Segurança como resultado da partilha de experiências e conhecimentos entre os militares, pois como afirma o E13 estas “acabam por ter desenvolvimento e aplicação nas Forças de Segurança portuguesas”.

Deste modo, conseguimos perceber que os benefícios retirados das operações são múltiplos e não se aplicam exclusivamente à GNR, mas sim a ambas as forças pois de acordo com o E10 – “A cooperação não é uma procura de benefícios, mas uma partilha que potencia de forma exponencial as capacidades das Forças de Segurança”.

---

<sup>109</sup> Vide Tabela 17 do Apêndice G.

## 4.2. Dados Secundários

No gráfico da figura 1 podemos observar o número de controlos móveis realizados no último triénio quer em território português quer em território espanhol. Como se verifica, existe uma grande disparidade entre a quantidade de operações realizadas em Portugal e as realizadas em Espanha e esta diferença tem vindo a aumentar ao longo dos últimos três anos.

Uma das razões, que pode justificar esta situação e que foi referida pelos entrevistados, é o facto da deslocação dos militares da GNR para realização de operações em território espanhol implicar a utilização de Guias de Marcha, o que acarreta elevados custos para a instituição. Devido às restrições orçamentais que a GNR tem vindo a sofrer, torna-se necessário que as operações em território português sejam incrementadas e as operações em território espanhol sejam diminuídas de forma a reduzir as despesas decorrentes com a deslocação a Espanha.

Contudo é de salientar o aumento do número de operações de ano para ano. Alguns entrevistados referiram que as operações realizadas são suficientes, mas caso haja necessidade de as aumentar podem ser realizadas mais. Por exemplo, no Relatório de Atividades de 2015 a meta inicialmente estabelecida foi de 400 operações, no entanto foram realizadas 593 (incluindo reuniões) representando assim uma execução de 148% face ao previamente estabelecido. Este incremento do número de operações deveu-se essencialmente à criminalidade associada às migrações e terrorismo na Europa.

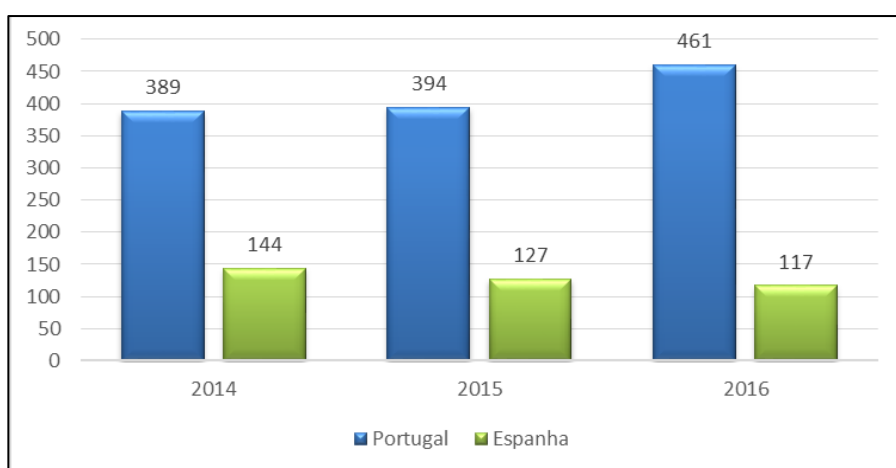


Figura 1 - Controlos móveis realizados pela GNR e GC

Fonte: Dados Estatísticos Controlos Móveis 2014, 2015 e 2016 do CO

Analisando o gráfico da figura 2 relativo ao número de militares empenhados nas operações, podemos observar que a GNR empenha mais militares nos controlos móveis que a GC. Esta situação ocorre como consequência do observado no gráfico anterior, pois como a maioria das operações são em território português é imperativo que a GNR empenhe mais militares para atuar na sua área de responsabilidade. O número de militares empenhados tem vindo a aumentar, no entanto, foram vários os entrevistados que apontaram a falta de efetivos para realizar as operações.

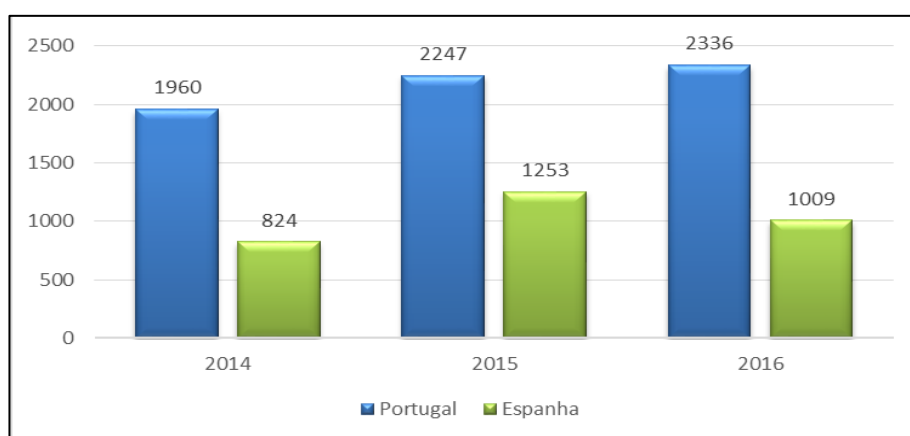
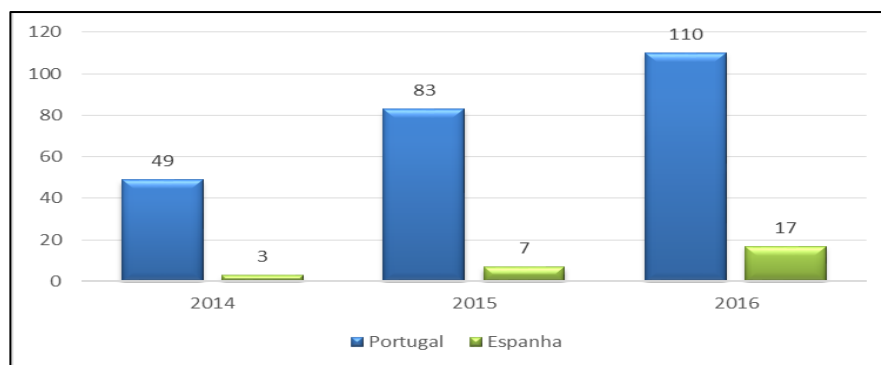


Figura 2 - Militares empenhados nas operações

Fonte: Dados Estatísticos Controlos Móveis 2014, 2015 e 2016 do CO

À semelhança do número de efetivos, a quantidade de binómios empenhados pela GNR é muito superior aos empenhados pela GC, como consta no gráfico da figura 3. Verificamos também que no último triénio cada vez mais se empenha a valência cinotécnica nas operações de controlo móvel, o que demonstra a importância em utilizar estes meios para a deteção de vários odores como drogas, explosivos e armas permitindo assim prevenir, combater e identificar ilícitos criminais.

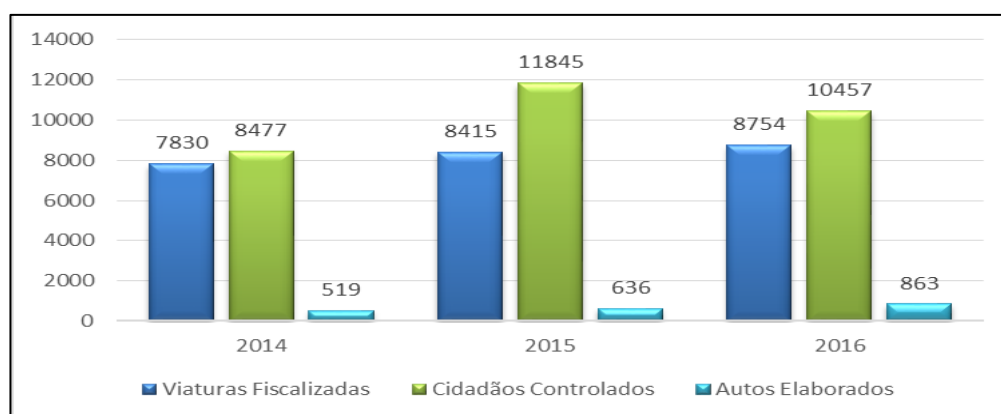


**Figura 3 - Binómios empenhados nas operações**

Fonte: Dados Estatísticos Controlos Móveis 2014, 2015 e 2016 do CO

Na figura 4 consta o gráfico relativo à atividade desenvolvida nas operações ao longo dos últimos três anos e podemos observar que tanto o número de viaturas fiscalizadas bem como o número de autos elaborados tem vindo a aumentar, possivelmente devido ao crescimento do número de operações.

A quantidade de viaturas fiscalizadas e de cidadãos controlados anualmente vem demonstrar e confirmar o referido por alguns entrevistados, no que diz respeito ao contributo destas operações no combate à criminalidade transfronteiriça. Como foi referido no enquadramento teórico, com a abertura das fronteiras internas dos EM os controlos fronteiriços deixaram de ser efetuados, mas podemos verificar que com os controlos móveis a quantidade de cidadãos controlados é significativa e permite obter sobretudo informações policiais e monitorizar os cidadãos que circulam dentro do espaço Schengen em detrimento da elaboração de autos que, ainda que sejam reduzidos, tem vindo a aumentar.



**Figura 4 - Atividade desenvolvida nas operações**

Fonte: Dados Estatísticos Controlos Móveis 2014, 2015 e 2016 do CO

No que diz respeito ao tipo de autos elaborados que constam no gráfico da figura 5, verifica-se que os autos de trânsito excedem substancialmente os restantes. Nas entrevistas executadas, apurou-se que as grandes áreas de atuação desenvolvidas nas operações são o trânsito, ambiental e fiscal, assim como o tráfico de estupefacientes e armas, contudo esta discordância tão acentuada está relacionada com o facto da operação de controlo móvel se basear numa operação de fiscalização rodoviária como foi referido pelos entrevistados.

Por vezes, a valência fiscal e ambiental nem sempre participam nas operações, sendo sobretudo executadas por militares do territorial, cuja sensibilidade para estas áreas específicas pode ser reduzida, daí que na sua atuação grande parte dos autos elaborados incidam na área do trânsito.

No âmbito criminal os resultados não foram muito expressivos, mas sofreram um grande aumento no ano 2015, sobretudo autos de droga e detenções. Segundos os entrevistados, os controlos móveis visam a prevenção e repressão de infrações contraordenacionais e criminais, mas quando existe uma investigação prévia ou há informações é possível obter mais facilmente autos relativos a ilícito criminais durante as operações, por isso que os resultados obtidos são, como referiu o E2, – “consoante cada situação que aparece”.

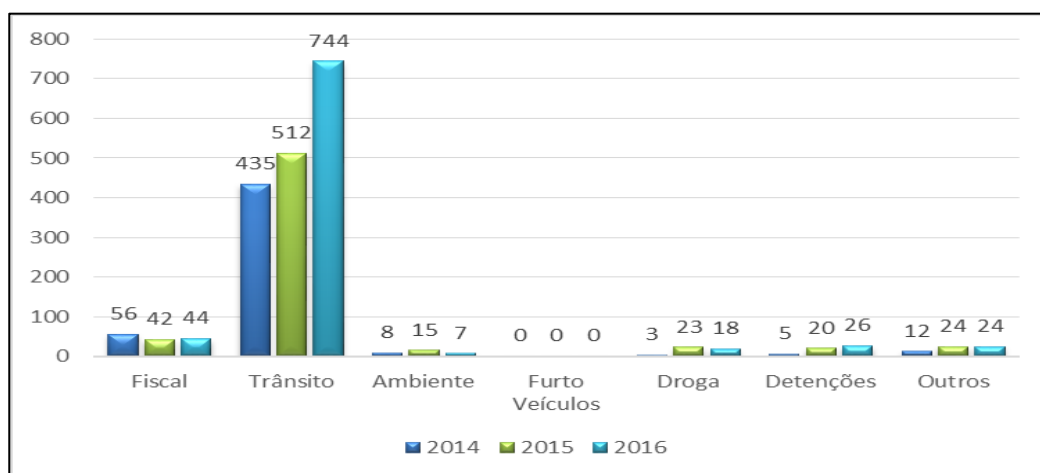


Figura 5 - Tipologia dos Autos Elaborados

Fonte: Dados Estatísticos Controlos Móveis 2014, 2015 e 2016 do CO



## CAPÍTULO 5

### CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Após a apresentação e análise dos resultados obtidos decorrentes da parte prática, é necessário efetuar a validação ou refutação das hipóteses bem como encontrar as respostas para as questões da investigação. Tendo em conta a fase inicial do enquadramento teórico e também a realização do trabalho de campo, cabe-nos apresentar as conclusões que atingimos de modo a responder à problemática que foi levantada, e alcançar os objetivos inicialmente propostos com esta investigação.

#### 5.1. Verificação das hipóteses e respostas às questões derivadas

A fim de verificar as hipóteses formuladas inicialmente, recorreremos às respostas obtidas mediante a realização das entrevistas, à análise efetuada aos dados secundários e ainda através do enquadramento teórico, culminando assim na sua validação ou refutação. De acordo com Sarmiento (2013), as hipóteses totalmente verificadas são as que obtêm uma percentagem igual a 100%; são consideradas verificadas as que se situam entre os 80% e os 100%; parcialmente verificadas as que estão no intervalo entre 50% e 80%; não verificadas as que têm percentagem inferior a 50%; e totalmente não verificada as que tiveram percentagem 0%.

A **H1**: *A Cooperação Policial é essencial para a segurança das zonas de fronteira e contribui para o sentimento de segurança da população.* – **é verificada.** Através das respostas à Questão 12 podemos verificar que a totalidade dos entrevistados (100%) confirmam este facto, mais especificamente 73% vê os controlos móveis como essenciais, 20% referiu que as operações têm impacto no sentimento de segurança e 40% admitiu que as operações são importantes e contribuem para a segurança. Com as respostas à Questão 15 observamos que 83% referiu que a cooperação é vista de forma positiva e é bem aceite pela população certificando esta hipótese. No subcapítulo 2.2, vemos que o Acordo sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira visa a prevenção da

criminalidade nas zonas fronteiriças quer através dos CCPA ou da cooperação direta, fundamentando esta hipótese.

Com base na hipótese 1 e na análise e discussão dos resultados respondeu-se à **QD1**: *Qual a necessidade das Operações de Controlo Móvel para garantir a segurança das zonas fronteiriças?* – Os controlos móveis são um tipo de operação que permite a prevenção e repressão da criminalidade junto à fronteira comum de Portugal e Espanha. Demonstram à população em geral e sobretudo aos agentes criminosos que as forças cooperam entre si, contribuindo para a visibilidade da GNR e da GC, o que acaba por culminar no sentimento de segurança que estas criam. A cooperação é bem vista e aceite pela população das fronteiras, referindo mesmo que esta deveria ser incrementada, levando não só a que se sintam mais seguras e agradadas com este tipo de ações, mas também a que haja uma segurança efetiva destas zonas da raia.

A **H2**: *Os Controlos Móveis têm um efeito dissuasor para a criminalidade transfronteiriça.* – **é parcialmente verificada.** Das respostas à Questão 10 constatamos que 60% elencaram a visibilidade e a prevenção associada a estas operações causando assim um efeito dissuasor nos agentes criminosos. Como referido no subcapítulo 2.4, os controlos móveis foram estabelecidos tendo como objetivo prevenir e reprimir qualquer tipo de criminalidade de carácter transfronteiriço, baseando-se assim na prevenção e dissuasão.

A **H3**: *As Operações de Controlo Móvel são suficientes e adequadas face às ameaças atuais.* – **é parcialmente verificada.** É confirmada pela Questão 11, na resposta à qual 50% considerou que as operações são suficientes e adequadas (para 40% são suficientes, para 60% são adequadas). No gráfico da figura 1 do Apêndice G, podemos observar que são realizados mais de 500 controlos móveis por ano e o número tem vindo a aumentar. Na Questão 16, 100% dos entrevistados referiram que os controlos móveis devem continuar no entanto necessitam de ser complementados com outros mecanismos e melhorando o seu planeamento e execução, indo de encontro à adequabilidade destas operações.

Tendo em conta as hipóteses anteriores e os dados recolhidos, respondemos à **QD2**: *De que forma as Operações de Controlo Móvel contribuem para o combate às ameaças transnacionais?* – O principal fator que contribui para o combate às ameaças transnacionais é a dissuasão que se obtém graças à prevenção e à visibilidade dos controlos móveis, restringindo a atuação dos agentes criminosos e demonstrando que a cooperação é ativa. As informações recolhidas e partilhadas entre a GNR e a GC permitem, após a sua análise, compreender os fenómenos criminais dos dois países, estabelecendo grande parte das vezes

uma relação entre eles e executar as operações consoante as realidades criminais de cada zona.<sup>110</sup>

A **H4**: *Os meios disponíveis para realizar as operações são inadequados e escassos.* – **não se verifica**. Com base na Questão 4, apenas 18% afirmou que os meios não eram adequados nem suficientes, tanto a nível de meios humanos como materiais. Porém 63% referiu que poderiam ser melhorados para que as operações fossem melhor concretizadas. As principais lacunas apenas foram apontadas por entrevistados da GNR, os entrevistados da GC não referiram nenhuma deficiência neste nível.

A **H5**: *O planeamento das operações não é adequado.* – **não se verifica**. É certificada pela Questão 2, onde apenas 45% dos entrevistados afirmou desconhecer ou não participar no planeamento dos controlos móveis, no entanto convém referir que a totalidade dos sargentos entrevistados não participam nem assistem ao planeamento efetuado nas reuniões entre Cmdt de DTer e *Jefe de la Compañia*, o que poderá resultar em lacunas ao nível da atuação das forças no terreno.

Com a H4 e H5 e restantes dados reunidos nas entrevistas, obtemos a resposta à **QD3**: *Quais os principais constrangimentos e dificuldades na realização das Operações?* – As principais dificuldades sentidas pelos operacionais da GNR são a necessidade de solicitar à concessionária da autoestrada apoio para sinalizar as operações, a falta de meios informáticos para consulta as bases de dados e elaboração de expediente e ainda a falta de efetivos aliada ao horário de referência dos militares. Da parte dos militares da GC foram apontadas como dificuldades a diferença linguística, a doutrina e ordenamento jurídico diferentes, a dificuldade de fluidez e agilidade e ainda o estabelecimento das operações pelas *Unidades de Seguridad Ciudadana*.

Para suprimir estas dificuldades são apresentadas algumas soluções, nomeadamente, adquirir e melhorar os meios materiais, essencialmente meios informáticos e de sinalização, reforçar o efetivo das unidades junto à fronteira, incluir nas operações as diversas valências<sup>111</sup> que existem quer na GNR quer na GC, atribuir a responsabilidade de realizar as operações a unidades específicas para esse fim e ainda maior fluidez no intercâmbio de informação, formação básica nas línguas<sup>112</sup>, efetuar formação conjunta<sup>113</sup> e melhorar a legislação para atuação das forças no âmbito fronteiriço.

---

<sup>110</sup> Vide art.º 17.º f).

<sup>111</sup> Investigação Criminal, Fiscal e Aduaneira, Proteção do Ambiente, Trânsito.

<sup>112</sup> Previsto no art.º 18.º d) do Acordo sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira.

<sup>113</sup> Previsto no art.º 18.º e) e f) do Acordo sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira.

A **H6**: *Os controlos Móveis são essenciais para a Cooperação Policial.- é totalmente verificada.* De acordo com a Questão 1, para 100% dos entrevistados, as operações são essenciais, importantes e fundamentais para a cooperação. A interação que se estabelece entre os militares das duas forças proporciona a troca de conhecimentos e a partilha de experiências e ainda possibilita a obtenção e partilha de informações entre as duas forças. Na Questão 17, 100% dos entrevistados, voltou a realçar a partilha de experiências, conhecimentos e informações, demonstrando que os benefícios resultantes da cooperação são mútuos e contribuem para a aproximação e fortalecimento da relação entre a GNR e a GC. Como referido no subcapítulo 2.3, a GNR e a GC assinaram o Memorando de Cooperação com o objetivo de desenvolver e reforçar a cooperação existente, através do incentivo e estímulo da coordenação e intercâmbio de experiências e conhecimentos.

A **H7**: *A recolha e partilha de informações ocorre de forma eficaz. – é parcialmente verificada.* A fundamentação desta hipótese ocorre através da Questão 8, onde 64% dos entrevistados afirmou que a partilha de informação ocorre através do CCPA, e 55% nas reuniões entre o DTer e a *Companhia*. Nos termos do art.º 10.º alínea b) do Acordo sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira (referido no subcapítulo 2.3), é missão das autoridades competentes no âmbito da cooperação direta, recolher e trocar informações.

A **H8**: *As operações visam essencialmente o âmbito contraordenacional em detrimento do âmbito criminal. – não se verifica.* Esta constatação resulta da Questão 3, onde 53% dos entrevistados afirmou que a finalidade dos controlos móveis é a prevenção e repressão de infrações contraordenacionais e criminais. Apesar de 73% afirmar que os controlos móveis incidem nas vertentes trânsito, ambiental e fiscal e aduaneira, 67% também referiu o tráfico de estupefacientes e de armas. Esta hipótese é também contestada, através do subcapítulo 2.4, onde referimos que o objetivo dos controlos móveis é prevenir e reprimir qualquer tipo de criminalidade de carácter transfronteiriço. No gráfico da figura 5 relativo à tipologia de autos elaborados, podemos observar que a grande maioria são autos de contraordenação. Porém como referido na análise dos dados secundários, e supracitado por alguns entrevistados, só é possível obter mais resultados de âmbito criminal se existirem informações ou investigação prévia. Durante as operações a atividade é desenvolvida conforme cada situação específica e de forma aleatória, mas tendo em conta a prevenção e repressão quer de infrações contraordenacionais quer de ilícitos criminais.

Consoante as hipóteses anteriores e os dados secundários recolhidos alcançamos a resposta à **QD4**: *Que resultados têm produzido as Operações de Controlo Móvel?* – No

último triénio foram realizados mais de 1600 controlos móveis permitindo fiscalizar quase 25 mil viaturas e controlar quase 31 mil cidadãos, resultando num total de mais de 2 mil autos elaborados. Desses 2 mil, 142 de âmbito fiscal, 1691 relativos ao trânsito, 30 de âmbito ambiental, 44 relacionados com droga, 51 detenções efetuadas e 60 de outros tipos. Além dos resultados operacionais, os Controlos Móveis fomentaram a interação e a troca de conhecimentos e experiências entre os militares, reforçando assim os laços entre a GNR e a GC e melhorando as suas capacidades. Permitiram também a recolha e partilha de informações policiais e contribuíram para o cumprimento da missão e das atribuições de ambas as instituições.

A **H9**: *É necessário criar doutrina conjunta para regulamentar os procedimentos e atuação de ambas as forças.* – **é parcialmente verificada.** De acordo com a Questão 7, 60% dos entrevistados declararam que deveria ser criada doutrina conjunta de modo a facilitar a atuação de ambas as forças, garantir uma maior eficácia nas operações e obter melhores resultados. Importa salientar que para 40% dos entrevistados os procedimentos estão bem definidos e a coordenação existente é suficiente. Conforme o art.º 16.º n.º1 c) do Acordo sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira está prevista a elaboração de modalidades de intervenção conjunta nas reuniões de coordenação.

Segundo a H9 e os dados recolhidos com as entrevistas podemos responder à **QD5**: *Como é feita a coordenação e operacionalização entre a GNR e a Guardia Civil?* – A coordenação entre as duas forças de segurança é feita em três níveis distintos. O nível estratégico materializa-se nas reuniões bilaterais anuais entre o Comando-Geral da GNR e a *Dirección General de la Guardia Civil*, onde são definidas as linhas e os objetivos estratégicos da cooperação. O nível operacional ocorre através das reuniões entre os CTer da GNR e as *Comandancias* da GC, sendo planeadas as datas, os locais e os objetivos operacionais conjuntos. Por último, o nível tático, concretiza-se nas reuniões de coordenação efetuadas entre os DTer da GNR e as *Compañias* da GC, a fim de planear cada controlo em concreto e atribuir meios e militares.

A fim de melhorar a cooperação entre a GNR e a GC efetuamos algumas recomendações que foram referenciadas pelos operacionais e algumas apesar de já previstas nos diversos acordos celebrados necessitam de ser exploradas e desenvolvidas. A principal recomendação é o investimento na formação, realizar mais exercícios, instruções e treinos conjuntos; incrementar o intercâmbio de militares quer no âmbito da formação quer a nível operacional; melhorar a partilha de informação; melhorar a coordenação entre as duas forças sobretudo ao nível local; reforçar os CCPA com recursos humanos; conceber legislação (em

ambos os países) para regular a atuação das forças policiais fora das suas fronteiras; e ainda desenvolver e aumentar o número de ações conjuntas (controles móveis, patrulhas conjuntas e mistas).

## 5.2. Reflexões finais

Após a verificação das hipóteses levantadas e com as questões derivadas respondidas conclui-se que os objetivos propostos para este estudo foram atingidos, o que nos permite encontrar a resposta para a **QC**: Qual a importância das Operações de Controlo Móvel para a vigilância da fronteira comum entre Portugal e Espanha?

Portugal e Espanha estão inseridos na União Europeia, onde existe livre circulação de pessoas, bens e informação, tendo sido suprimidos os controles das fronteiras internas devido à criação do espaço Schengen. Esta supressão trouxe novas implicações no domínio da segurança dos Estados devido ao caráter transnacional da criminalidade e de algumas ameaças. De modo a garantir que esta “abertura” das fronteiras não teria consequências para a segurança dos EM, foram reforçados os mecanismos de prevenção e combate da criminalidade, entre os quais se destaca a cooperação policial.

Tendo em vista a cooperação foram implementados os Controlos Móveis com o objetivo de prevenir e reprimir qualquer tipo de criminalidade de caráter transfronteiriço e ainda recolher e partilhar informação. As informações obtidas permitem analisar e compreender a realidade criminal de Portugal e Espanha e, com a sua partilha, as forças de segurança conseguem estabelecer relações entre certos fenómenos criminais que são transversais a ambos os países.

Com estas operações, tanto a GNR como a GC conseguem demonstrar, através da visibilidade, que a cooperação é efetiva e embora não existam controles na fronteira esta se encontra vigiada. Como resultado, os controles móveis possibilitam o controlo e fiscalização de cidadãos que circulam dentro do espaço Schengen e causam um efeito dissuasor para os agentes criminosos, limitando assim a sua atuação e diminuindo também a criminalidade em geral.

As operações de controlo móvel auxiliam no cumprimento das missões e atribuições da GNR e da GC, possibilitam a vigilância da fronteira interna entre Portugal e Espanha e contribuem não só para a segurança das zonas fronteiriças, dos países e até da UE, mas também para o sentimento de segurança do cidadão.

### **5.3. Limitações da investigação**

Decorrente desta investigação surgiram alguns obstáculos que vieram limitar o seu alcance. Inicialmente, a grande extensão da fronteira terrestre que não permitiu entrevistar a quantidade de militares desejada das unidades fronteiriças. Associada a esta, a dispersão dos entrevistados que dificultou a recolha dos dados, sobretudo dos militares que se encontravam em Espanha e a quem não foi possível realizar a entrevista de forma presencial.

### **5.4. Propostas de investigações futuras**

A cooperação no âmbito policial é uma forma de relacionamento institucional cada vez mais implementada, cujos resultados e vantagens são cada vez mais relevantes devido à sua importância para a segurança nacional e a segurança comum dos Estados-Membros. Deste modo recomenda-se aprofundar o estudo da cooperação entre a GNR e a GC no âmbito das diversas valências, mais especificamente nos domínios da proteção do ambiente, fiscal e aduaneira, da investigação criminal e do trânsito e segurança rodoviária.

Seria interessante também estudar os Controlos Móveis realizados pelas diversas entidades dos CCPA, procurando perceber a necessidade destes e a sua operacionalização. Ainda relativo aos CCPA, seria útil avaliar uma possível reestruturação dos mesmos e a possibilidade de criar uma força operacional com diversas entidades unicamente com a responsabilidade de vigiar a fronteira entre Portugal e Espanha.

Como referido por um entrevistado, seria de grande interesse estudar a eventualidade de implementar um sistema de videovigilância da fronteira terrestre semelhante ao utilizado para vigiar a costa portuguesa (SIVICC) e este ser interoperável pelos dois países como ocorre com a ligação SIVE-SIVICC.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbreviations (2017). What does TREVI mean in Spanish?. In *Portal da Abbreviations*.  
Acedido a 14 de março de 2017 em <http://www.abbreviations.com/term/57188>.
- Acordo Luso-Espanhol sobre Controlos Móveis (1994) Celebrado pelo Ministro da Administração Interna de Portugal e o Ministro do Interior de Espanha a 17 de janeiro. Lisboa.
- Anabitarte, A. G., Peinado, J. A. C., Fernández, A. de M., & Mimbrero, B. R.-C. (2001). *Conceptos y Principios Fundamentales del Derecho de Organización*. Barcelona: Marcial Pons.
- Assembleia da República (1986). Resolução da Assembleia da República n.º 32/1986, de 26 de dezembro: Acto Único Europeu. *Diário da República*, 1.ª Série, 1.º Suplemento, n.º 296. Acedido a 2 de março de 2017 em <https://dre.tretas.org/dre/40240/resolucao-da-assembleia-da-republica-32-86-de-26-de-dezembro#anexos>.
- Assembleia da República (1993). Resolução da Assembleia da República n.º 35/1993, de 25 de novembro: Protocolo de adesão ao acordo relativo à supressão gradual dos controlos nas fronteiras comuns, assinado em Schengen a 14 de junho de 1985, e o acordo de adesão à Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen, assinada em Schengen em 19 de junho de 1990. *Diário da República*, 1.ª Série-A, n.º 276, 6538-6628. Acedido a 2 de março de 2017 em <https://dre.tretas.org/dre/54841/resolucao-da-assembleia-da-republica-35-93-de-25-de-novembro>.
- Assembleia da República (2000). Resolução da Assembleia da República n.º 9/2000, de 28 de janeiro: Tratado entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para a Repressão do Tráfico Ilícito de Droga no Mar. *Diário da República*, 1.ª Série-A, n.º 23, 369-373. Acedido a 8 de março de 2017 em <https://dre.tretas.org/dre/110780/resolucao-da-assembleia-da-republica-9-2000-de-28-de-janeiro>.
- Assembleia da República (2003). Resolução da Assembleia da República n.º 13/2003, de 1 de março: Convenção entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça entre Instâncias e Entidades Territoriais. *Diário da República*, 1.ª Série-A, n.º 51, 1454-1467. Acedido a 15 de março de 2017 em



- <https://dre.tretas.org/dre/160876/resolucao-da-assembleia-da-republica-13-2003-de-1-de-marco>.
- Assembleia da República (2007). Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro: Lei Orgânica da GNR. *Diário da República Portuguesa*, 1.ª Série-N, n.º 213, 8043-8051. Acedido a 12 de março de 2017 em [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=939&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=939&tabela=leis).
- Borges, F. (2012). Criminalidade organizada e cooperação judiciária em matéria penal na União Europeia: traços gerais. In J. B. Gouveia (Ed.), *Estudos de Direito e Segurança* (Vol. II). Coimbra: Almedina.
- Buffet, M. F.-N. (2017). *Rapport fait au nom de la commission d'enquête sur les frontières européennes, le contrôle des flux des personnes et des marchandises en Europe et l'avenir de l'espace Schengen*.
- Caniato, A. M. P., & Nascimento, M. L. V. do. (2007). A vigilância na contemporaneidade: seus significados e implicações na subjetividade. In *Psicologia em Revista*, 13, 41–68. Acedido a 17 de março de 2017 em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682007000100004&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682007000100004&nrm=iso).
- Carrión, M. G. S. (2015). Cooperação policial na União Europeia. In *Europa Novas Fronteiras* nº16/17.
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors. (s/d). *Integração Europeia* (III). Acedido a 10 de março de 2017 em [http://www.ore.org.pt/filesobservatorio/pdf/integracao\\_europeia\\_iii.pdf](http://www.ore.org.pt/filesobservatorio/pdf/integracao_europeia_iii.pdf).
- Comissão Europeia (2013). *Os pais fundadores da União Europeia*. Bruxelas: União Europeia. Acedido a 11 de fevereiro de 2017 em <https://doi.org/10.2775/99451>.
- Comissão Europeia (2013). SIS II, Sistema de Informação de Schengen II. In *Portal da EU Book Shop*. Acedido a 28 de março de 2017 em <https://doi.org/10.2837/21827>.
- Conselho da União Europeia (1995). Acto do Conselho de 26 de julho que estatui a Convenção elaborada com base no artigo K.3 do Tratado da União Europeia que cria um Serviço Europeu de Polícia (Convenção Europol).
- Conselho da União Europeia (2005). Decisão do Conselho 2005/681/JAI que cria a Academia Europeia de Polícia e que revoga a Decisão 2000/820/JAI. Acedido a 4 de março de 2017 em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:02005D0681-20160701>.
- Conselho da União Europeia (2009). Decisão relativa ao reforço da Eurojust e alteração da

- Decisão 2002/187/JAI relativa à criação da Eurojust com vista a reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade. Acedido a 4 de março de 2017 em <http://eurojust.europa.eu/doclibrary/Eurojust-framework/ejdecision/Consolidated%20version%20of%20the%20Eurojust%20Council%20Decision/Eurojust-Council-Decision-2009Consolidated-EN.pdf>.
- Conselho da União Europeia (2010). Decisão do Conselho de 25 de fevereiro que cria o Comité Permanente para a Cooperação Operacional em matéria de Segurança Interna. Acedido a 8 de março de 2017 em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32010D0131>.
- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2.<sup>a</sup> ed.). Coimbra: Almedina.
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de estratégia - Apontamentos para um curso* (Vol. I). Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Davin, J. (2004). *A Criminalidade Organizada Transnacional A Cooperação Judiciária e Policial na UE*. (Almedina, Ed.). Coimbra.
- Direção Geral da Administração Interna (2010). *Schengen Manual Prático*. Gabinete Nacional S.I.R.E.N.E.
- Direção Geral dos Assuntos Europeus (2016). *Portugal na União Europeia: 2015*. Lisboa.
- Diário de Notícias [DN] (2010). ETA: GNR descobre material explosivo em Óbidos. In *Portal do Diário de Notícias*. Acedido a 5 de março de 2017 em <http://www.dn.pt/portugal/interior/eta-gnr-descobre-material-explosivo-em-obidos-1487395.html>.
- EUROGENDFOR (s/d). O que é a EUROGENDFOR. In *Portal da Eurogendfor*. Acedido a 11 de março de 2017 em <http://www.eurogendfor.org/portugu-s/organizac-o/o-que-e-a-eurogendfor>.
- Eurojust (2017). Bem-vindo ao sítio da Eurojust na internet. In *Portal da Eurojust*. Acedido a 11 de março de 2017 em <http://www.eurojust.europa.eu/Pages/languages/pt.aspx>.
- European Police Office. (2011). *OCTA 20122 The Organized Crime Threat Assessment*.
- Favaro, L. M. (2008). Globalização e transnacionalidade do crime. In *Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI* (pp. 8214–8223).
- Fernández-Montesinos, F. A. (2015). *Portugal. Cooperación y Seguridad* (No. 58).
- FIEP (2012). About FIEP. In *Portal da FIEP*. Acedido a 11 de março de 2017 em <http://www.fiep.org/about-fiep/the-association/>.
- Fontaine, P. (2014). *Compreender as políticas da União Europeia: A Europa em 12 lições*.

- Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.
- Fortin, M.-F. (2003). *O processo de investigação: da concepção à realização* (3.<sup>a</sup> ed.). Loures: Lusociência.
- Freixo, M. J. V. (2011). *Metodologia Científica. Fundamentos, Métodos e Técnicas* (3.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- FRONTEX (2017). Origin. In *Portal da FRONTEX*. Acedido a 11 de março de 2017 em <http://frontex.europa.eu/about-frontex/origin/>.
- Garcia, F. P. (2006). As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídios para o seu Estudo. In *Negócios Estrangeiros 9.1*.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6.<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- GNR (2015). *Relatório de Atividades 2015*. Lisboa.
- GNR (2016). Unidade de Ação Fiscal. In *Portal da GNR*. Acedido a 20 de março de 2017 em [http://www.gnr.pt/atrib\\_UAF.aspx](http://www.gnr.pt/atrib_UAF.aspx).
- Gomes, P. V. (2006). Cooperação Policial Internacional: O Paradigma da União Europeia. In *II Colóquio de Segurança Interna* (pp. 227–284). Coimbra: Almedina.
- Guarda Nacional Republicana. (2015). *Estratégia da Guarda 2020*. Lisboa.
- Guarda Nacional Republicana (2015). *Relatório de Atividades 2015*. Lisboa.
- Guarda Nacional Republicana (2016). Unidade de Ação Fiscal. In *Portal da GNR*. Acedido a 20 de março de 2017 em [http://www.gnr.pt/atrib\\_UAF.aspx](http://www.gnr.pt/atrib_UAF.aspx).
- Guardia Civil. (2016). Información Institucional. In *Portal da Guardia Civil*. Acedido a 22 de março de 2017 em <http://www.guardiacivil.es/es/institucional/index.html>.
- Infopédia (2017). Cooperação. In *Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico*. Porto: Porto Editora Acedido a 13 de março de 2017 em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cooperacao>.
- Infopédia (2017). ETA. In *Artigos de apoio Infopédia*. Porto: Porto Editora. Acedido a 4 de março de 2017 em [https://www.infopedia.pt/\\$eta](https://www.infopedia.pt/$eta).
- Infopédia (2017). móvel. In *Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico*. Porto: Porto Editora, 2013-2017. Acedido a 14 de março de 2017 em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/movel>.
- Infopédia (2017). policial. In *Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico*. Porto: Porto Editora, 2013-2017. Acedido a 14 de março de 2017 em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/policial>.
- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (s/d). Tratado de Bruxelas. In *Portal do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas*. Acedido a 6 de março de 2017 em

- [http://www.iscsp.ulisboa.pt/~cepp/historia\\_do\\_presente/projecto\\_europeu/tratado\\_de\\_bruelas.htm](http://www.iscsp.ulisboa.pt/~cepp/historia_do_presente/projecto_europeu/tratado_de_bruelas.htm).
- Manuela Ferreira dos Santos. (2014). A prevenção da criminalidade. In *Portal de Segurança e Ciências Forenses*. Acedido a 23 de março de 2017 em <https://segurancaecienciasforenses.com/2014/04/15/a-prevencao-da-criminalidade/>.
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5.<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Atlas.
- Memorando de Cooperação entre a Guarda Nacional Republicana de Portugal e a Guardia Civil do Reino de Espanha (2009). Lisboa.
- Milt, K. (2017). Cooperação policial. In *Portal do Parlamento Europeu*. Acedido a 20 de março de 2017 em [http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU\\_5.12.7.html](http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_5.12.7.html).
- Ministério das Finanças e da Administração Pública, da Administração Interna e da Justiça (2008). Portaria n.º 1354/2008, de 27 de novembro: Regulamento que define os procedimentos organizacionais, funcionais, técnicos e de articulação entre as entidades envolvidas na organização e no funcionamento dos centros de cooperação policial e aduaneira entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha. *Diário da República*, 1.<sup>a</sup> Série, n.º 231, 8536-8538. Acedido a 12 de março de 2017 em <https://dre.tretas.org/dre/243113/portaria-1354-2008-de-27-de-novembro>.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (1987). Decreto do Governo n.º 22/87, de 25 de junho: Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha sobre Cooperação em matéria de Luta contra a Droga. *Diário da República*, 1.<sup>a</sup> Série, n.º 143, 2416-2418. Acedido a 6 de março de 2017 em <https://dre.tretas.org/dre/2485860/decreto-do-governo-22-87-de-25-de-junho>.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (1992). Decreto n.º 48/92, de 12 de dezembro: Protocolo de Acordo sobre Cooperação Policial entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha. *Diário da República*, 1.<sup>a</sup> Série-A, n.º 286, 5682-5683. Acedido a 6 de março de 2017 em <https://dre.tretas.org/dre/47247/decreto-48-92-de-12-de-dezembro>.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (1992). Decreto n.º 50/92, de 24 de dezembro: Protocolo de Cooperação no domínio da segurança rodoviária entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha. *Diário da República*, 1.<sup>a</sup> Série - A, n.º 296, 5934-5936. Acedido a 6 de março de 2017 em <https://dre.tretas.org/dre/47623/decreto-50-92-de-24-de-dezembro>.

- Ministério dos Negócios Estrangeiros (1993). Decreto n.º 6/93, de 26 de fevereiro: Protocolo de Cooperação sobre fiscalização das áreas fronteiriças entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha. *Diário da República*, 1.ª Série - A, n.º 48, 839-840. Acedido a 6 de março de 2017 em <https://dre.tretas.org/dre/49022/decreto-6-93-de-26-de-fevereiro>.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (1998). Decreto n.º 5/98, de 17 de fevereiro: Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre a Criação de Postos Mistos de Fronteira. *Diário da República*, 1.ª Série-A, n.º 40, 616-619. Acedido a 7 de março de 2017 em <https://dre.tretas.org/dre/90220/decreto-5-98-de-17-de-fevereiro>.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (1999). Decreto n.º 48/99, de 9 de novembro: Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha em Matéria de Perseguição Transfronteiriça. *Diário da República*, 1.ª Série - A, n.º 261, 7816-7819. Acedido a 7 de março de 2017 em <https://dre.tretas.org/dre/107461/decreto-48-99-de-9-de-novembro>.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (2007). Decreto n.º 13/2007, de 13 de julho: Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 134, 4432-4439. Acedido a 10 de março de 2017 em <https://dre.tretas.org/dre/215719/decreto-13-2007-de-13-de-julho>.
- NATO. (2016). *MC 0472/1 Military Committe Concept for Counter - Terrorismo*.
- Oliveira, J. F. de. (2001). A Cooperação Policial na União Europeia. In *Separata de: Revista Polícia Portuguesa*.
- Parlamento Europeu e Conselho Europeu (2016). Regulamento (UE), de 9 de março: Código da União relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras. Acedido a 14 de março de 2017 em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:32016R0399>.
- Pedroso, A. T. (2000). A cooperação policial na União Europeia. Lisboa.
- Piçarra, N. (2009). A união europeia como espaço de liberdade, segurança e justiça: uma caracterização geral.
- Piçarra, N. (2010) A Política de Fronteiras da União Europeia: do arranque adiado à centralidade progressiva. In *Estudo em Homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha Volume I* (pp. 936–965). Coimbra: Almedina.
- Piçarra, N. (2014). Espaço de Liberdade , Segurança e Justiça e "Método Comunitário". In *O espaço de liberdade, segurança e justiça da UE: desenvolvimentos recentes* (pp. 9–41). Lisboa: Universidade Autónoma Editora.

- Polícia Judiciária - Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes (2016). *Combate ao Tráfico de Estupefaciente em Portugal Relatório Anual 2015*. Lisboa.
- Popper, K. (2005). *The Logic of Scientific Discover*. Routledge.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. de. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico* (2.<sup>a</sup> ed.). Novo Hamburgo: Universidade Feevale.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. Van. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, A. R. (2013). O conceito de segurança. In *Jornal de Defesa e Relações Internacionais* (pp. 1–10).
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- Schmidt-Abmann, E. (2006). La Ciencia del Derecho Administrativo Ante el Reto de la Internacionalización de las Relaciones Administrativas. In *Revista de Administración Pública* (n.º171, pp. 7-34).
- Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna [SGMAI] (2015). Coop. Policial e Segurança. In *Portal da SGMAI*. Acedido a 11 de março de 2017 em de <http://www.sg.mai.gov.pt/RelacoesInternacionais/UniaoEuropeia/CoopPolicialSeguranca/Paginas/default.aspx>.
- Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna [SGMAI] (2015). Fronteiras. In *Portal da SGMAI*. Acedido a 11 de março de 2017 em <http://www.sg.mai.gov.pt/RelacoesInternacionais/UniaoEuropeia/Fronteiras/Paginas/default.aspx>.
- Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna [SGMAI] (2015). Acordos Internacionais. In *Portal da SGMAI*. Acedido a 5 de março de 2017 em <http://www.sg.mai.gov.pt/RelacoesInternacionais/AcordosInternacionais/Paginas/default.aspx>.
- Secretariado-Geral do Conselho (2010). *Estratégia de Segurança Interna da União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- Sousa, F., Ferreira, J., & Agostinho, N. (2014). A Ameaça do Crime Organizado Transnacional em Portugal. In *Revista de Ciências Militares, II*(1) (pp. 13–39).
- Tratado de Bruxelas (1948). Tratado entre a Bélgica, França, Luxemburgo, Holanda, Reino Unido e Irlanda do Norte, assinado a 17 de março. Acedido a 1 de março de 2017 em [http://www.cvce.eu/obj/traite\\_de\\_bruxelles\\_17\\_mars\\_1948-fr-3467de5e-9802-4b65-](http://www.cvce.eu/obj/traite_de_bruxelles_17_mars_1948-fr-3467de5e-9802-4b65-)

- 8076-778bc7d164d3.html.
- União Europeia (1957). Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia. Acedido a 1 de março de 2017 em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/PDF/?uri=CELEX:11957E/TXT&from=PT>.
- União Europeia (1992). Tratado da União Europeia. In *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* n° C 191. Acedido a 2 de março de 2017 em [https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty\\_on\\_european\\_union\\_pt.pdf](https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_on_european_union_pt.pdf).
- União Europeia (1997). Tratado de Amesterdão. In *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* n° C 340. Acedido a 2 de março de 2017 em [https://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/pdf/amsterdam\\_pt.pdf](https://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/pdf/amsterdam_pt.pdf).
- União Europeia (2001). Tratado de Nice. In *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* n° C 80. Acedido a 4 de março de 2017 em [https://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/pdf/pt\\_nice.pdf](https://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/pdf/pt_nice.pdf).
- União Europeia (2010). Programa de Estocolmo - Uma Europa Aberta e Segura que Sirva e Proteja os Cidadãos. In *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* n° C 115. Acedido a 16 de março de 2017 em [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:52010XG0504\(01\)](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:52010XG0504(01)).
- União Europeia (2012). Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. In *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* n° C 326. Acedido a 20 de março de 2017 em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A12012E%2FTXT>.
- Vela, J. M. (2006). Globalização. In *Portal da Infoescola*. Acedido a 4 de março de 2017 em <http://www.infoescola.com/geografia/globalizacao/>.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: o processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- XXVIII Cimeira Luso-Espanhola (2015). Reunião do Ministro da Administração Interna de Portugal com o Ministro do Interior de Espanha a 4 de junho. Baiona.

## **APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO E GUIÃO DE ENTREVISTA EM PORTUGUÊS**



### **ACADEMIA MILITAR**

## **COOPERAÇÃO POLICIAL GNR - *GUARDIA CIVIL*: OPERAÇÕES DE CONTROLO MÓVEL**

**Autor:** Aspirante de Infantaria da GNR Miguel Morais Teixeira

**Orientador:** Professora Doutora Ana Fernanda Neves

**Coorientador:** Major de Infantaria da GNR João Manuel Sena Janeiro

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, maio de 2017**



## Carta de Apresentação

No âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, com vista à obtenção do grau académico de Mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança da Academia Militar, encontro-me a realizar a investigação subordinada ao tema “*Cooperação Policial GNR - Guardia Civil: Operações de Controlo Móvel*”.

Com a presente investigação pretende-se estudar a cooperação policial transfronteiriça entre Portugal e Espanha, mais especificamente no domínio das Operações de Controlo Móvel realizadas pela Guarda Nacional Republicana em conjunto com a *Guardia Civil*, nos Destacamentos Territoriais na zona de Fronteira, analisando o impacto que estas operações têm na segurança das regiões fronteiriças entre os dois países ibéricos e compreender qual a sua necessidade e adequabilidade face às ameaças atuais, tais como, o tráfico de seres humanos e imigração ilegal, terrorismo, criminalidade violenta e grave, criminalidade económico-financeira e tráfico de estupefacientes e armas.

A fundamentação correta do trabalho torna imprescindível a realização de várias entrevistas aos militares e entidades que estão envolvidos na conceção e operacionalização de tais operações.

A escolha dos entrevistados deve-se à necessidade de obter diversas perspetivas, desde o nível tático até ao estratégico, recaindo fundamentalmente nos seguintes universos: Oficiais e Sargentos dos Destacamentos Territoriais da GNR e Oficiais das *Compañias* da *Guardia Civil* (ambos com vasto conhecimento e experiência sobre o objeto em estudo) e os Oficiais de Ligação representantes das duas forças congéneres e outras entidades (que possuem uma visão mais estratégica acerca do tema a investigar).

Nestes termos, de acordo com o exposto, solicito a Vossa Excelência que me conceda uma entrevista (que demorará cerca de 30 minutos) a qual constitui um contributo essencial para a realização da investigação em referência.

## GUIÃO DE ENTREVISTA

### PREÂMBULO DE ORIENTAÇÃO

Com esta entrevista semiestruturada pretende-se obter dados e informações fundamentais para perceber a importância das Operações de Controlo Móvel nas zonas de fronteira e como instrumento de Cooperação Policial entre a GNR e *Guardia Civil*.

Resumindo, de forma a estruturar a entrevista e a seguir uma sequência lógica, dividiu-se em duas partes:

1. Caracterização do entrevistado;
2. Guião de entrevista:
  - a) Oficiais de Ligação e outras entidades: Questões 1,3,7 e 9 a 17;
  - b) Oficiais das *Compañias* da *Guardia Civil*: Questões 1 a 15;
  - c) Oficiais e Sargentos dos Destacamentos Territoriais: Questões 1 a 15;

### 1ª Parte: Caracterização do entrevistado

1. Nome:
2. Posto/ Equivalente:
3. Função/ Equivalente:
4. U/E/O:
5. Local:
6. Data:
7. Hora de Início:
8. Hora de Fim:

### 2ª Parte: Guião de Entrevista

1. Considera as Operações de Controlo Móvel essenciais para a cooperação policial entre a GNR e a *Guardia Civil*?
2. De forma sumária, como são planeadas as Operações de Controlo Móvel?
3. Que domínios/áreas são privilegiados nas Operações?
4. Considera que os meios utilizados para realizar estas Operações são adequados e

suficientes?

5. Quais são os maiores constrangimentos/dificuldades sentidas durante as Operações?

6. Quais as medidas que poderiam ajudar a suprimir essas dificuldades?

7. Admite que a criação de doutrina conjunta para regulamentar os procedimentos e atuação de ambas as forças iria permitir uma maior eficácia nas operações?

8. Como se processa a troca/partilha de informações recolhidas nas Operações?

9. Como é feita a coordenação e operacionalização entre a GNR e a *Guardia Civil*?

10. De que forma as Operações de Controlo Móvel permitem uma maior eficácia no combate às ameaças e criminalidade transfronteiriças?

11. É possível que as operações de Controlo Móvel não sejam suficientes e adequadas face às ameaças atuais?

12. Considera que as Operações de Controlo Móvel são essenciais para garantir a segurança das zonas fronteiriças?

13. Quais as ferramentas que a GNR e a *Guardia Civil* possuem para facilitar a cooperação policial?

14. Que medidas podem ser tomadas no sentido de melhorar a cooperação entre a GNR e a *Guardia Civil*?

15. Na sua opinião como é vista a cooperação policial, de forma geral, e as Operações nas fronteiras, em particular, pela população?

16. Que outras “medidas compensatórias” poderiam ser implementadas para complementar ou substituir os Controlos Móveis?

17. Quais os benefícios que a GNR retira da realização destas Operações conjuntas?

*Muito Grato pela Disponibilidade e Colaboração.*

Miguel Teixeira

Aspirante de GNR INF

## **APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO E GUIÃO DE ENTREVISTA EM ESPANHOL**



### **ACADEMIA MILITAR**

#### **COOPERAÇÃO POLICIAL GNR – *GUARDIA CIVIL*: Operações de Controlo Móvel**

**Autor:** Aspirante de Infantería de la GNR Miguel Morais Teixeira

**Orientador:** Profesora Doctora Ana Fernanda Neves

**Coorientador:** Mayor de Infantería de la GNR João Manuel Sena Janeiro

**Informe Científico Final del Trabajo de Investigación Aplicada  
Lisboa, mayo 2017**

## **Carta de Presentación**

En el ámbito del Informe Científico Final del Trabajo de Investigación Aplicada, con vista a la obtención del grado académico de Maestre en Ciencias Militares, en la especialidad de Seguridad de la Academia Militar, me encuentro realizando una investigación subordinada al tema: “*Cooperação Policial GNR – Guardia Civil: Operações de Controlo Móvel*”.

Con la presente investigación se pretende estudiar la cooperación policial trasfronteriza entre Portugal y España, más específicamente en el dominio de las Operaciones de Control Móvil realizadas por la Guardia Nacional Republicana en conjunto con la Guardia Civil, en los Destacamentos Territoriales en la zona de Frontera, analizando el impacto que estas operaciones tienen en la seguridad de las regiones fronterizas entre los dos países ibéricos y comprender cuál es su necesidad y adecuabilidad delante de las amenazas actuales, tales como, el tráfico de seres humanos y la inmigración ilegal, el terrorismo, la criminalidad violenta y grave, la criminalidad económico-financiera y el tráfico de estupefacientes y armas.

La fundamentación correcta del trabajo vuelve imprescindible la realización de variadas entrevistas a los militares y entidades que están envueltos en la concepción y la operacionalización de tales operaciones.

La elección de los entrevistados se debe a la necesidad de obtener diversas perspectivas, desde el nivel táctico hasta al estratégico, recayendo fundamentalmente en los siguientes universos: Oficiales y Sargentos de los Destacamentos Territoriales de la GNR y Oficiales de las Compañías de la Guardia Civil (ambos con vasto conocimiento y experiencia sobre el objeto en estudio) y los Oficiales de Relación representantes de las dos fuerzas congéneres y otras entidades (que poseen una visión más estratégica respecto al tema en investigación).

En estos términos, de acuerdo con el expuesto, le solicito a Su Excelencia que me conceda una entrevista (que tardará cerca de 30 minutos) la cual constituye una contribución esencial para la realización de la investigación referida.

## **GUIÓN DE ENTREVISTA**

### **PREÁMBULO DE ORIENTACIÓN**

Con esta entrevista semiestructurada se pretende obtener datos e informaciones fundamentales para entender la importancia de las Operaciones de Control Móvil en las zonas de frontera y como instrumento de Cooperación Policial entre la GNR y Guardia Civil.

Resumiendo, de tal forma a estructurar la entrevista y siguiendo una secuencia lógica, se dividió en dos partes:

1. Caracterización del entrevistado;
2. Guión de entrevista:
  - a) Oficiales de Relación y otras entidades: Preguntas 1,3,7 y 9 a 17;
  - b) Oficiales de las Compañías de la Guardia Civil: Preguntas 1 a 15;
  - c) Oficiales y Sargentos de los Destacamentos Territoriales: Preguntas 1 a 15;

### **1ª Parte: Caracterización del entrevistado**

1. Nombre:
2. Puesto/ Equivalente:
3. Función/ Equivalente:
4. U/E/O:
5. Lugar:
6. Fecha:
7. Hora de Inicio:
8. Hora de Fin:

### **2ª Parte: Guión de la Entrevista**

1. ¿Considera las Operaciones de Control Móvil esenciales para la cooperación policial entre la GNR y la Guardia Civil?
2. ¿De manera sumaria, como son planteadas las Operaciones de Control Móvil?
3. ¿Qué dominios/áreas son privilegiados en las Operaciones?
4. ¿Considera que los medios utilizados para realizar estas Operaciones son

adecuados y suficientes?

5. ¿Cuáles son los mayores constreñimientos/dificultades sentidas durante las Operaciones?

6. ¿Cuáles las medidas que podrían ayudar a suprimir esas dificultades?

7. ¿Admite que la creación de una doctrina conjunta para reglamentar los procedimientos y actuación de ambas fuerzas iría permitir una mayor eficacia en las operaciones?

8. ¿Cómo se procesa el trueque/partición de informaciones recogidas en las Operaciones?

9. ¿Cómo se hace la coordinación y la operacionalización entre la GNR y la Guardia Civil?

10. ¿De qué forma las Operaciones de Control Móvil permiten una mayor eficacia en el combate a las amenazas y criminalidad transfronterizas?

11. ¿Es posible que las operaciones de Control Móvil no sean suficientes y adecuadas delante de las amenazas actuales?

12. ¿Considera que las Operaciones de Control Móvil son esenciales para garantizar la seguridad de las zonas fronterizas?

13. ¿Cuáles las herramientas que la GNR y la Guardia Civil poseen para facilitar la cooperación policial?

14. ¿Qué medidas pueden ser tomadas en el sentido de mejorar la cooperación entre la GNR y la Guardia Civil?

15. ¿En su opinión como es vista la cooperación policial, de forma general, y las Operaciones en las fronteras, en particular, por la población?

16. ¿Qué otras “medidas compensatorias” podrían ser implementadas para complementar o sustituir los Controles Móviles?

17. ¿Cuáles los beneficios que la GNR retira de la realización de estas Operaciones conjuntas?

*Muy Grato por la Disponibilidad y Colaboración.*

Miguel Teixeira

Aspirante de GNR INF

## APÊNDICE C – RELAÇÃO DAS QUESTÕES E HIPÓTESES DA INVESTIGAÇÃO COM O GUIÃO DE ENTREVISTA

Quadro 1 - Relação das Questões e Hipóteses da Investigação com o Guião de Entrevista

<b>Questão Central:</b> Qual a importância das Operações de Controlo Móvel para a vigilância da fronteira comum entre Portugal e Espanha?		
<b>Questões Derivadas</b>	<b>Hipóteses</b>	<b>Perguntas da Entrevista</b>
<b>QD1:</b> Qual a necessidade das Operações de Controlo Móvel para garantir a segurança das zonas fronteiriças?	<b>H1:</b> A Cooperação Policial é essencial para a segurança das zonas de fronteira e contribui para o sentimento de segurança da população.	<b>12.</b> Considera que as Operações de Controlo Móvel são essenciais para garantir a segurança das zonas fronteiriças?
		<b>15.</b> Na sua opinião como é vista a cooperação policial, de forma geral, e as operações nas fronteiras, em particular, pela população?
<b>QD2:</b> De que forma as Operações de Controlo Móvel contribuem para o combate às ameaças transnacionais?	<b>H2:</b> Os Controlos Móveis têm um efeito dissuasor para a criminalidade transfronteiriça.	<b>10.</b> De que forma as Operações de Controlo Móvel permitem uma maior eficácia no combate às ameaças transfronteiriças?
	<b>H3:</b> As Operações de Controlo Móvel são suficientes e adequadas face às ameaças atuais.	<b>11.</b> É possível que as Operações de Controlo Móvel não sejam suficientes e adequadas face às ameaças atuais?
		<b>16.</b> Que outras “medidas compensatórias” poderiam ser implementadas para complementar ou substituir os controlos móveis?



<b>QD3:</b> Quais os principais constrangimentos e dificuldades na realização das Operações?	<b>H4:</b> Os meios disponíveis para realizar as operações são inadequados e escassos.	<b>4.</b> Considera que os meios utilizados para realizar estas operações são adequados e suficientes?
	<b>H5:</b> O Planeamento das Operações não é adequado.	<b>2.</b> De forma sumária como são planeadas as operações?
		<b>5.</b> Quais são os maiores constrangimentos/dificuldades sentidas durante as operações?
		<b>6.</b> Que medidas poderiam ajudar a suprimir essas dificuldades?
<b>QD4:</b> Que resultados têm produzido as Operações de Controlo Móvel?	<b>H6:</b> Os Controlos Móveis são essenciais para a Cooperação Policial.	<b>1.</b> Considera as Operações de Controlo Móvel essenciais para a cooperação policial entre a GNR e a <i>Guardia Civil</i> ?
		<b>17.</b> Quais os benefícios que a GNR retira da realização destas operações conjuntas?
	<b>H7:</b> A recolha e partilha de informações ocorre de forma eficaz.	<b>8.</b> Como se processa a troca/partilha de informações recolhidas nas operações?
	<b>H8:</b> As Operações visam essencialmente o âmbito contraordenacional em detrimento do âmbito criminal.	<b>3.</b> Que domínios/áreas são privilegiados nas operações?
<b>QD5:</b> Como é feita a coordenação e operacionalização entre a GNR e a <i>Guardia Civil</i> ?	<b>H9:</b> É necessário criar doutrina conjunta para regulamentar os procedimentos e atuação de ambas as forças.	<b>7.</b> Admite que a criação de doutrina conjunta para regulamentar os procedimentos e atuação de ambas as forças iria permitir uma maior eficácia nas operações?
		<b>9.</b> Como é feita a coordenação e operacionalização entre a GNR e a <i>Guardia Civil</i> ?
		<b>13.</b> Quais as ferramentas que a GNR e a <i>Guardia Civil</i> possuem para facilitar a cooperação policial?
		<b>14.</b> Que medidas podem ser tomadas no sentido de melhorar a cooperação entre a GNR e a <i>Guardia Civil</i> ?

Fonte: Elaboração Própria

## APÊNDICE D - CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Quadro 2 - Caracterização dos Entrevistados

Entrevistado			Função	Local	Modo	Data
Cód.	Posto	Nome				
E1	Capitão	Hernâni Martins	Cmdt DTer Bragança	DTer Bragança	Presencial	27/02/2017
E2	Sarjento-Ajudante	Amaro Fernandes	Cmdt PTer Bragança	PTer Bragança	Presencial	27/02/2017
E3	Coronel	António Santiago	Of. Ligação GC	Comando-Geral da GNR	Presencial	02/03/2017
E4	Tenente-Coronel	Paulo Silvério	Chefe DPERI	Comando-Geral da GNR	Presencial	02/03/2017
E5	1º Sargento	José Fanico	Cmdt PTer Elvas	PTer Elvas	Presencial	07/03/2017
E6	Capitão	Cláudio Godinho	Cmdt DTer Elvas	DTer Elvas	Presencial	07/03/2017
E7	Capitão	Carlos Delgado	<i>Jefe de la Compañia de Badajoz</i>		Email	09/03/2017
E8	Capitão	Marco Pina	Cmdt DTer Vilar Formoso	DTer Vilar Formoso	Presencial	10/03/2017
E9	2º Sargento	Igor Soares	Cmdt PTer Vilar Formoso	PTer Vilar Formoso	Presencial	10/03/2017
E10	Tenente-Coronel	Mário Guedelha	Oficial de Ligação GNR		Email	13/03/2017
E11	Capitão	Santiago Fernández	<i>Jefe de la Compañia de Ciudad Rodrigo</i>		Email	15/03/2017
E12	Capitão	Manuel Iglesias	<i>Jefe de la Compañia de Verin</i>		Email	17/03/2017
E13	Major	Marco Henriques	Coordenador Nacional CCPA	Comando-Geral da GNR	Presencial	23/03/2017
E14	Tenente	Bruno Rodrigues	Cmdt do DTer Valença	DTer Valença	Presencial	30/03/2017
E15	1º Sargento	Vasco Nunes	Cmdt PTer Melgaço	DTer Valença	Presencial	30/03/2017

Fonte: Elaboração Própria

## APÊNDICE E – ANÁLISE QUALITATIVA DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

Quadro 3 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º1

1. Considera as Operações de Controlo Móvel essenciais para a cooperação policial entre a GNR e a <i>Guardia Civil</i> ?		Seg.
E1	“(…) são essenciais principalmente do ponto de vista da troca informações, (…) é essencial para que haja o intercâmbio de conhecimentos. São importantes pois o controlo móvel é de todo um corolário das boas relações que existem entre a <i>Guardia Civil</i> e a GNR.”	1.1 1.2 1.4 1.5
E2	“Sim considero, enquanto forma de interação e troca de experiências e até de aproximação com os agentes. É uma forma de quebrar barreiras (…)”	1.1 1.2
E3	“Sim, são um elemento muito importante (…) do ponto de vista da colaboração entre as forças, mas podemos dizer que são mais uma ferramenta para complementar (…)”	1.1 1.3
E4	“Sim, considero este tipo de operações fundamentais (…)”	1.1
E5	“Considero importante (…) torna mais fácil para numa operação em conjunto apanharmos algum indivíduo suspeito, por isso temos uma melhor comunicação, estamos cara-a-cara.”	1.1 1.3 1.5
E6	“(…) a sua realização torna-se essencial à manutenção, ao estímulo e ao fortalecimento da excelente relação de cooperação entre a GNR e a <i>Guardia Civil</i> .”	1.1 1.4
E7	“ <i>Este tipo de operaciones si son esenciales para la cooperación (...) ya que fomentan el trabajo conjunto y las relaciones entre los componentes de ambos cuerpos (...) permite conocer la doctrina, técnicas y procedimientos de trabajo de los mismos.</i> ”	1.1 1.2
E8	“Estas operações são muito importantes, (…) levam a que exista uma cooperação efetiva no terreno e em que as pessoas se conheçam e se sintam a trabalhar juntas. Ou seja, permite que os agentes de autoridade se conheçam, e conheçam a forma de atuar de uns e de outros, o que cria realmente uma sensação de colaboração entre eles (…)” “Também é bastante importante devido à troca de informação que existe localmente (…)”	1.1 1.2 1.5
E9	“Sim sem dúvida, são essenciais nessa estreita cooperação. (…) é um elo muito forte da ligação neste caso em concreto entre a <i>GC</i> e a GNR(…)”	1.1 1.4
E10	“Só por si não são essenciais, mas no conjunto global das várias medidas de cooperação são fundamentais, é parte que reforça o todo.”	1.1
E11	“Sí (…) permite una interrelación personal entre Agentes de GNR y <i>Guardia Civil</i> .”	1.1 1.2
E12	“Sí.”	1.1
E13	“Sim (…) são a materialização no terreno, do acordo que está feito (…) uma das missões (…) que é prevenir e reprimir a criminalidade transfronteiriça.”	1.1
E14	“Sim são essenciais (…) levam a que haja uma maior aproximação e fortalecimento da relação existente entre as duas forças, acabando por agilizar e facilitar na cooperação.”	1.1 1.3 1.4

E15	“Sim são (...) é bom para trocarmos impressões e informações. É importante manter o contato (...) é uma mais-valia. Acabamos por ganhar um à vontade entre nós (...). Se não fossem estas operações dificilmente existia esta ligação e estes laços.”	1.1
		1.2
		1.3
		1.4

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 4 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º2

2. De forma sumária, como são planeadas as Operações de Controlo Móvel?		Seg.
E1	“Há operações de controlo móvel inseridas em diretivas operacionais do SEPNA (...). Há operações de controlo móvel marcadas pelo CO (...).”	
	“(...) há ainda operações marcadas a nível distrital entre o Comandante Territorial e o homólogo espanhol e há operações marcadas a nível de Destacamento e <i>Compañia</i> (...) os locais são escolhidos mediante (...) interesses operacionais, a questão do horário e da semana (...) grandes eventos na zona (...) a questão das vias (...) de forma a termos os nossos militares em segurança(...)”	2.1
	“Se for à noite (...) fazer as operações já perto das localidades (...)”	2.2
	“O planeamento não passa pelo Cmdt de Posto apenas a execução (...)”	2.4
E2	“O planeamento não passa pelo Cmdt de Posto apenas a execução (...)”	2.3
E3	(Não se aplica)	
E4	(Não se aplica)	
E5	“Há uma coordenação entre os Cmdt dos Destacamentos (...) são planeadas ao nível da Secção de Operações do Comando (...) enviam um mapa com o planeamento e nós cumprimos (...)”	2.1
		2.2
		2.3
E6	“Ao longo do ano, decorrem várias reuniões entre o Cmdt do DTer e o Cmdt da <i>Compañia</i> (...) agendamento das referidas operações (...) realizam-se alternadamente em território português e em território espanhol.”	2.2
E7	“ <i>A priori se tienen en cuenta los puntos geográficos (...), por las diferentes circunstancias (...)</i> ”	
	“ <i>(...) se establece los objetivos concretos (...) los medios, técnicos y humanos que van a ser necesarios (...)</i> ”	2.4
	“ <i>En base a esta información previa, se establece el día y la hora (...) así como un punto de encuentro para ambas unidades policiales.</i> ”	2.5
E8	“(...) são marcadas e planeadas a nível de reuniões. (...) entre mim e o capitão da <i>compañia</i> (...) de 3 em 3 meses (...)”	
	“(...) nessa reunião são marcadas as operações, as datas, e há trocas de informação.”	2.2
E9	“O planeamento não passa muito aqui pelo posto, passa pelo escalão superior (...)”	
	“(...) no próprio local (...) Se eu for o mais graduado existe depois uma coordenação do que vamos fazer, como vamos fazer, a distribuição de pessoal e de viaturas.”	2.2
	“(...) o planeamento geral cabe sempre ao Cmdt de Destacamento.”	2.3
	“(...) o planeamento geral cabe sempre ao Cmdt de Destacamento.”	2.5
E10	(Não se aplica)	
E11	“ <i>Se buscan fechas y tramos horarios de afluencia de personas y vehículos susceptibles de cometer ilícitos penales y/o administrativos.</i> ”	2.4
E12	“ <i>Mediante entrevistas personales entre los homólogos Portugués/Español (...)</i> ”	2.2
E13	(Não se aplica)	
E14	“Por determinação do CO (...) são planeadas nas reuniões de âmbito regional, entre o Comando e as <i>Comandancias</i> , nestas reuniões apenas estão presentes os oficiais do Comando, os Comandantes das Subunidades estão dispensados.”	2.1
		2.3

E15	“São planeadas ao nível do Comando Operacional e do Destacamento, depois este envia para nós os dias e diz os militares a empenhar e também vem definido o local. (...) 1 hora do lado espanhol e 1 hora do lado português. Como Comandante de Posto não intervenho no planeamento.”	2.2 2.3
-----	--	------------

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 5 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º3

3. Que domínios/áreas são privilegiados nas Operações?		Seg.
E1	“Incidem sempre, primordialmente em trânsito e segurança rodoviária (...)” “(…) âmbito SEPNA e o âmbito fiscal (...) podes ter operações que visam essencialmente o combate à criminalidade violenta e ao consumo de estupefacientes e de álcool.”	3.1 3.5 3.7
E2	“(…)na prática acaba por ser fiscalizado tudo consoante cada situação que aparece.”	3.8
E3	“Estão especialmente indicados para a luta contra crimes de tipo económico, trânsito e tráfico de pessoas e drogas.”	3.1 3.2 3.4 3.5
E4	“(…) a grande preocupação das nossas instituições é o controlo de pessoas e bens junto à fronteira (...)” “(…) enfoque para a fiscalização rodoviária e para a fiscalização das pessoas, na vertente do trânsito, aduaneira e fiscal e para a criminalidade geral.” “(…) há operações direcionadas para prevenir o tráfico ilícito de estupefaciente e armas, inclusive o contrabando relacionado com o tabaco ou mercadorias sujeitas a controlo fiscal e aduaneiro.”	3.1 3.3 3.5 3.7
E5	“Essencialmente o controlo de cidadãos e viaturas como meio de prevenção e repressão de infrações contraordenacionais e criminais (...), mas também trânsito, fiscal. Cada situação (...) pode resultar em algo (...)” “(…) combate à criminalidade (...) tráfico de droga.”	3.1 3.3 3.5 3.7
E6	“(…) prevenção e combate à criminalidade em geral.” “(…) o esforço é direcionado principalmente para a prevenção e combate ao tráfico de estupefacientes e de armas, tráfico de seres humanos, imigração ilegal, criminalidade violenta e grave, furto de metais não preciosos (...) recolha de informações policiais.” “(…) ações de sensibilização e de esclarecimento (...) auxiliar os cidadãos (...)”	3.4 3.5 3.6 3.7
E7	<i>“son la lucha contra la delincuencia, principalmente contra aquellos individuos que comenten cualquier hecho delictivo en un país y se desplazan al otro país para hacer mas difícil su investigación. (...) lucha contra el contrabando (...).”</i>	3.1 3.7
E8	“(…) traduzem-se essencialmente em operações rodoviárias (...) e fiscalizamos tudo que temos competências (...) a nossa preocupação maior é sempre para a parte da emigração ilegal, o tráfico de droga ou armas.” “(…) toda a parte dos veículos furtados e pessoas procuradas (...)” “(…) acabamos por fiscalizar tudo, trânsito, ambiental, costumam estar presentes (...) militares do NIC e (...) da unidade fiscal.”	3.1 3.4 3.5 3.6 3.8
E9	“(…) vocacionamos mais a nossa ação para a fiscalização do trânsito, a criminalidade, nomeadamente a posse de estupefacientes e de armas (...)”	3.1 3.5 3.7
E10	“Os controlos móveis tiveram sempre grande incidência em áreas da especialidade de trânsito (...). Atualmente existem outras áreas de intervenção, como fiscal, ambiente, droga, controlo de furtos de veículos ou outros tipos de ilícitos (...)”	3.1 3.5 3.6

		3.7
E11	<i>“A nivel global prevención de tráfico de seres humanos, inmigración irregular y tráfico de drogas. A nivel local prevención de delitos contra el patrimonio.”</i>	3.4 3.5 3.6
E12	<i>“Las áreas de investigación.”</i>	3.8
E13	“Controlo de pessoas, controlo de bens, tráfico de estupefacientes e de armas. A nível fiscal (...) nível ambiental (...)”	3.1 3.3 3.5
E14	“O principal objetivo é prevenir e reprimir a criminalidade transfronteiriça (...) acabamos também por fiscalizar ao nível contraordenacional, no âmbito das demais áreas de atuação.” “(…) áreas do trânsito, ambiental, fiscal ou até outros ilícitos criminais (...)”	3.1 3.7
E15	“Basicamente é tudo, costumamos ir nós do territorial e vai uma equipa do SEPNA. (...) costuma ir sempre da parte espanhola uma equipa fiscal.”	3.1 3.8

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 6 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º4

4. Considera que os meios utilizados para realizar estas operações são adequados e suficientes?		Seg.
E1	“Os meios utilizados para realizar, são quase suficientes. (...) na realidade de Destacamento, este está aquém do necessário, se estamos a falar do escalão Posto (...) o efetivo é suficiente (...) a questão do NIC e do NPA, aí é insuficiente (...) A nível de viaturas é um facto (...) a renovação no parque automóvel é necessária (...) empregam-se os meios adequados para a situação que queremos.(...) meios informáticos não conseguimos ter aceso no local, temos que solicitar via rádio (...)”	4.2 4.4 4.5 4.7
E2	“Não, há um grande desfasamento entre os nossos meios e os meios da <i>Guardia Civil</i> (...)” “Os espanhóis conseguem fazer o corte de vias rápidas, nós para o fazer temos que pedir à entidade gestora.”	4.1 4.3
E3	(Não se aplica)	
E4	(Não se aplica)	
E5	“Os meios não são adequados nem suficientes, temos falta de sinalização para operações na autoestrada (...)” “Os meios humanos vão se tornando insuficientes devido à redução do efetivo e o novo sistema de folgas e horário de referência (...)”	4.1 4.3 4.5
E6	“As operações são planeadas com alguma antecedência (...) são solicitados todos os meios necessários (...) têm-se verificado adequados e suficientes.”	4.6
E7	<i>“Los medios utilizados son los adecuados, en tanto en cuanto (...)”</i> <i>“si contamos con más medios, sobre todo en el ámbito personal, para llevar a cabo las operaciones, podremos obtener más y mejores resultados.”</i>	4.6
E8	“Sim, eu considero os meios utilizados para as operações são suficientes.” “Os acessos às bases de dados que temos também são bons (...) recorremos muito ao CCPA (...). A única dificuldade que temos (...) o número de efetivo, devido à subcarga operacional (...)”	4.5 4.6
E9	“Sem dúvida que são insuficientes, principalmente meios humanos.” “Ao nível de armamento e equipamento de proteção estamos bem equipados (...)” “(…) as deficiências maiores notam-se nas viaturas, existe também deficiência no campo da sinalização (...)”	4.3 4.5 4.7
E10	(Não se aplica)	



E11	“Sí. Aunque siempre existe margen de mejora.”	4.6
E12	“Sí.”	4.6
E13	(Não se aplica)	
E14	“São os indispensáveis. (...) deveria possuir equipamento de sinalização adequado para realizar uma barragem de estrada (...) deveria possuir meios informáticos de forma a permitir a realização da consulta das bases de dados no local (...)” “(...) efetivo é suficiente para quantidade de operações realizadas, mas se incrementarmos mais controlos há necessidade de reforço (...)”	4.2
		4.3
		4.4
		4.6
E15	“(...) são os indispensáveis mas se houvesse mais seria melhor (...). No caso da congénere eles já têm disponível equipamento de sinalização e lagartas para realizar a barragem de estrada. (...) o efetivo também é suficiente.	4.3
		4.4
		4.6

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 7 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º5

5. Quais são os maiores constrangimentos/dificuldades sentidas durante as operações?		Seg.
E1	“(...) a falta de utilização do SCoT mobilidade (...) falta de portáteis para elaboração de expediente e para aceder às bases de dados.”	5.5
	“A falta de TPA para efetuar pagamentos por multibanco (...)”	5.6
	“As viaturas não estão adequadas ao serviço (...) emprego de meios TT em autoestrada (...)”	
	“(...) a questão das operações choca com o horário de referência (...)”	
E2	“Nós temos uma ligação rápida que é a autoestrada A4 (...) se quisermos realizar medidas de controlo fronteiroço temos que pedir à concessionária (...)”	5.1
	“Acabamos por fazer as ações nas outras vias (...) não há movimentos.”	
E3	(Não se aplica)	
E4	(Não se aplica)	
E5	“O acesso a Portugal (...) é feito por uma autoestrada logo implica prévia sinalização da via por parte da concessionária.”	5.1
	“(...) não dispomos de meios técnicos adequados face à evolução. Não temos meios informáticos logo temos que recorrer ao rádio (...) torna-se demasiado tardia.”	5.2
		5.6
E6	“(...) a fronteira coincidir com a autoestrada A6, (...) para fazermos alguma operação nessa via temos que ter as condições de segurança adequadas, ou seja, precisamos de sinalização e a Guarda não tem, a <i>Guardia Civil</i> tem essa sinalização vertical e luminosa (...) sempre que é necessário temos que solicitar à Brisa (...)”	5.1
E7	“(...) tales como los medios de trabajo o la diferente doctrina de ambos cuerpos, producto de los diferentes ordenamientos jurídicos de cada país.”	5.3
	“No debemos olvidar el idioma (...) incluso si entramos en el ámbito léxico policial.”	5.4
		5.6
E8	“Além da falta de militares, nós não temos assim muitas dificuldades (...) até mesmo a própria barreira da língua é uma coisa que não se verifica (...)”	5.5
	“(...) temos dificuldade no planeamento porque temos muitas operações e temos pouco efetivo (...) há dias onde o desgaste do efetivo é maior.”	
E9	“A língua não é decerto (...)”	5.6
E10	“Os maiores constrangimentos (...) é a falta de meios (...)”	
	(Não se aplica)	

E11	<i>“Puntualmente existen dificultades para establecer los Controles ya que los ejecutan Unidades de Seguridad Ciudadana que estás sujetas a deber intervenir a demanda de la Ciudadanía (...)”</i>	5.8
E12	<i>“En ocasiones problemas de fluidez/agilidad a la hora de contar con los permisos adecuados que se superan con la buena disposición de los manos que ejecutan las operaciones.”</i>	5.7
E13	(Não se aplica)	
E14	“A necessidade de apoio de entidades não policiais para operacionalizar a operação, nomeadamente as concessionárias das vias para a realização de cortes de via (...)”	5.1
E15	“A falta da equipa fiscal nas operações e a falta de material e pessoal para realizar uma barragem de estrada. (...) a <i>Guardia Civil</i> possui um computador (...) nós temos que contactar o CCPA via rádio para obter informações.”	5.1 5.2 5.6

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 8 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º6

6. Quais as medidas que poderiam ajudar a suprimir essas dificuldades?		Seg.
E1	“É tudo uma questão de recursos financeiros (...)” “O ideal seria atribuírem viaturas, portáteis, <i>pendrives</i> com acesso à internet, impressoras, alcoolímetros, leitores de tacógrafos e TPA.”	6.1
E2	“(...) a investigação criminal poderia estar pontualmente nas operações, (...) ter as valências todas com efetivos do trânsito, da proteção do ambiente (...)” “Alterar a configuração da via (...) com algumas barreiras, Vilar Formoso é um bom exemplo.”	6.3 6.4
E3	(Não se aplica)	
E4	(Não se aplica)	
E5	“O melhoramento dos meios técnicos e aumento do efetivo.”	6.1 6.2
E6	“Adquirir os meios que referi anteriormente relativos à sinalização, vertical e luminosa (...)”	6.1
E7	“ (...) <i>la medida a adoptar sería la misma, una formación previa. (...) tanto en el ámbito normativo que nos afecta en el momento en el que actuamos en el ámbito fronterizo, o en el interior de otro país (...)</i> ” “(...) <i>una formación básica a en el ámbito de los idiomas (...)</i> ”	6.6 6.7
E8	“Essencialmente é o aumento do efetivo para ter mais militares nos destacamentos de fronteira, (...)” “(...) criar eventualmente ao nível do CCPA uma força com mais efetivos e que possam ter esta preocupação com a fronteira ao nível de patrulhamento e para realizar os controlos móveis locais em complemento dos que já realizam.”	6.2 6.4
E9	“O reforço do efetivo é importante, uma vez que aqui é um posto de fronteira e a principal entrada terrestre para Portugal (...)”	6.2
E10	(Não se aplica)	
E11	“ <i>Usa Unidades específicas de Controles con ese único cometido.</i> ”	6.4
E12	“ <i>Agilizar los trámites que permitan mayor fluidez en el intercambio de información.</i> ”	6.5
E13	(Não se aplica)	
E14	“Dotar a subunidade com o equipamento referido na questão nº4. Desta forma a Guarda detinha autonomia para realizar os controlos móveis (...)”	6.1



E15	“Segundo o referido anteriormente, era ter disponível um computador para aceder às bases de dados no momento, ter os meios de sinalização para fazer o corte da estrada (...). A presença da valência fiscal também seria útil.”	6.1 6.4
-----	--	------------

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 9 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º7

7. Admite que a criação de doutrina conjunta para regulamentar os procedimentos e atuação de ambas as forças iria permitir uma maior eficácia nas operações?		Seg.
E1	“A doutrina não é conjunta mas é similar (...). Pode-se criar procedimentos, mas doutrina em si não pode haver porque existe a legislação portuguesa e a legislação espanhola e iria chocar em cadeias de comando e em soberania.”	7.1 7.2
E2	“Sim ou um protocolo, mas na prática quando a <i>Guardia Civil</i> vem a Portugal eles são apenas observadores (...) pedimos apoio, e o mesmo quando nós vamos a Espanha. A lei a aplicar é a do território em que se realiza a operação (...)”	7.3
E3	“Deveria ser elaborada doutrina de cada uma das forças e depois fazer a doutrina comum (...). Uma forma de trabalhar homologável e estandardizada facilita o trabalho conjunto. Os resultados serão melhores.”	7.3 7.4
E4	“(…) há mais de duas décadas que fazem reuniões anuais de coordenação a nível policial e operacional. (...) servem para uniformizar os procedimentos (...)” “(…) a <i>Guardia Civil</i> anualmente nomeia um oficial para frequentar o curso de Estado Maior em Portugal e a Guarda nomeia um oficial para frequentar um curso em Espanha. (...) a presença na Direção Geral da GC de um oficial de ligação (...) e aqui em permanência (...) como elemento de ligação da <i>Guardia Civil</i> , (...)” “(…) a doutrina pode ser sempre melhorada (...) a GC tem um estatuto militar como nós (...) o planeamento militar e a doutrina de Portugal e Espanha pertence a organizações como a NATO, como a UE, a doutrina é comum, e claro pode ser sempre melhorada.”	7.1 7.5 7.6
E5	“Isso era importante. Estamos a falar em países distintos logo as legislações são diferentes (...) e ao nível dos procedimentos também (...)” “O CP e o CPP são diferentes e os modos de atuação também são diferentes, por isso acho que seria importante uma doutrina idêntica, mas acaba por ser quase impossível.”	7.3
E6	“Considero que sim, no entanto neste momento (...) não há nada que nos impeça de trabalhar, a doutrina é muito semelhante pois são duas forças congêneres.” “E o facto de haver esta coordenação e colaboração (...) não tem existido qualquer problema. (...) as forças estão dependentes da lei portuguesa ou espanhola (...)”	7.1 7.3 7.6
E7	“ <i>En base a lo referido en los puntos anteriores, sí. Una doctrina conjunta permitiría una mayor eficiencia en las operaciones.</i> ”	7.3
E8	“Sim eu acredito que poderia trazer alguma vantagem, embora não seja um grande constrangimento (...)” “(…) quando estamos do lado de Portugal as autoridades espanholas não podem fazer nada (...) não tem autoridade para mandar parar uma viatura ou levantar um auto do lado de Portugal.” “O normal é quando estamos do lado de Portugal fazermos as coisas à maneira portuguesa quando estamos do lado espanhol os espanhóis fazem as coisas à maneira deles. As reuniões que fazemos são suficientes para coordenar as operações (...)”	7.3 7.4 7.6
E9	“Penso que sim, contribuiria de forma positiva.”	7.3 7.4

	“(…) há procedimentos que podem ser sempre feitos e contribuem para o bom funcionamento das operações e da cooperação.”	
E10	<p>“Os procedimentos de atuação de ambas as forças estão bem definidos e são perfeitamente interoperáveis. O enquadramento legal assenta no princípio da territorialidade (…).”</p> <p>“(…) existem maioritariamente pontos de coincidência devido ao normativo europeu (…).”</p> <p>“A formação militar e policial com raízes similares, o intercâmbio de formação e treino conjunto (..) com base nos mesmos padrões e com grande eficácia (…).”</p> <p>“Não consideramos necessária doutrina formalmente conjunta, pois a existente (..) é integrável e funcional.”</p>	<p>7.1</p> <p>7.5</p> <p>7.6</p>
E11	“No. Cada Cuerpo debe actuar conforme a sus Procedimientos en virtud de la independencia de los Estados y la Normativa propia, debiendo el Cuerpo que no se halle en Territorio Nacional adaptarse al País Anfitrión.”	7.5
E12	“Sí.”	7.3
E13	“Sim, no âmbito dos trabalhos de preparação (...) avaliação Schengen, uma das tarefas a realizar é a elaboração de um manual (...) um dos capítulos será a atividade operacional, onde o objetivo será precisamente criar regras e normas para a realização dessa atividade (...)”	7.3
E14	“A doutrina e os procedimentos das duas forças de segurança estão bem definidos uma vez que cada entidade é responsável pela segurança, fiscalização e realização do respetivo expediente consoante a operação decorra em território português ou espanhol.”	7.6
E15	“(…) consoante o local onde estamos a força que vem de fora é meramente observadora e dá apoio em termos de informações. Poderia haver um manual de procedimentos de certa forma iria trazer algum contributo e ao nível da segurança seria importante, mas existe uma boa cooperação (...) tem funcionado bem.”	<p>7.2</p> <p>7.6</p>

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 10 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º8

8. Como se processa a troca/partilha de informações recolhidas nas operações?		Seg.
E1	<p>“No CCPA (...) é constante, há aquelas informações que se trocam ao nível do destacamento nas reuniões (...) há ainda a troca via hierárquica que vem do Comando Geral Espanhol para o Comando Geral Português e vice-versa.”</p> <p>“(…) de forma informal é muito mais eficaz e rápida (...)”</p>	<p>8.1</p> <p>8.2</p> <p>8.3</p> <p>8.5</p>
E2	<p>“Eu recebo informação dos espanhóis via <i>email</i> e eles também,”</p> <p>“Toda essa troca passa pelo Destacamento, (...) fazem reuniões periódicas entre Cmdt de Dter/Comp e Cmdt do Comando/Comandancia. Sempre que precisamos de informação fazemos pedido ao CCPA.”</p>	<p>8.1</p> <p>8.5</p> <p>8.6</p>
E3	(Não se aplica)	
E4	(Não se aplica)	
E5	“Processa-se no local através do contato informal e troca direta (...) através do CCPA.”	<p>8.3</p> <p>8.5</p>
E6	“Os militares (...) transmitem ao Cmdt de Posto e este ao Cmdt de Destacamento que depois encaminha para a área correspondente (...) e vice-versa. (...) A informação também é encaminhada para o CCPA (...) podemos solicitar ao CCPA (...)”	<p>8.1</p> <p>8.5</p>
E7	“(…) es puesta a disposición de cada uno de los cuerpos policiales, teniendo en cuenta, la influencia y coordinación (...) que ejerce el CCPA (...)”	8.5

E8	“(…) quem está lá vê o que se passa e depois faz o relatório da operação (…). Todas as situações que sejam mais fora do normal, (…) leva à elaboração de relatórios de informação que seguem via hierárquica (…).” “No local é informal e imediata para situações muito concretas que estão ali a acontecer no momento (…).” “Mas a maior quantidade de troca (…) é nas reuniões que acontecem de 3 em 3 meses a nível local (…).”	8.1 8.3 8.4
E9	“No final da operação partilha-se os dados (…). Também ocorre (…) através de <i>email</i> . (…) a informação recolhida também passa pelo CCPA (…).”	8.3 8.5 8.6
E10	(Não se aplica)	
E11	“ <i>En la Reuniones trimestrales entre los Jefes de Compañia (…)</i> ”	8.1
E12	“ <i>Diariamente cada cuerpo las realiza de manera directa y puntualmente se trasmite por el cauce jerárquico/escalones de mando.</i> ”	8.1 8.2 8.3
E13	(Não se aplica)	
E14	“As informações recolhidas decorrentes das operações são carregadas nas bases de dados da Guarda e encaminhadas para o escalão de comando ou entidade que necessite dessa informação. Existe troca de informações entre Comandos e <i>Comandancias</i> (…).”	8.2 8.4
E15	“No final de cada operação temos que preencher os mapas e toda a informação e todo expediente é colocado na base de dados (…). Quando vou para as operações (…) há uma partilha de dados ali no local de forma informal (…).” “Se precisarmos de consultar algo no momento recorremos ao CCPA (…).”	8.3 8.4 8.5

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 11 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º9

9. Como é feita a coordenação e operacionalização entre a GNR e a <i>Guardia Civil</i> ?		Seg.
E1	“Muito a nível informal, (…) é formal ao nível do planeamento e na operacionalização (…). É um processo que (…) a nível local desburocratizamos e simplificamos os procedimentos (…).”	9.1
E2	“(…) penso que passe pelo Comandante de Destacamento e pelo Comandante do Comando Territorial.”	9.2 9.3
E3	“Basicamente são os Comandos Territoriais e as <i>Comandancias</i> (…) planificação geral do Estado-maior e Comando Operacional.” “Os oficiais de ligação não intervêm a nível operacional.”	9.3 9.4
E4	“(…) há uma reunião de coordenação anual, há uma quantidade alargada de acordos (…). A coordenação é feita desde logo ao nível do Comando da Guarda, do nosso General Comandante com o Diretor da <i>Guardia Civil</i> (…) ao nível dos Segundos Comandantes Gerais e dos Comandantes Operacionais (…).” “(…) é feita uma reunião anual de coordenação, onde fazemos o balanço da atividade operacional daquilo que foi planeado, e daquilo que foi executado (…).” “(…) o Comandante Operacional diz o que pretende, o Comandante aprova o que pretende ao nível da nossa Direção de Operações e controla a execução dos planos de controlos móveis. Depois temos o plano de atividades que prevê (…) cooperação e treino internacional (…).”	9.5
E5	“A coordenação é efetuada ao nível do Comando ou do Comandante de Destacamento, eu como Comandante de Posto não participo nas reuniões.”	9.2 9.3
E6	“A coordenação ocorre através das reuniões que existem ao nível dos Destacamentos e <i>Compañias</i> e (…) Comandos e as <i>Comandancias</i> .”	9.2 9.3

	“ Ao nível da operacionalização são difundidas algumas instruções e indicações (...)”	
E7	“ <i>A través del CCPA, estableciendo un Oficial responsable (...)</i> ”	9.6
E8	“Isto é ao nível das reuniões (...) também com os contactos pessoais (...)” “Nas reuniões ao nível do Comando e <i>Comandancia</i> não participo (...)”	9.1 9.2 9.3
E9	“Voltamos à parte do planeamento, (...) refiro o Comandante do Comando, o Comandante de Destacamento e o seu adjunto, eles têm um papel fundamental nesta área (...) Como Comandante de posto não tenho qualquer participação nem intervenção nas reuniões (...)”	9.2 9.3
E10	“(...) baseadas em planeamento operacional anual, com três níveis de planeamento: O nível estratégico, onde se inserem as decisões do Comando Geral da GNR e da Direção Geral da <i>Guardia Civil</i> , materializadas nas Reuniões Bilaterais Anuais (...) o nível operacional, realiza-se através de reuniões entre os CTer da GNR e as <i>Comandancias</i> da <i>Guardia Civil</i> (...) o nível tático, concretiza-se nos Destacamentos através da coordenação com os pares (...)”	9.2 9.3 9.4 9.5
E11	“ <i>Mediante Reuniones Trimestrales.</i> ”	9.2 9.3
E12	“ <i>Vía telefónica y entrevistas personales (al menos trimestralmente).</i> ”	9.1 9.2
E13	“ (...) através do coordenador local (...) tem a responsabilidade de reunir periodicamente (...)”	9.6
E14	“A coordenação é feita (...) entre o Comandante de Destacamento e o Comandante da <i>Compañia</i> . (...) no terreno, assumem a coordenação os militares mais graduados das duas forças, presentes no local. Em termos de operacionalização dependendo do local onde decorre a operação, a força territorialmente competente assume a responsabilidade (...) e a outra presta colaboração (...)”	9.2
E15	“(...) ao nível do Destacamento, passando pelo Comando Territorial e a <i>Comandancia</i> da <i>Guardia Civil</i> consoante indicações do Comando Operacional. No local eu coordeno com o comandante (...) da parte espanhola (...). Não há qualquer contato prévio entre nós, os Comandantes do Comando e da <i>Comandancia</i> é que se reúnem (...)”	9.2 9.3

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 12 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º10

10. De que forma as Operações de Controlo Móvel permitem uma maior eficácia no combate às ameaças e criminalidade transfronteiriças?		Seg.
E1	“Através da comunicação informal conseguimos aperceber-nos dos movimentos criminais que muitas vezes são comuns.”	10.3
E2	“(...) acho que não permite, e aquilo que às vezes vai aparecendo é sorte (...)”	10.2
E3	“O desaparecimento das fronteiras teve como consequência menor controlo das áreas fronteiriças (...) necessário substituir através dos controlos móveis, suprimindo essas carências.”	10.1
E4	“ Isto é um modo operacional de potenciar não só a prevenção ao nível das causas, mas também potenciar o sentimento de segurança. (...) nesta aldeia global onde as ameaças são ditas transnacionais (...) as fronteiras internas dos estados foram abolidas e existe a livre circulação (...) este tipo de operações (...) é fundamental para contribuir para o combate as ameaças porque nos agentes dos crimes é	10.1 10.4

	comum uma pessoa estar a viver em Espanha e vir cometer um crime em Portugal (...) “(...) se isto não se executasse, a prevenção deixava de existir junto às fronteiras no interior da união europeia, com os problemas que temos ao nível da migração, (...) terrorismo e o tipo de criminalidade conexas (...) são uma boa ferramenta (...) pelo momento de segurança que vivemos e sobretudo porque potencia o sentimento de segurança.”	
E5	“Este tipo de operações é dissuasor (...) através da visibilidade e da prevenção, limitar a atuação dos agentes criminosos (...)”	10.4
E6	“Principalmente, é o efeito dissuasor que têm (...) demonstra que as forças estão em colaboração e coordenação e que existe a troca de informação.” “(...) quem se dedica à prática de crimes sabe que a informação atravessa a fronteira.”	10.3 10.4
E7	<i>“Teniendo en cuenta que las actuales amenazas y formas criminales, no entienden de fronteras, so más que necesarias las colaboraciones tanto a nivel de información, como a nivel operativo (...)”</i>	10.3 10.4
E8	“(...) a consulta às bases de dados (...) temos um maior sítio onde ir buscar informação no momento, (...)” “Leva a que haja uma discussão no momento de situações de criminalidade que estejam a acontecer de um lado e do outro (...)” “As fronteiras estão abertas, tanto furtam aqui em Portugal como a seguir está a furtar em Espanha.”	10.3
E9	“ Com a criação do espaço Schengen deixou de haver o controlo efetivo nas fronteiras (...) os controlos móveis (...) ganharam uma importância brutal.” “Contudo acaba por não compensar, apesar de ser positivo trata-se de um controlo aleatório e não é possível garantir que não entrem no país por exemplo um terrorista ou quantidades de armas e estupefacientes (...)” “(...) não têm a eficácia que tinham os controlos de antigamente, não compensam a abertura total das fronteiras.”	10.1 10.2
E10	“Dos controlos móveis fazem parte cerca de 50 reuniões anuais, mais de 600 operações, com cerca de 10 ou 15 mil veículos fiscalizados e cerca de 20 mil cidadãos controlados (...). Se considerarmos que estes controlos são planeados ao nível estratégico e operacional de forma conjunta e baseados em <i>intelligence</i> de ambas as forças e das instituições internacionais, a sua materialização no terreno será dirigida conjuntamente para o combate às ameaças (...)”	10.3 10.4
E11	<i>“Mediante la prevención y detección de elementos criminales de manera directa y mediante la disuasión de manera indirecta.”</i>	10.4
E12	<i>“Mediante intercambio de información y controles/patrullas mixtos.”</i>	10.3 10.4
E13	“Eu creio que pela dissuasão acima de tudo (...) O facto de se ter a consciência e conhecimento que há controlos nessas zonas transfronteiriças acaba por dissuadir a criminalidade (...)”	10.4
E14	“(...) fruto da permanente troca e partilha de informação entre as duas forças (...)” “A constante recolha de informação e a sua prévia análise é a base do planeamento.” “Estas operações são uma forma de dirimir a criminalidade transfronteiriça (...)”	10.3
E15	“(...) leva a que quem anda a praticar o crime se avisem entre si. A visibilidade e a prevenção leva a que saibam que nós realizamos operações (...) sabem que há cooperação (...)”	10.4

Fonte: Elaboração Própria



Quadro 13 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º11

11. É possível que as Operações de Controlo Móvel não sejam suficientes e adequadas face às ameaças atuais?		Seg.
E1	<p>“As operações planeadas são suficientes. Nós temos autonomia enquanto Comandantes de Destacamento para marcar operações. Eu posso marcar uma operação com a <i>Guardia Civil</i> e não ser um controlo móvel (...)”</p> <p>“(...) as operações são adequadas e são suficientes, sempre que há necessidade de fazer mais nós fazemos.”</p>	11.1 11.2 11.5
E2	<p>“Nós já fazemos tantas (...). Mas não estão adequadas, como já disse a autoestrada é livre. (...) fazer um controlo móvel redundante na mesma coisa (...)”</p>	11.1 11.4
E3	<p>“Relativamente ao número de operações realizadas não sei quantas são feitas (...)”</p> <p>“Considero que sejam adequadas, mas os controlos móveis são mais uma ferramenta que tem de ser complementada com outras (...)”</p>	11.2 11.6
E4	<p>“Suficientes são, mas podemos sempre aumentá-las, e são adequadas face às atuais ameaças (...) são adequadas porque potenciam a prevenção (...) se nós prevenirmos evitamos a reação.”</p> <p>“(...) o nosso Comando Operacional e a <i>Guardia Civil</i> entende que o número de controlos móveis que fazemos é suficiente face à informação que existe no momento do planeamento. (...) se houver algo que justifique aumentarmos o número de controlos móveis, uma e outra força estão disponíveis para os executar.”</p> <p>“(...) eu acho que sim que são adequados. (...) damos a conhecer aos outros que estamos ali para trabalhar e estamos atentos ao movimento das pessoas e bens (...)”</p>	11.1 11.2 11.5
E5	<p>“As operações não são suficientes nem são adequadas, deveriam ser feitas mais e utilizando os meios adequados e com mais militares. A operação é adequada mas o problema é a nível físico, como não há barreiras físicas nas fronteiras não conseguimos controlar toda a gente, assim tem que ser aleatório (...)”</p>	11.3 11.4 11.6
E6	<p>“Considero que a Guarda e a <i>Guardia Civil</i> tem uma grande capacidade de adaptação e face às ameaças e às circunstâncias rapidamente nos adaptamos (...) sempre que exista a necessidade de aumentar o número (...) podemos propor e realizar. Neste momento julgo que são suficientes e que são adequadas (...)”</p>	11.1 11.2 11.5
E7	<p>“ (...) <i>son adecuadas en tanto en cuanto, los resultados obtenidos hasta el momento avalan dicha afirmación. (...) cuantas más (...) se lleven a cabo, mas información se podrá obtener, y mayor será la labor preventiva (...)</i>”</p> <p>“ (...) <i>las actuales amenazas y formas criminales, están en constante evolución por lo que no debemos considerar estas operaciones nunca como adecuadas y suficiente al 100%, sino que nos encontramos con la obligación de mejorarlas y aumentarlas (...)</i>”</p>	11.1 11.2 11.5 11.6
E8	<p>“ (...) só por si não são suficientes mas (...) acho que são muito importantes e neste momento acho que não deviam existir mais, o que deve existir mais já tem a ver a outro nível (...) não é o destacamento da fronteira que vai conseguir combater a criminalidade internacional toda.”</p> <p>“(...) acho que não é possível fazer mais, só aumentando o efetivo (...) este tipo de ações, acho que é o ideal.”</p>	11.2 11.3 11.6
E9	<p>“Não são suficientes, são as possíveis (...) sem dúvida que deviam ser realizadas mais. (...) resume-se à inicial fiscalização de trânsito, e não passa disso.”</p>	11.3 11.6
E10	<p>“Ao longo dos anos tem sofrido ajustes e “recebido” novas áreas de controlo e fiscalização, ajustando os seus objetivos às ameaças da criminalidade (...)”</p> <p>“Só por si não são suficientes, mas também não é esse o objetivo. O que torna esta ou outras medidas eficazes é o seu caráter de complementaridade, ou seja, valem pelo todo, sendo um contributo decisivo para o grande objetivo final (...)”</p>	11.2 11.3 11.6

E11	<i>“Al ser ejecutadas por personal de Seguridad Ciudadana se focaliza la prevención en ese aspecto, no profundizándose en tipologías delictivas más específica.”</i>	11.4
E12	<i>“Deberían de autorizarse igualmente la entrada puntual previa comunicación al cuerpo competente, permitiendo la persecución “en caliente” de los delincuentes a ambos lados de la frontera de manera mas eficaz.”</i>	11.6
E13	“(…) eu penso que se faz um número de operações suficientes. As operações são adequadas, por vezes nem sempre podemos garantir que tenhamos os meios suficientes para exercer cabalmente uma fiscalização (…)	11.1 11.2
E14	“(…) torna-se imperativo incrementar ainda mais o número de controlos móveis. Face à grande mobilidade que a criminalidade hoje apresenta, (…)	11.3
E15	“(…) esta subunidade dispõe de um CCPA (…)	11.2 11.3 11.6

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 14 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º12

12. Considera que as Operações de Controlo Móvel são essenciais para garantir a segurança das zonas fronteiriças?		Seg.
E1	“São importantes, (…)	12.1
E2	“Sim eu acho que sim, mas deveriam ser de outra forma, outras circunstâncias, outra modalidade, outro tipo de intervenção (…)	12.2
E3	“Sim, mas sempre dentro dum plano mais integral que tenha em consideração o resto dos fatores (…)	12.2
E4	“Eu acho que sim que são, que se devem manter.”	12.2
E5	“Sim são essenciais.”	12.2
E6	“Não são essenciais no sentido estrito (…)	12.1 12.3
E7	“(…) son esenciales para garantizar la seguridad fronteriza (…)	12.1 12.2
E8	“Eu acho que sim que são essenciais (…)	12.2
E9	“(…) tem mais impacto no sentimento de segurança, (…)	12.3
E10	“(…) são essenciais enquanto elemento dos sistemas de segurança dos dois países, como medida isolada o seu valor seria residual ou nulo. Dentro da globalidade das medidas (…)	12.1 12.2

E11	“Son un elemento más que contribuye a incrementar la Seguridad.”	12.1
E12	“Sí.”	12.2
E13	“São essenciais (...) no decorrer dos mesmo haver a possibilidade de (...) ter ligação com os operadores que estão nos CCPA acerca das pessoas e dos bens.”	12.2
E14	“Sim são fundamentais (...) permitem prevenir e reprimir a criminalidade que ocorre junto à fronteira e por vezes por termo à criminalidade itinerante (...)”	12.2
E15	“Sim sem dúvida. (...) a palavra passa rápido (...) fica logo toda a gente a saber (...) isto interfere muito com o sentimento de segurança das pessoas.”	12.2 12.3

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 15 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º13

13.Quais as ferramentas que a GNR e a <i>Guardia Civil</i> possuem para facilitar a cooperação policial?		Seg.
E1	“Há um canal rádio comum (...) sala de situação no Comando e ao CCPA.”	13.1 13.2 13.8
E2	“Temos muitas plataformas como o Segurnet, T Menu, o SIS e inúmeras ferramentas de acesso e consulta, mas que aqui não dão, (...) acesso ao SIIOP-O, ao SIIOP-P (...) está condicionado.”	13.3
E3	“As ferramentas gerais proporcionadas pelos organismos internacionais (...) Europol, Interpol, Sistema de informação Schengen, Sirene, os tratados internacionais e bilaterais, reuniões territoriais, contato direto entre unidade e valências (...) intervenção dos Oficiais de Ligação (...) importância dos CCPA (...)”	13.1 13.3 13.4 13.9 13.10
E4	“(...) ter-mos o mesmo estatuto, somos forças congêneres, integramos a associação FIEP, a EGF, e integramos projetos de cooperação policial financiados ao nível europeu, temos a ligação SIVE-SIVICC, participamos em projetos europeus (...)” “(...) os acordos entre os Estados (...) fazemos reuniões anuais de cooperação, (...) termos elementos de ligação (...) partilhamos ações de formação conjuntas (...) dominarmos o processo de decisão miliar (...) oficiais são formados em academias militares (...). Partilhamos também boas práticas ao nível tático (...) fizemos também exercícios conjuntos (...) junto à zona de fronteira.”	13.4 13.5 13.6 13.7 13.10
E5	“Temos as bases de dados, podemos recorrer ao CCPA (...)”	13.1 13.3
E6	“Temos o CCPA e temos o excelente relacionamento institucional (...) Para contato via rádio temos que recorrer ao CCPA ou às Salas de situação. Geralmente recorremos aos telemóveis e <i>email</i> (...) contato informal.”	13.1 13.8
E7	“(...) <i>tienen el Centro de Coordinación Policial Y Aduanero</i> (...)”	13.1
E8	“Temos as nossas bases de dados nacionais. (...) temos o CCPA (...) existe a base de dados Schengen (...) consultamos diretamente através do SIIOP-P (...)” “Temos ainda outra ferramenta que é um rádio conjunto que está na sala de situação do Comanda da Guarda (...) temos aqui no Destacamento o servidor do rádio espanhol que podemos utilizar (...)”	13.1 13.2 13.3 13.8
E9	“Resumo a resposta a esta pergunta a CCPA. Também podemos efetuar uma pesquisa Schengen (...)”	13.1 13.3
E10	“Desde logo os acordos bilaterais entre Portugal e Espanha, (...) os oficiais de ligação da GNR, os oficiais de ligação do MAI. Temos plataformas europeias como Acervos Schengen, Unidades Nacionais da Europol (UNI), FIEP, Eurogendfor, Frontex, CEPOL, EUROMED ou EUPST. Ao nível internacional o Gabinete Nacional da Interpol (GNI) e as plataformas como CARPOL, TISPOL,	13.3 13.4 13.9 13.10



	IBERPOL ou RAILPOL. Ao nível dos diversos grupos de trabalho podemos referir o IMPACT ou a rede ATLAS. A GNR e a <i>Guardia Civil</i> têm ainda uma “ferramenta” informal que são a proximidade cultural entre os países e entre as polícias (...).”	
E11	“ <i>Reuniones entre Jefes de Compañía y de Tráfico, así como a través del CCPA.</i> ”	13.1 13.9
E12	“ <i>Las propias de los distintos cuerpos fundamentalmente la buena relación/predisposición personal (...)</i> ”	13.3
E13	“Através do CCPA (...) como a formação conjunta, a participação entre estados em <i>workshops</i> , colóquios, palestras e seminários.”	13.1 13.7
E14	“Temos o CCPA (...). Outra ferramenta (...) ligação rádio direta entre o Comando Territorial de Viana e a <i>Comandancia</i> de Pontevedra.”	13.1 13.2
E15	“Essencialmente é o CCPA, as bases de dados (...) nossa partilha de conhecimentos e informações que cada um tem (...)”	13.1 13.3

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 16 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º14

14. Que medidas podem ser tomadas no sentido de melhorar a cooperação entre a GNR e a <i>Guardia Civil</i> ?		Seg.
E1	“Começar pela desburocratização administrativa que é o deslocamento a Espanha (...). As diversas valências deviam ter mais meios humanos e materiais e estar capacitadas par pôr no terreno essas medidas de cooperação.”	14.2
E2	“Deveriam envolver mais os operacionais (...). Alterar algumas consciências de forma a partilhar a informação (...)”	14.1 14.2
E3	“(…) melhorada a partilha de informação nas zonas fronteiriças e acrescentar mais capacidade de investigação criminal da GNR (...). Poderia existir mais intercâmbio de militares no âmbito da formação e a realização de exercícios conjuntos.”	14.1 14.4 14.5 14.8
E4	“(…) ter-se-á que incentivar ainda mais a formação. Tudo passa pela formação.”	14.8
E5	“A coordenação ao nível posto muitas vezes não é realizada (...) não conseguimos contatar diretamente com a <i>Guardia Civil</i> . Se acontecer algo aqui é quase impossível eles montarem dispositivos (...) não conseguimos comunicar a tempo. Seria importante os espanhóis aprenderem melhor a língua portuguesa (...)” “Os CCPA deveria ser reforçados com mais meios humanos.”	14.2 14.3 14.8
E6	“(…) interoperabilidade dos sistemas informáticos da duas forças (...) a cooperação ao nível da investigação criminal (...) intercâmbio de militares (...)”	14.1 14.4 14.5
E7	“ <i>(...) medidas que vayan encaminadas a una unificación doctrinal en las actuaciones conjuntas, así como un amparo legal en las actuaciones de los cuerpos policiales fuera de sus fronteras.</i> ”	14.6
E8	“Localmente tenho ideia que a cooperação é efetivamente muito boa (...). Eventualmente realizar algum treino conjunto (...) nós fazemos operações conjuntas muitas vezes, já estamos um bocado habituados a trabalhar juntos, a nível de destacamento (...) acho que a colaboração (...) esta a funcionar muito bem.”	14.8
E9	“A realização de mais controlos móveis (...) aumentar o número das patrulhas conjuntas (...). O intercâmbio de militares para formação, (...) trocar locais, conhecer outras pessoas e outras realidades. Exercícios conjuntos ou treinos seria ótimo (...) voltamos a falar na parte da doutrina conjunta.”	14.5 14.7 14.8

E10	“Manter e incrementar o policiamento conjunto com base nas informações. Planear conjuntamente as ações de controlos móveis com base na realidade criminais de cada região fronteiriça e de cada momento.”	14.1
	“Promover a troca de informações policiais em tempo real e incrementar o planeamento conjunto de operações. Aumentar o recurso a “ <i>joint investigation team</i> (JIT)” e às ordens europeias de investigação (...). Manter e aumentar o intercâmbio de ações formativas e de treino conjunto (...) das diversas especialidades.”	14.2 14.5 14.7 14.8
	E11 “ <i>Implicar a especialistas, además de Seguridad Ciudadana.</i> ”	14.2
	E12 “ <i>Mejorar la cobertura legal y sobre todo jurídica transfronteriza.</i> ”	14.6
	E13 “Tudo que possa fomentar a cooperação está previsto e deve ser explorado. (...) melhorar os sistemas e a gestão de dados, (...) integrar toda esta informação num canal único, (...) informação acessível a todos, partilhada por todos, consultada por todos e depois haver uma ligação entre todos os CCPA.” “(...) quando cai um pedido no CCPA, esse pedido estar acessível e visível para todas as forças, assim como as respostas serem automaticamente compiladas e através do coordenador reencaminhar para quem fez o pedido.” “A geração de resultados estatísticos dever ser melhor explorada para com base neles depois orientar a atividade operacional, haver uma análise de risco e uma análise operacional.”	14.1
E14	“(...) voltar a haver reuniões entre os Comandantes dos Destacamento e das <i>Compañías</i> nos moldes que eram feitos anteriormente. (...) aumentar as patrulhas mistas e os controlos móveis (...) em períodos de maior afluência/festividade.”	14.2 14.7
	“(...) realização das patrulhas mistas (...) no período da Páscoa ou do Rally de Portugal.”	
E15	“A cooperação já é boa. Se houvesse mais operações ajudava na partilha, se existisse formação conjunta ou treinos seria ótimo (...) ter instrução e formação juntos seria muito bom.”	14.1 14.7 14.8

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 17 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º15

15. Na sua opinião como é vista a cooperação policial, de forma geral, e as Operações nas fronteiras, em particular, pela população?		Seg.
E1	“(...) no ponto de vista da prevenção (...) as populações transfronteiriças gostam de nos ver a cooperar, principalmente em eventos junto à fronteira. (...) aceitam bem a presença das forças conjuntas.”	15.1
E2	“Para elas é mais do mesmo (...). Existe o pensamento da caça à multa.”	15.2
E3	“De forma positiva. A população é consciente da importância da cooperação internacional. (...) sentem-se mais seguras e gostam de ver as duas forças a trabalhar juntas.”	15.1 15.3
E4	“Eu acho que é muito bem vista (...) a população vê isso com muito bons olhos (...) a população sente-se agradada, os portugueses gostam de ver a <i>Guardia Civil</i> cá e também gostam que a sua polícia colabore com as outras polícias, (...) apreciam este tipo de procedimentos e entendem que nos dias de hoje nenhuma polícia pode trabalhar de modo isolado (...)”	15.1
E5	“A cooperação é bem vista. (...) a pessoa sente-se mais à vontade como se tivesse no próprio país e vice-versa.”	15.1

E6	“A população vê com bons olhos e aplaude a cooperação (...) inúmeros elogios e agradecimentos que os cidadãos portugueses e espanhóis fazem aos elementos das duas forças (...)”	15.1
E7	“(...) <i>son bien acogidas por la población, ya que aumentan la seguridad subjetiva, (...) la sensación de seguridad que tiene el ciudadano.</i> ”	15.1 15.3
E8	“(...) eles gostam sempre, muitas vezes chegam a comentar (...) fiquem mais à vontade e mais contentes, eles acham bem e nota-se que as pessoas aceitam muito bem. Nota-se que a população gosta de ver quando está num país diferente ver uma força do país deles vêm sempre isso com muito agrado.”	15.1
E9	“(...) a população encara isto com uma certa normalidade (...) já estão habituados, algumas pessoas até nos dizem que deveriam existir mais controlos nas fronteiras.”	15.2 15.4
E10	“Normalmente os controlos e fiscalização de cidadãos portugueses em Espanha ou espanhóis em Portugal, onde podem interagir com polícias dos seus países facilita a comunicação e está muito bem aceite. Outras operações (...) intercâmbio de patrulhas também tem uma grande aceitação em ambos os lados da fronteira. Ou operações conjuntas de apoio (...) são bem aceites pela generalidade da população. Outro tipo de cooperação policial internacional (...) ou outras atividades conjuntas depende sempre da proximidade e da forma como sensibiliza a população.	15.1
E11	“ <i>De manera positiva, si bien es cierto que la población portuguesa es más colaboradora y acede de mejor grado (...)</i> ”	15.1
E12	“ <i>Buena acogida, puesto que permite que la delincuencia a ambos lados de la frontera se siente vigilada y controlada y con ello la población mas segura.</i> ”	15.1 15.3
E13	“A população aceita e vê de forma positiva que haja fiscalização (...)”	15.1
E14	“(...) é vista como uma mais-valia na zona fronteiriça (...) vê estas operações com naturalidade e entende a sua finalidade (...) comentar que as mesmas deveriam ocorrer com maior frequência. Pode-se dizer que se sentem mais seguras.”	15.1 15.2 15.4
E15	“(...) eles gostam e dá um sentimento de segurança ao verem as duas forças juntas. O feedback que tenho é positivo, eles sentem-se seguros e satisfeitos (...) até ficam contentes. (...) dizem que é uma boa prática e devíamos incrementá-la.”	15.1 15.3 15.4

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 18 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º16

16. Que outras “medidas compensatórias” poderiam ser implementadas para complementar ou substituir os Controlos Móveis?		Seg.
E1	(Não se aplica)	
E2	(Não se aplica)	
E3	“Os controlos móveis devem continuar a funcionar mas devem ser complementados com a melhoria das capacidades de investigação e partilha de informação.”	16.1 16.2 16.3
E4	“(...) potenciar ao nível de toda a fronteira a videovigilância (...) não substituiria todos os controlos móveis mas reforçava muito a ideia de presença policial (...)”	16.1 16.4
E5	(Não se aplica)	
E6	(Não se aplica)	
E7	(Não se aplica)	
E8	(Não se aplica)	

E9	(Não se aplica)	
E10	“(…) não existem “medidas estrela”, o sucesso depende da forma como conseguimos integrar todas no sistema em prol do resultado (…) fazendo com que o somatório final seja maior do que a simples aritmética da soma das partes.”	16.1
E11	(Não se aplica)	
E12	(Não se aplica)	
E13	“Os controlos móveis têm um fim e têm uma forma de ser realizados, que creio não ser substituível. Complementados sim, voltamos um pouco à questão da criação de doutrina (...). Deveriam ser planeados e ter uma forma de execução mais ampla, mais organizada e com mais recursos. Colocar em causa o modelo definitivamente não (...)”	16.1
E14	(Não se aplica)	
E15	(Não se aplica)	

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 19 - Análise de conteúdo das respostas à questão n.º17

17. Quais os benefícios que a GNR retira da realização destas Operações conjuntas?		Seg.
E1	(Não se aplica)	
E2	(Não se aplica)	
E3	“Acho que os benefícios são mútuos. A partilha de experiências, de informação e novos conhecimentos (...) aprendemos do trabalho do trabalho dos outros e podemos complementar a nossa forma de atuação.”	17.1
E4	“(…) aumentamos a presença policial, potenciamos a prevenção, fomentamos a cooperação entre os nossos guardas e os elementos da <i>Guardia Civil</i> e existe sempre uma troca de experiências que é de salutar (...) contribui para as informações policiais.”	17.1 17.2
E5	(Não se aplica)	
E6	(Não se aplica)	
E7	(Não se aplica)	
E8	(Não se aplica)	
E9	(Não se aplica)	
E10	“A GNR não procura retirar benefícios destas operações conjuntas. (...) pretende prosseguir a sua missão e atribuições, prevenir, evitar, identificar e reprimir ameaças, criminalidade e ilícitos, cujas origens, autores, impacto e consequências não são possíveis de controlar e combater através de medidas exclusivamente internas. A cooperação não é uma procura de benefícios, mas uma partilha que potencia de forma exponencial as capacidade das Forças de Segurança de dois ou vários países no combate à criminalidade cada vez mais transfronteiriça, transnacional, mutável, volátil e apátrida.”	17.1 17.2 17.3
E11	(Não se aplica)	
E12	(Não se aplica)	
E13	“(…) acesso a informação de outra força de uma maneira célere e direta. (...) troca de experiências e a troca de saberes (...) nascem ou surgem experiências traduzidas de outras forças (...) acabam por ter desenvolvimento e aplicação nas forças de segurança portuguesas (...)”	17.1 17.3
E14	(Não se aplica)	
E15	(Não se aplica)	

Fonte: Elaboração Própria

## APÊNDICE F – CODIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS

Quadro 20 - Codificação das respostas das entrevistas

Questão 1	
Segmento 1.1	São essenciais, importantes e fundamentais.
Segmento 1.2	Permitem a interação e a troca de conhecimentos/experiências entre militares.
Segmento 1.3	Facilitam a comunicação e a cooperação.
Segmento 1.4	Criam uma aproximação e fortalecimento da relação entre as duas forças.
Segmento 1.5	Possibilitam a troca/partilha de informações.
Questão 2	
Segmento 2.1	Planeadas ao nível do Comando Operacional.
Segmento 2.2	Planeadas nas reuniões entre o Comando Territorial e a <i>Comandancia</i> .
Segmento 2.3	Planeadas nas reuniões entre o Destacamento e a <i>Compañia</i> .
Segmento 2.4	Desconhece ou não intervém no planeamento.
Segmento 2.5	Tendo em conta interesses operacionais, como o dia, a hora e o local.
Segmento 2.6	Define-se os objetivos, os meios e o efetivo.
Questão 3	
Segmento 3.1	Trânsito e segurança rodoviária, Ambiental e Fiscal e Aduaneira.
Segmento 3.2	Crimes económicos.
Segmento 3.3	Controlo de pessoas e bens.
Segmento 3.4	Tráfico de seres humanos e imigração ilegal.
Segmento 3.5	Tráfico de estupefacientes e armas.
Segmento 3.6	Crimes contra o património.
Segmento 3.7	Prevenção e repressão de infrações contraordenacionais e criminais.
Segmento 3.8	Fiscaliza-se todas as áreas competentes.
Questão 4	
Segmento 4.1	Os meios não são adequados nem suficientes.
Segmento 4.2	Não existem meios informáticos para aceder no local às bases de dados.
Segmento 4.3	Não existe meios de sinalização para efetuar operações nas autoestradas.
Segmento 4.4	O efetivo é suficiente.
Segmento 4.5	O efetivo é insuficiente.
Segmento 4.6	São adequados e suficientes mas poderiam ser melhorados.
Segmento 4.7	As viaturas apresentam um nível de desgaste elevado.
Questão 5	
Segmento 5.1	Solicitar à concessionária apoio para efetuar um corte de via na autoestrada.
Segmento 5.2	Recurso ao rádio para solicitar informações.
Segmento 5.3	A doutrina diferente de ambas as forças.
Segmento 5.4	O idioma especialmente em termos técnicos policiais.
Segmento 5.5	A falta de efetivos e o horário de referência dificulta o planeamento.
Segmento 5.6	Os meios disponíveis.

Segmento 5.7	Problemas de fluidez e agilidade.
Segmento 5.8	Estabelecer os controlos executados pelas Unidades de <i>Seguridad Ciudadana</i> .
<b>Questão 6</b>	
Segmento 6.1	Adquirir/melhorar meios materiais.
Segmento 6.2	Aumentar o efetivo.
Segmento 6.3	Alterar a configuração da via.
Segmento 6.4	Incluir as diversas valências/unidades específicas nas operações.
Segmento 6.5	Maior fluidez no intercâmbio de informação.
Segmento 6.6	Formação básica em língua portuguesa e língua espanhola.
Segmento 6.7	Definir uma formação prévia conjunta.
<b>Questão 7</b>	
Segmento 7.1	A doutrina de ambas as forças é semelhante.
Segmento 7.2	Definir procedimentos seria suficiente.
Segmento 7.3	Deveria ser criada doutrina conjunta.
Segmento 7.4	Poderia contribuir de forma positiva e trazer vantagens para as operações.
Segmento 7.5	Não é necessário.
Segmento 7.6	Os procedimentos estão definidos e a coordenação existente é suficiente.
<b>Questão 8</b>	
Segmento 8.1	Ocorre nas reuniões entre o Destacamento e a <i>Compañia</i> .
Segmento 8.2	Existe troca de informações entre Comandos e <i>Comandancias</i> .
Segmento 8.3	Ocorre de forma direta, informal e imediata.
Segmento 8.4	A informação é carregada nas bases de dados.
Segmento 8.5	Ocorre através do CCPA.
Segmento 8.6	Recebo informação via <i>email</i> .
<b>Questão 9</b>	
Segmento 9.1	Através do contato pessoal e a nível informal.
Segmento 9.2	Reuniões entre Comandantes de Destacamento e de <i>Compañia</i> .
Segmento 9.3	Reuniões entre Comandantes de Comando e <i>Comandancia</i> .
Segmento 9.4	Os Oficiais de ligação não têm intervenção.
Segmento 9.5	Entre o Comando - Geral da GNR e a <i>Dirección General de la Guardia Civil</i> .
Segmento 9.6	Através do Coordenador do CCPA.
<b>Questão 10</b>	
Segmento 10.1	São essenciais para substituir a supressão dos controlos nas fronteiras internas.
Segmento 10.2	Não permitem combater as ameaças e criminalidade transfronteiriças.
Segmento 10.3	Através da troca de informações sobre a criminalidade.
Segmento 10.4	Através da visibilidade e da prevenção.
<b>Questão 11</b>	
Segmento 11.1	São suficientes.
Segmento 11.2	São adequadas.
Segmento 11.3	Não são suficientes.
Segmento 11.4	Não são adequadas.
Segmento 11.5	Necessitam ser complementadas.
<b>Questão 12</b>	
Segmento 12.1	São importantes e contribuem para a segurança.



Segmento 12.2	São essenciais para garantir a segurança.
Segmento 12.3	Contribuem para o sentimento de segurança.
<b>Questão 13</b>	
Segmento 13.1	Centro de Cooperação Policial e Aduaneira.
Segmento 13.2	Canal rádio comum.
Segmento 13.3	Plataformas e bases de dados.
Segmento 13.4	Oficiais de Ligação.
Segmento 13.5	Ligação SIVE-SIVICC.
Segmento 13.6	O estatuto militar e o processo de decisão militar.
Segmento 13.7	Realização de exercícios conjuntos e formação.
Segmento 13.8	Sala de Situação no CTer.
Segmento 13.9	Reuniões entre as duas forças.
Segmento 13.10	Tratados internacionais, acordos bilaterais e projetos europeus.
<b>Questão 14</b>	
Segmento 14.1	Melhorar a partilha de informação.
Segmento 14.2	Melhorar a coordenação entre as forças.
Segmento 14.3	Reforçar os CCPA com meios humanos.
Segmento 14.4	Melhorar a valência da Investigação Criminal.
Segmento 14.5	Incrementar o intercâmbio de militares.
Segmento 14.6	Criar legislação para regular a atuação de forças policiais fora das fronteiras.
Segmento 14.7	Aumentar o número ações conjuntas.
Segmento 14.8	Investir na formação/instrução.
<b>Questão 15</b>	
Segmento 15.1	A cooperação é vista de forma positiva e é bem aceite pela população.
Segmento 15.2	É vista como uma situação normal.
Segmento 15.3	Sentem-se mais seguros.
Segmento 15.4	Consideram que deveriam existir mais ações.
<b>Questão 16</b>	
Segmento 16.1	Os Controlos Móveis devem continuar, mas têm que ser complementados.
Segmento 16.2	Melhoria das capacidades de investigação.
Segmento 16.3	Melhorar a partilha de informação.
Segmento 16.4	Criar um sistema de videovigilância em toda a fronteira.
<b>Questão 17</b>	
Segmento 17.1	Partilha de experiências, conhecimentos e informações.
Segmento 17.2	Contribui para a sua missão e atribuições.
Segmento 17.3	Melhoria das capacidades das Forças de Segurança.

Fonte: Elaboração Própria

## APÊNDICE G – ANÁLISE QUANTITATIVA DA FREQUÊNCIA DOS SEGMENTOS DAS RESPOSTA ÀS QUESTÕES DA ENTREVISTA

**Tabela 1 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 1**

Questão 1																	
Seg.	Entrevistados															Freq. (n)	Percent. (%)
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14	E 15		
1.1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15	100%
1.2	X	X					X	X			X				X	6	40%
1.3			X		X									X	X	4	27%
1.4	X					X			X					X	X	5	33%
1.5	X				X			X								3	20%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 2 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 2**

Questão 2																	
Seg.	Entrevistados															Freq. (n)	Percent. (%)
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14	E 15		
2.1	X				X									X		3	27%
2.2	X				X	X		X	X			X			X	7	64%
2.3		X			X				X					X	X	5	45%
2.4	X						X				X					3	27%
2.5							X		X							2	18%

Fonte: Elaboração Própria



**Tabela 3 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 3**

<b>Questão 3</b>																	
Seg.	Entrevistados															Freq. (n)	Percent. (%)
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14	E 15		
3.1	X		X	X	X		X	X	X	X			X	X	X	11	73%
3.2			X													1	6%
3.3				X	X								X			3	20%
3.4			X			X		X			X					4	27%
3.5	X		X	X	X	X		X	X	X	X		X			10	67%
3.6						X		X		X	X					4	27%
3.7	X			X	X	X	X		X	X				X		8	53%
3.8		X						X				X			X	4	27%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 4 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 4**

<b>Questão 4</b>																	
Seg.	Entrevistados															Freq. (n)	Percent. (%)
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14	E 15		
4.1		X			X											2	18%
4.2	X													X		2	18%
4.3		X			X				X					X	X	5	45%
4.4	X													X	X	3	27%
4.5	X				X			X	X							4	36%
4.6						X	X	X			X	X		X	X	7	63%
4.7	X								X							2	18%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 5 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 5**

<b>Questão 5</b>																	
Seg.	Entrevistados															Freq. (n)	Percent. (%)
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14	E 15		
5.1		X			X	X								X	X	5	45%
5.2					X										X	2	18%
5.3							X									1	9%
5.4							X									1	9%
5.5	X							X								2	18%
5.6	X				X		X		X						X	5	45%
5.7												X				1	9%
5.8											X					1	9%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 6**

Questão 6																	
Seg.	Entrevistados															Freq. (n)	Percent. (%)
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14	E 15		
6.1	X				X	X								X	X	5	45%
6.2					X			X	X							3	27%
6.3		X														1	9%
6.4		X						X			X				X	4	36%
6.5												X				1	9%
6.6							X									1	9%
6.7							X									1	9%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 7 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 7**

Questão 7																	
Seg.	Entrevistados															Freq. (n)	Percent. (%)
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14	E 15		
7.1	X			X		X				X						4	27%
7.2	X														X	2	13%
7.3		X	X		X	X	X	X	X			X	X			9	60%
7.4			X					X	X							3	20%
7.5				X						X	X					3	20%
7.6				X		X		X		X				X	X	6	40%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 8 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 8**

Questão 8																	
Seg.	Entrevistados															Freq. (n)	Percent. (%)
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14	E 15		
8.1	X	X				X		X			X	X				6	55%
8.2	X											X		X		3	27%
8.3	X				X			X	X			X			X	6	55%
8.4								X						X	X	3	27%
8.5	X	X			X	X	X		X						X	7	64%
8.6		X							X							2	18%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 9 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 9**

<b>Questão 9</b>																	
Seg.	Entrevistados															Freq. (n)	Percent. (%)
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14	E 15		
9.1	X							X				X				3	20%
9.2		X			X	X		X	X	X	X	X		X	X	10	67%
9.3		X	X		X	X		X	X	X	X				X	9	60%
9.4			X							X						2	13%
9.5				X						X						2	13%
9.6							X						X			2	13%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 10 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 10**

<b>Questão 10</b>																	
Seg.	Entrevistados															Freq. (n)	Percent. (%)
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14	E 15		
10.1			X	X					X							3	20%
10.2		X							X							2	13%
10.3	X					X	X	X		X		X		X		7	47%
10.4				X	X	X	X			X	X	X	X		X	9	60%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 11 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 11**

<b>Questão 11</b>																	
Seg.	Entrevistados															Freq. (n)	Percent. (%)
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14	E 15		
11.1	X	X		X		X	X						X			6	40%
11.2	X		X	X		X	X	X		X			X		X	9	60%
11.3					X			X	X	X				X	X	6	40%
11.4		X			X						X					3	20%
11.5	X			X		X	X									4	27%
11.6			X		X		X	X	X	X		X			X	8	53%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 12 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 12**

<b>Questão 12</b>																	
Seg.	Entrevistados															Freq. (n)	Percent. (%)
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14	E 15		
12.1	X					X	X			X	X					6	40%
12.2		X	X	X	X		X	X		X		X	X	X	X	11	73%
12.3						X			X						X	3	20%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 13 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 13**

<b>Questão 13</b>																	
Seg.	Entrevistados															Freq. (n)	Percent. (%)
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14	E 15		
13.1	X		X		X	X	X	X	X		X		X	X	X	11	73%
13.2	X							X						X		3	20%
13.3		X	X		X			X	X	X		X			X	8	53%
13.4			X	X						X						3	20%
13.5				X												1	6%
13.6				X												1	6%
13.7				X									X			2	13%
13.8	X					X		X								3	20%
13.9			X							X	X					3	20%
13.10			X	X						X						3	20%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 14 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 14**

<b>Questão 14</b>																	
Seg.	Entrevistados															Freq. (n)	Percent. (%)
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14	E 15		
14.1		X	X			X				X			X		X	6	40%
14.2	X	X			X					X	X			X		6	40%
14.3					X											1	6%
14.4			X			X										2	13%
14.5			X			X			X	X						4	27%
14.6							X					X				2	13%
14.7									X	X				X	X	4	27%
14.8			X	X	X			X	X	X					X	7	47%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 15 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 15**

<b>Questão 15</b>																	
Seg.	Entrevistados															Freq. (n)	Percent. (%)
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14	E 15		
15.1	X		X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	13	87%
15.2		X							X					X		3	20%
15.3			X				X					X			X	4	27%
15.4									X					X	X	3	20%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 16 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 16**

<b>Questão 16</b>																	
Seg.	Entrevistados															Freq. (n)	Percent. (%)
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14	E 15		
16.1			X	X						X			X			4	100%
16.2			X													1	25%
16.3			X													1	25%
16.4				X												1	25%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 17 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão 17**

<b>Questão 17</b>																	
Seg.	Entrevistados															Freq. (n)	Percent. (%)
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14	E 15		
17.1			X	X						X			X			4	100%
17.2				X						X						2	50%
17.3										X			X			2	50%

Fonte: Elaboração Própria

## **ANEXO A – ACORDO LUSO – ESPANHOL SOBRE CONTROLOS MÓVEIS**

Ministério da Administração Interna de Portugal e o Ministro do Interior de Espanha reunidos em Lisboa a 17 de Janeiro de 1994 examinaram os problemas que para ambos os países representa a imigração ilegal de diversas proveniências, bem como os que decorrem da actividade das redes de criminalidade organizada e de tráfico de estupefacientes.

Com o objectivo de aumentar a eficácia da luta contra estas actividades, os dois Ministros, conscientes das responsabilidades de ambos os países perante a União Europeia e, em particular tendo presente a próxima entrada em vigor da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen, acordaram estabelecer, cada qual o seu território e de forma coordenada, controlos móveis para os movimentos de pessoas:

### **1. CONTROLOS MÓVEIS**

1.1. As autoridades policiais de Espanha e Portugal activarão gradualmente um sistema de controlos móveis de ambos os lados da linha fronteiriça que possibilite a vigilância conjunta e coordenada da fronteira comum, com o objectivo de reprimir a imigração ilegal proveniente de países terceiros não comunitários.

1.2. Os controlos móveis, levados a cabo por pessoal uniformizado, em veículos sinalizados e com os meios de identificação necessários, realizar-se-ão nas vias de comunicação que se situem dentro de uma zona de 50 km partir da linha fronteiriça.

1.3. Na parte portuguesa, o controlo de pessoas será levado a cabo pela Guarda Nacional Republicana e por funcionários do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

1.4. Na parte espanhola, o controlo de pessoas será levado a cabo pelos Corpos e Forças de Segurança do Estado.

## 2. ZONAS E PONTOS DE COORDENAÇÃO

2.1. A coordenação de serviços de controlos móveis estabelecer-se-á, a nível local e provincial, com base na seguinte correspondência:

PORTUGAL	ESPAÑA
Valença	Tuy – Salvatierra de Miño (Pontevedra)
Chaves	Verin – Celanova (Orense)
Bragança	Puebla de Sanabria – Alcanices – Bernillo de Savago (Zamora)
Vilar Formoso	Ciudad Rodrigo – Fuentes de Oñoro (Salamanca)
Castelo Branco	Valencia de Alcantara – Coria (Caceres)
Elvas	Caya – Jerez de los Caballeros (Badajoz)
Serpa	Rosal de la Frontera Aracena (Huelva)
Vila Real de Santo António	Ayamonte (Huelva)

2.2. Os pontos de coordenação referidos no número antes que poderão ser aumentados ou reduzidos por mútuo consentimento.

## 3. ÓRGÃOS DE COORDENAÇÃO

3.1. Estabelecem-se os seguintes órgãos de coordenação:

- A nível nacional, com missões de planeamento e com a participação dos órgãos centrais de polícia com competência específica nestas matérias, podendo participar representantes de outros órgãos centrais da Administração cuja presença se considere necessária.
- A nível provincial, com missões de verificação e inspeção e com a presença dos responsáveis policiais regionais de ambos os lados da fronteira.
- A nível local, com missões de execução operacional e com presença dos responsáveis policiais locais de ambos os lados da fronteira.

3.2. No cumprimento das suas missões de coordenação policial transfronteiriça, os órgãos de coordenação reunir-se-ão com a seguinte periodicidade:

- Semestralmente: Órgão de Coordenação Nacional.
- Trimestralmente: Órgãos de Coordenação Provinciais.
- Quinzenalmente: Órgãos de Coordenação Locais.

#### 4. COMUNICAÇÕES

4.1. A curto prazo: estabelecer ligação telefónica directa e via fax, com números confidenciais, entre as unidades policiais fronteiriças.

4.2. A longo - prazo:

- Comunicações via telefone e fax, citadas no ponto anterior, protegidas por códigos.
- Comunicações via rádio com bandas de frequência comuns.

#### 5. INFORMAÇÃO

5.1. Intercâmbio de informações, através dos órgãos de coordenação, relativas à segurança e que possam afectar o trânsito de pessoas, a criminalidade organizada e o tráfico de estupefacientes.

5.2. Criar-se-á uma unidade especial de informação e investigação com funcionários de ambos os países.

#### 6. FORMAÇÃO

6.1. Intercâmbio de funcionários e agentes das forças de segurança nos cursos de formação ou aperfeiçoamento em matéria de luta contra a imigração ilegal, a criminalidade organizada e o tráfico de estupefacientes.

#### 7. OFICIAIS DE LIGAÇÃO

7.1. Intercâmbio de oficiais da ligação entre as forças de segurança portuguesas e espanholas, a fim de facilitar o intercâmbio de informação, possibilitar a cooperação e a adopção de decisões urgentes sempre que a situação o requeira.

#### 8. ENTRADA EM VIGOR

8.1. O presente acordo entrará em vigor no dia 20 de Janeiro de 1994.

8.2. As disposições do presente Acordo aplicáveis apenas na medida em que sejam compatíveis com o direito comunitário e com a Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 14 de Junho de 1985.

Feito em Lisboa aos dezassete dias do mês de Janeiro de 1994, em dois exemplares originais, redigidos nas línguas portuguesa e espanhola. Os dois textos farão igualmente fé.



## **ANEXO B – PARTES DO ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E O REINO DE ESPANHA SOBRE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA EM MATÉRIA POLICIAL E ADUANEIRA**

A República Portuguesa e o Reino de Espanha, adiante designados por Partes: Com o intuito de reforçar e ampliar a cooperação dos serviços incumbidos de missões policiais e aduaneiras desenvolvidas ao longo dos últimos anos nas suas zonas fronteiriças comuns; Realçando a experiência adquirida nos últimos anos no âmbito da cooperação desenvolvida nos postos mistos de fronteira;

Desejando tornar mais efectiva a liberdade de circulação prevista no Acordo de Schengen Relativo à Supressão Gradual dos Controlos nas Fronteiras Comuns, assinado em Schengen em 14 de Junho de 1985, bem como a respectiva Convenção de Aplicação, sem prejudicar a segurança dos seus nacionais;

Considerando, em particular, o capítulo I do título III da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 14 de Junho de 1985, assinada em Schengen em 19 de Junho de 1990, adiante designada por CAAS: acordam no seguinte:

### **TÍTULO I**

#### **Objecto e autoridades competentes**

##### **Artigo 1.º**

##### **Objecto**

1 - As Partes, no respeito das respectivas soberanias e das autoridades administrativas e judiciais territorialmente competentes, estabelecerão uma cooperação transfronteiriça dos serviços incumbidos de missões policiais e aduaneiras.

2 - As Partes prosseguirão as finalidades estabelecidas no número anterior mediante a instalação de centros de cooperação policial e aduaneira, adiante designados por CCPA, ou através de uma cooperação directa entre as autoridades competentes, enunciadas no n.º 1 do artigo 2.º do presente Acordo.

##### **Artigo 2.º**

#### **Autoridades competentes**

1 - Para efeitos do presente Acordo, as autoridades competentes são as seguintes: a) Pela Parte portuguesa:

- i) A Guarda Nacional Republicana;
  - ii) A Polícia de Segurança Pública;
  - iii) O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
  - iv) A Polícia Judiciária;
  - v) A Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo;
  - vi) Qualquer outra autoridade competente que venha a ser designada pelo Ministro da Administração Interna;
- b) Pela Parte espanhola:
- i) O Cuerpo Nacional de Policía;
  - ii) A Guardia Civil;
  - iii) Qualquer outra autoridade competente que venha a ser indicada pelo Ministro do Interior.

2 - No caso de uma das Partes designar outra autoridade competente, nos termos referidos no número anterior, deverá notificar a outra Parte dessa designação com a antecedência mínima de 60 dias.

### **TÍTULO III**

#### **Cooperação directa**

##### **Artigo 9.º**

##### **Âmbito da cooperação directa**

1 - As autoridades competentes de ambas as Partes, tal como se encontram definidas no artigo 2.º do presente Acordo, desenvolverão uma cooperação directa em matéria policial e aduaneira.

2 - No âmbito da cooperação directa referida no número anterior, a cada unidade operacional de uma autoridade competente em matéria policial e aduaneira de uma das Partes, localizada na zona fronteiriça, corresponderá uma ou mais unidades operacionais das autoridades competentes em matéria policial e aduaneira da outra Parte.

3 - Cada unidade operacional manterá contacto regular com as autoridades competentes da outra Parte.

4 - A cooperação directa entre as autoridades competentes poderá ainda assumir as seguintes modalidades:

- a) Intercâmbio de agentes e funcionários;
- b) Constituição de patrulhas mistas terrestres, marítimas ou aéreas;
- c) Constituição de operações de controlos móveis;

d) Investigações conjuntas.

#### Artigo 10.º

##### **Missões**

No âmbito da cooperação directa, incumbe às autoridades competentes desempenhar conjuntamente, em especial, as seguintes missões:

- a) Coordenar as suas acções conjuntas terrestres, marítimas e aéreas para prevenir e reprimir qualquer tipo de criminalidade com expressão transfronteiriça, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do presente Acordo;
- b) Recolher e trocar informações em matéria policial e aduaneira, nomeadamente para efeitos de análise de risco respeitante a todas as formas de criminalidade transfronteiriça, segurança, ordem pública e prevenção da criminalidade.

#### Artigo 11.º

##### **Destacamento de agentes e funcionários**

- 1 - Cada uma das autoridades competentes de uma das Partes poderá afectar agentes e funcionários às autoridades competentes da outra Parte, nos termos da alínea a) do artigo 9.º do presente Acordo.
- 2 - Para os efeitos do presente Acordo, os referidos agentes e funcionários são considerados oficiais de ligação, nos termos do artigo 47.º da CAAS.
- 3 - O acordo de destacamento a que se refere o n.º 1 do artigo 47.º da CAAS indicará quais as tarefas que cada um desses agentes e funcionários deverá desempenhar, bem como a duração do referido destacamento.
- 4 - Os agentes e funcionários em situação de destacamento na outra Parte não são competentes para a execução autónoma de medidas de polícia.
- 5 - Os agentes e funcionários de cada uma das Partes, nos termos do presente Acordo, apresentar-se-ão no local do seu destacamento e desempenharão as suas funções utilizando o seu uniforme nacional ou um sinal de identificação visível, bem como a sua arma de serviço, sendo proibida a sua utilização, salvo em caso de legítima defesa.
- 6 - A Convenção entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Madrid em 26 de Outubro de 1993, aplicar-se-á aos agentes e funcionários destacados nos termos das disposições do presente Acordo.

#### Artigo 12.º

##### **Patrulhas mistas e controlos móveis**

1 - As autoridades competentes poderão acordar na realização de patrulhas mistas e de controlos móveis integrados por agentes e funcionários de ambas as Partes.

2 - As patrulhas mistas e controlos móveis referidos no número anterior serão efectuados numa área de 50 km a partir da linha fronteiriça, podendo realizar-se por via terrestre, marítima ou aérea, consoante as necessidades operativas do momento. 3 - As referidas patrulhas mistas e controlos móveis serão dirigidos pelo agente e funcionário para o efeito designado pela Parte em cujo território devam realizar-se. 4 - Os agentes e funcionários integrados nas patrulhas mistas e nos controlos móveis deverão utilizar o seu uniforme nacional regulamentar, bem como as respectivas viaturas de serviço devidamente identificadas.

#### Artigo 13.º

##### **Funções dos agentes e funcionários**

1 - Os agentes e funcionários mencionados nos artigos anteriores trabalharão em contacto com as suas unidades de proveniência e deverão conhecer os processos a seu cargo ou que possam revestir uma dimensão transfronteiriça.

2 - A selecção dos processos referidos no número anterior será determinada de comum acordo entre os coordenadores responsáveis de cada CCPA.

3 - Os referidos agentes e funcionários poderão ser incumbidos de participar nas seguintes acções:

- a) Investigações conjuntas, no respeito pelas normas de processo penal ou outras que sejam aplicáveis em cada uma das Partes ou constantes dos instrumentos a celebrar entre as Partes;
- b) Vigilância de eventos públicos que possam interessar às autoridades da outra Parte.

#### TÍTULO IV

##### **Disposições gerais**

#### Artigo 16.º

##### **Reuniões**

1 - Os responsáveis das autoridades competentes de ambas as Partes pela cooperação directa e os coordenadores dos CCPA reunir-se-ão sempre que as necessidades operacionais o aconselhem e, em qualquer caso, pelo menos duas vezes por ano, com as seguintes finalidades:

- a) Proceder à avaliação da cooperação entre as suas unidades;
- b) Proceder ao intercâmbio de dados estatísticos respeitantes às diversas formas de criminalidade que correspondam às atribuições de cada autoridade competente;

- c) Elaborar e actualizar modalidades de intervenção conjunta para situações que careçam de uma coordenação das unidades operacionais em cada um dos lados da fronteira;
  - d) Elaborar em conjunto planos de investigação e programas de trabalho das unidades operacionais;
  - e) Programar exercícios fronteiriços comuns;
  - f) Acordar sobre as necessidades de cooperação em função de acontecimentos previstos ou da evolução das diversas formas de delinquência.
- 2 - No final de cada reunião proceder-se-á à elaboração de uma acta.

#### Artigo 18.º

##### **Acções a desempenhar pelas Partes**

No âmbito da execução do disposto no presente Acordo, incumbirá às Partes realizar as seguintes acções:

- a) Trocar entre si os organigramas, estatísticas e outros dados necessários a uma comunicação rápida e fluida entre as unidades operacionais da sua zona fronteiriça;
- b) Elaborar um código simplificado para designar os locais de prática e a natureza das infracções;
- c) Trocar entre si as suas publicações de natureza profissional e organizar uma colaboração recíproca regular com vista à respectiva redacção;
- d) Propiciar uma formação linguística apropriada aos agentes e funcionários que participam nas diferentes formas de cooperação previstas no presente Acordo;
- e) Convidar os agentes e funcionários designados pela outra Parte para participar nos seus seminários de natureza profissional, bem como noutras modalidades de formação contínua;
- f) Proceder ao intercâmbio de pessoal no âmbito de actividades práticas, de modo a familiarizar os seus próprios agentes e funcionários com as estruturas e os métodos de trabalho das autoridades competentes da outra Parte, bem como com a legislação a que estão sujeitos, nomeadamente no tocante ao regime jurídico da responsabilidade civil e criminal;
- g) Organizar visitas recíprocas entre as respectivas unidades situadas na zona fronteiriça.

#### Artigo 24.º

##### **Entrada em vigor**

O presente Acordo entrará em vigor no 30.º dia após a data da recepção da última notificação, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos de direito interno das Partes necessários para o efeito.

## **ANEXO C – MEMORANDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E A GUARDIA CIVIL**



### **MEMORANDO DE COOPERAÇÃO**



#### **Entre a Guarda Nacional Republicana de Portugal e a Guardia Civil do Reino de Espanha**

##### **Preâmbulo**

A Guarda Nacional Republicana de Portugal e a Guardia Civil do Reino de Espanha, adiante designadas por Signatárias:

Cientes da importância, dada a situação geográfica dos seus países, da colaboração e cooperação em matéria de segurança nacional e internacional;

Conscientes da necessidade de desenvolver uma cooperação duradoura em matéria policial;

Decididas a lutar contra o terrorismo e a delinquência organizada, a reforçar o intercâmbio permanente de informações e a coordenar as suas acções contra aquelas ameaças;

Determinadas a reforçar a cooperação estabelecida no Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira, assinado pelo Ministro da Administração Interna de Portugal e pelo Ministro do Interior do Reino de Espanha, em 19 de Novembro de 2005, através de uma cooperação directa, nos termos referidos no Título III do mesmo Acordo;

Animadas por uma vontade comum de ampliar a cooperação existente e de desenvolver, de uma forma cada vez mais efectiva, os seus métodos de trabalho em diversas actividades profissionais;

Desejosas de aprofundar a coordenação e o intercâmbio de experiências e de conhecimentos, respeitando os compromissos internacionais dos seus países, dentro dos limites das competências que lhes estão atribuídas pelas suas respectivas legislações;

Acordam no seguinte:

## **Artigo 1.º**

### **Objectivo**

O objectivo deste Memorando é o de estabelecer os eixos da cooperação entre a Guarda Nacional Republicana de Portugal e a Guardia Civil do Reino de Espanha.

## **Artigo 2.º**

### **Âmbito de aplicação**

O âmbito de aplicação deste Memorando de Cooperação abrange, em especial, os seguintes domínios:

- Intercâmbio de informações;
- Actuações operacionais;
- Formação;
- Gestão de pessoal e serviços.

## **Artigo 3.º**

### **Cooperação directa**

- 3.1. No âmbito da aplicação do Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira, e nos termos do seu artigo 9.º, as Signatárias desenvolvem uma cooperação directa, nas zonas fronteiriças comuns, entre ambos os países.
- 3.2. As Signatárias comprometem-se, no respeito das normas previstas na Convenção de Aplicação do Acordo Schengen (CAAS), de 14 de Junho de 1985, assinada em Schengen em 19 de Junho de 1990, a fomentar a cooperação directa através de modalidades que permitam a aplicação do Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira, entre as quais:
  - Intercâmbio de agentes e funcionários;
  - Constituição de patrulhas mistas terrestres, marítimas ou aéreas;
  - Constituição de operações de controlos móveis;
  - Investigações conjuntas.



## **Artigo 4.º**

### **Cooperação em matéria de investigação criminal**

- 4.1. Para os objectivos do presente Memorando de Cooperação entende-se por «informação» todo o dado, elemento ou notícia conhecido que possa influenciar directa ou indirectamente as investigações de infracções definidas nas respectivas legislações e dentro do âmbito das competências de cada uma das Signatárias.
- 4.2. As Signatárias, através dos órgãos competentes indicados em 4.5, comprometem-se a providenciar, por iniciativa própria ou a pedido da outra Signatária, qualquer informação que, surgindo no decurso das investigações ou acções desenvolvidas, possa ser de interesse para as acções de cooperação estabelecidas no âmbito do presente Memorando de Cooperação.
- 4.3. As informações obtidas em virtude do presente Memorando de Cooperação atenderão às seguintes regras:
  - a) O presente Memorando de Cooperação não obriga, de modo algum, as Signatárias a fornecer informações ou a prestar assistência, no caso em que sobre os factos que são objecto de colaboração estejam em curso investigações por parte de autoridade judicial do respectivo país ou no caso em que a aceitação da petição de assistência seja susceptível de acarretar prejuízo à soberania, à segurança, à ordem pública ou aos interesses essenciais do Estado no qual a Instituição requerida tem a sua sede;
  - b) Poderão ser utilizadas pelas Signatárias, respeitando a legislação nacional e dentro dos limites das suas competências para prevenir e investigar delitos, sempre que o Direito nacional não reserve o pedido às autoridades judiciais e que esse pedido ou a sua execução não determinem a aplicação de medidas coercivas pela outra Signatária, conforme o disposto no artigo 39.º da Convenção de 19 de Junho de 1990, de aplicação do Acordo Schengen de 14 de Junho de 1985, relativo à supressão gradual dos controlos nas fronteiras comuns;
  - c) Quando a Signatária requerida não for competente para executar o pedido dirigi-lo-á à autoridade competente para tal, informando a Signatária requerente acerca dessa remissão e da autoridade competente para dar cumprimento ao pedido;



- d) Terão natureza confidencial, estarão sujeitas ao segredo profissional e gozarão da protecção definida para as informações da mesma natureza por parte da legislação nacional da Instituição que as tenha proporcionado. Analogamente, a Instituição que as recebeu deverá garantir a protecção da confidencialidade e do segredo profissional, de acordo com a própria legislação nacional.
- 4.4. Cada uma das Signatárias assume o compromisso de incentivar a cooperação relativamente à investigação criminal, mediante as seguintes acções:
- a) Oferecimento de cursos de especialização em matéria de investigação criminal;
  - b) Favorecimento na constituição de Equipas Conjuntas de Investigação, no âmbito das respectivas competências;
  - c) Intercâmbio de análises e relatórios sobre delinquência organizada e criminalidade transfronteiriça;
  - d) Realização de, pelo menos, uma reunião anual com a presença das Unidades Centrais e Unidades de Investigação mais próximas de ambos os lados da fronteira comum. Da mesma forma, serão propiciados encontros, com uma periodicidade trimestral, entre as unidades periféricas nas áreas geográficas que se determinem;
  - e) Realizar esforços de interoperabilidade, gestão conjunta de pessoal e material, através de intercâmbios de experiências, procedimentos, pessoal e outros mecanismos de cooperação eficazes, assim como a possibilidade de realização de exercícios conjuntos;
  - f) Intercâmbio de experiências e formação entre as Equipas de Actuação em Grandes Catástrofes;
  - g) Favorecer as visitas e os intercâmbios de pessoal nas áreas de análise criminal, investigação criminal operativa e criminalística;
  - h) Prever o apoio mútuo em situações em que seja necessária a actuação de Equipas de Negociação.
- 4.5. Exceptuando quando a Signatária interessada designe outro órgão ou serviço, para efeitos do presente Memorando de Cooperação, sem prejuízo das competências das restantes Forças e Serviços de Segurança existentes em cada um dos países e respeitando a legislação nacional aplicável em cada um deles, serão considerados pontos de contacto e órgãos competentes para o intercâmbio de informação em matéria de investigação criminal:

- a) O Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana;
- b) A Unidade Técnica de Polícia Judiciária da Guardia Civil.

## **Artigo 5.º**

### **Prevenção de actos terroristas**

No âmbito da prevenção do terrorismo, as Signatárias comprometem-se a:

- 5.1. Reforçar a articulação e a cooperação na prevenção de actos terroristas, em qualquer das suas manifestações.
- 5.2. Facilitar, por iniciativa própria ou a pedido da outra Signatária, qualquer informação que, surgindo no decurso de investigações ou actuações policiais, possa ser de interesse para a prevenção de actos terroristas.
- 5.3. As informações obtidas, com base no presente Memorando de Cooperação, poderão ser utilizadas pelos serviços competentes para efeitos de prevenção de actos terroristas e no âmbito da actividade desenvolvida no exercício das respectivas obrigações institucionais. A utilização de tais informações em processos judiciais realizar-se-á com o consentimento prévio da outra Signatária.
- 5.4. As Signatárias comprometem-se a incentivar a cooperação específica em matéria de prevenção de actos terroristas e a colocar à disposição da outra Signatária, em função das disponibilidades e prioridades de cada Instituição, os meios pessoais e materiais que sejam necessários.
- 5.5. Cada uma das Signatárias declara a sua vontade em incentivar a cooperação em matéria de formação e intercâmbio de conhecimentos e experiências. Neste sentido, estabelecer-se-ão acções de formação específicas sobre o *modus operandi* das organizações terroristas, assim como o intercâmbio de conhecimentos e experiências sobre os atentados com graves consequências.
- 5.6. Incentivar-se-ão os intercâmbios de informação sobre terrorismo e actividades relacionadas com o fenómeno. Neste sentido, serão estabelecidos os seguintes canais de cooperação:
  - a) Reuniões técnicas periódicas;
  - b) Intercâmbio de publicações e informações;
  - c) Intercâmbio de experiências e conhecimentos sobre novas tecnologias e fontes de informação;

- d) Realização de seminários bilaterais específicos, assim como o incentivo da participação de ambas as Signatárias em foros internacionais.
- 5.7. Para efeitos do presente Memorando de Cooperação, sem prejuízo das competências das restantes Forças e Serviços de Segurança existentes em cada um dos países e respeitando a legislação nacional aplicável em cada um deles, serão considerados pontos de contacto e órgãos competentes para o intercâmbio de informações em matéria de prevenção de actos terroristas:
- a) O Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana;
  - b) A Chefia do Serviço de Informações da Guardia Civil.

### **Artigo 6.º**

#### **Cooperação na luta contra as infracções tributárias, fiscais e aduaneiras, em Portugal, e contra a fraude e o contrabando, em Espanha**

- 6.1. Cada uma das Signatárias assume o compromisso de incentivar a cooperação em matéria de informações neste domínio e o planeamento de operações conjuntas para o controlo destas actividades ilícitas.
- 6.2. Ambas as Signatárias se comprometem a facilitar a participação mútua em cursos e seminários de formação e especialização neste domínio, sobre matérias de interesse comum.
- 6.3. Exceptuando quando a Signatária interessada designar outro órgão ou serviço, para efeitos do presente Memorando de Cooperação, serão considerados pontos de contacto e órgãos competentes:
- a) Na Formação e intercâmbio de Informações:
    - O Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana;
    - A Chefia Fiscal e de Fronteiras da Guardia Civil.
  - b) No Planeamento de Operações:
    - No âmbito do mar territorial e zonas costeiras:
      - O Comando da Unidade de Controlo Costeiro da Guarda Nacional Republicana;
      - A Chefia Fiscal e de Fronteiras da Guardia Civil.



- No âmbito da zona interior:

- O Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana;
- A Chefia Fiscal e de Fronteiras da Guardia Civil.

### **Artigo 7.º**

#### **Protecção da natureza e do ambiente**

- 7.1. Cada uma das Signatárias assume o compromisso de incentivar a cooperação em matéria de informações, operações e investigação, no domínio da protecção da natureza e do ambiente, através do intercâmbio de informações e do planeamento e execução de operações conjuntas para o controlo de actividades ilícitas.
- 7.2. As principais áreas de cooperação serão as seguintes: património histórico e natural, tráfico de espécies protegidas, comércio de peixe abaixo dos tamanhos mínimos legais, sanidade animal e vegetal, incêndios florestais, resíduos e contaminação dos solos, das águas e da atmosfera.
- 7.3. Incentivar-se-ão as operações conjuntas neste domínio a nível nacional, que serão organizadas e propostas alternadamente por ambas as Signatárias.
- 7.4. Ambas as Signatárias se comprometem a facilitar a participação mútua em cursos e seminários de formação e especialização neste âmbito.
- 7.5. Para efeitos do presente Memorando de Cooperação, serão considerados pontos de contacto e órgãos competentes:
  - a) O Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana;
  - b) A Chefia do Serviço de Protecção da Natureza da Guardia Civil.

### **Artigo 8.º**

#### **Gestão de pessoal e de recursos humanos**

- 8.1. As Signatárias comprometem-se a promover encontros ou jornadas de trabalho regulares entre os Serviços de Psicologia, de forma a:
  - a) Facilitar o intercâmbio de experiências e procedimentos técnicos nos processos de Selecção e Formação para o Ingresso, a Promoção e a Especialização;

- b) Prevenir os comportamentos suicidas do pessoal e a gestão da sua saúde mental;
- c) Prestar atenção e apoio psicológico a:
  - Familiares e camaradas dos militares falecidos em acidentes ou actos de serviço;
  - Pessoal empenhado em intervenções policiais críticas;
  - Primeiros militares que intervenham em catástrofes, atentados, operações internacionais ou outros eventos semelhantes;
  - Qualquer outro pessoal, sujeito a stress policial, que o necessite.
- d) Programar estudos e investigações em áreas de interesse mútuo.

### **Artigo 9.º**

#### **Intercâmbio de experiências e formação**

Para além das acções de formação e do intercâmbio de experiências previstos nos artigos precedentes, cada uma das Signatárias compromete-se a comunicar, até ao final de cada ano, a programação dos cursos para o ano seguinte, com o objectivo de avaliar a necessidade da sua frequência por elementos cuja formação se considere pertinente.

### **Artigo 10.º**

#### **Outras formas de cooperação**

- 10.1 A Guardia Civil compromete-se a prestar o seu apoio, técnico e pessoal, à Guarda Nacional Republicana, perante a eventual criação de uma estrutura semelhante ao Gabinete de Informação e Atendimento ao Cidadão da Guardia Civil.
- 10.2 As Signatárias comprometem-se ainda a:
  - a) Colaborar no desenvolvimento dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira, conforme o Título II do Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira;
  - b) Promover uma política de apoio mútuo em matéria de apresentação de projectos a financiamento comunitário, privilegiando-se o estabelecimento de parcerias entre ambas;

- c) Estabelecer canais de comunicação entre os representantes das Signatárias nos diferentes foros da União Europeia e outros internacionais, promovendo-se a concertação de posições e o apoio mútuo;
- d) Realizar esforços para promover a interoperabilidade, através do intercâmbio de experiências, procedimentos, pessoal e qualquer outro mecanismo de cooperação eficaz, assim como a possibilidade de realização de exercícios conjuntos, especialmente no que se refere a unidades especializadas e unidades de intervenção;
- e) Colocar à disposição da outra Signatária, em função das prioridades e disponibilidade de cada uma, os meios de apoio à investigação possíveis, que possam contribuir para a obtenção de melhores resultados.

## **Artigo 11.º**

### **Reuniões periódicas**

- 11.1 Anualmente, sem prejuízo do artigo 16.º do Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira, realizar-se-á uma reunião entre os Órgãos Centrais das Signatárias, na qual será revisto o cumprimento deste Memorando de Cooperação e serão propostas as actuações para o período seguinte.
- 11.2 Independentemente do disposto na alínea anterior, por cada domínio sectorial celebrar-se-á, pelo menos, uma reunião anual para tratar de assuntos técnico-operacionais do seu âmbito de actuação.
- 11.3 Realizar-se-ão igualmente reuniões de carácter regional e local, com a periodicidade estabelecida por ambas as Signatárias.
- 11.4 No final de cada reunião, proceder-se-á à elaboração de uma acta.

## **Artigo 12.º**

### **Disposições finais**

- 12.1 O presente Memorando de Cooperação, assinado por um período de dois anos, será prorrogável de forma tácita por igual período e entrará em vigor na data da sua assinatura.
- 12.2 Pode ser modificado ou denunciado por cada uma das Signatárias, mediante notificação escrita, a qual produzirá efeitos seis (6) meses após a data do seu envio.

Assinado em Lisboa, a 31 de Março de 2009, em dois (02) documentos originais, nas línguas portuguesa e espanhola.

Pela Guarda Nacional Republicana  
de Portugal



O Comandante-Geral

Luís Nelson Ferreira dos Santos  
Tenente-General

Pela Guardia Civil  
do Reino de Espanha



O Director-Geral da Polícia e da  
Guardia Civil

Francisco Javier Velázquez López



ANEXO D – DADOS ESTATÍSTICOS CONTROLOS MÓVEIS 2014

Tabela 18 - Dados estatísticos controlos móveis 2014

			C Ter Portalegre	C Ter Évora	C Ter Beja	C Ter Faro	C Ter Braga	C Ter Bragança	C Ter V.Castelo	C Ter V.Real	C Ter C.Branco	C Ter Guarda	UCC	UAF	TOTAIS	
Reuniões Realizadas	Portugal		4	3	3	3	1	6	2	3	3	3	1	2	34	82
	Espanha		16	4	4	3	1	5	2	3	4	3	2	1	48	
Operações realizadas	Portugal		116	15	41	41	5	28	72	17	19	19	6	10	389	533
	Espanha		37	16	20	6	0	16	12	10	9	17	1	0	144	
Empenhamento	Efectivos	510	135	155	331	12	90	154	114	122	282	31	24	11	1960	2784
		102	48	153	12	22	38	36	106	37	250	20	0	0	824	
	Binómios	1	19	0	3	0	0	1	0	13	12	0	0	0	49	52
		0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	3	
Viaturas fiscalizadas			1 917	1 728	301	330	1 656	49	663	567	598	406	1 351	1	7830	
Cidadãos controlados			3 001	1 767	301	545	2 340	36	953	314	629	41	1 460	91	8477	
AUTOS ELABORADOS	Fiscal		0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	53	56	519
	Trânsito		57	17	6	147	0	17	37	30	42	82	0	0	435	
	Ambiente		0	0	2	2	0	2	0	0	0	1	1	0	8	
	Furto Veículos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Droga		0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3	
	Detenções		0	1	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	5	
	Outros		0	0	0	9	0	0	0	0	0	3	0	0	12	
Total de Autos			57	18	9	161	0	21	37	30	42	90	1	53	519	

Fonte: Comando Operacional GNR



## ANEXO E – DADOS ESTATÍSTICOS CONTROLOS MÓVEIS 2015

Tabela 19 - Dados estatísticos controlos móveis 2015

			CTer Portalegre	CTer Évora	CTer Beja	CTer Faro	CTer Braga	CTer Bragança	CTer V.Castelo	CTer V.Real	CTer C.Branco	CTer Guarda	UCC	UAF	TOTAIS		
Reuniões Realizadas	Portugal		6	2	3	5	2	8	3	2	3	1	1	1	37	71	
	Espanha		9	1	2	2	2	5	2	4	3	2	2	0	34		
Operações realizadas	Portugal		144	5	43	40	4	37	62	18	21	17	3	0	394	521	
	Espanha		30	5	16	18	0	19	10	9	5	14	1	0	127		
Empenhamento	Efetivos	Portugal	590	65	147	456	10	199	177	163	141	268	20	11	2 247	3 500	
		Espanha	264	16	129	228	16	130	37	180	27	210	16	0	1 253		
	Binómios	Portugal	5	9	0	36	0	2	0	0	0	11	20	0	0	83	90
		Espanha	2	3	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	7	
Viaturas fiscalizadas			1 917	182	260	2 478	34	956	485	448	276	1 259	10	110	8 415		
Cidadãos controlados			3 001	106	374	4 473	54	1 035	351	438	40	1 969	4	0	11 845		
AUTOS ELABORADOS	Fiscal		0	0	0	24	0	1	0	0	0	2	0	15	42	636	
	Trânsito		55	6	0	172	0	20	48	48	26	135	0	2	512		
	Ambiente		0	0	6	1	0	0	0	2	0	6	0	0	15		
	Furto Veículos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	Droga		0	1	0	16	0	1	0	0	1	4	0	0	23		
	Detenções		1	0	0	10	0	1	1	0	1	6	0	0	20		
	Outros		0	12	3	2	0	0	0	0	0	7	0	0	24		
Total de Autos			56	19	9	225	0	23	4	50	28	160	0	17			

Fonte: Comando Operacional GNR

ANEXO F – DADOS ESTATÍSTICOS CONTROLOS MÓVEIS 2016

Tabela 20 - Dados estatísticos controlos móveis 2016

			CTer Portalegre	CTer Évora	CTer Beja	CTer Faro	CTer Braga	CTer Bragança	CTer V.Castelo	CTer V.Real	CTer C.Branco	CTer Guarda	UCC	UAF	TOTAIS	
Reuniões Realizadas	Portugal		2	2	0	1	1	3	0	0	2	2	1	1	15	24
	Espanha		3	1	0	0	0	1	0	0	0	2	1	1	9	
Operações realizadas	Portugal		128	10	10	85	2	27	143	23	11	10	6	6	461	578
	Espanha		34	12	11	6	0	10	9	10	10	10	5	0	117	
Empenhamento	Efetivos	Portugal	528	152	52	545	4	129	368	204	172	117	49	16	2 336	3345
		Espanha	285	61	55	46	13	67	37	205	72	119	49	0	1009	
	Binómios	Portugal	10	16	0	71	0	5	0	0	5	3	0	0	110	127
		Espanha	0	0	0	9	0	8	0	0	0	0	0	0	17	
Viaturas fiscalizadas			1736	346	79	1899	10	734	1603	779	573	867	11	117	8754	
Cidadãos controlados			2950	342	110	2301	14	809	2249	822	70	788	2	0	10457	
AUTOS ELABORADOS	Fiscal		0	0	0	1	0	32	0	0	2	0	0	9	44	863
	Trânsito		32	65	8	251	0	7	125	91	109	56	0	0	744	
	Ambiente		0	0	1	0	0	0	0	6	0	0	0	0	7	
	Furto Veículos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Droga		1	0	0	13	0	0	0	0	0	4	0	0	18	
	Detenções		1	0	0	22	0	0	0	1	0	2	0	0	26	
	Outros		0	0	0	11	0	0	0	11	0	1	0	1	24	
Total de Autos			34	65	9	298	0	39	125	109	111	63	0	10		

Fonte: Comando Operacional GNR